Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 18, 19 E 20 DE MARÇO DE 2023 | Nª 25.367 | Preço banca: R$ 3,50

Fazenda reduz previsão oficial de crescimento do PIB para 1,61%

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda reduziu de 2,1% para 1,61% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país). A estimativa para a inflação aumentou. As previsões estão no Boletim Macrofiscal divulgado na sexta-feira (17).

Segundo o Ministério da Fazenda, a projeção anterior, divulgada em novembro do ano passado, minimizava os efeitos dos juros altos sobre a economia e sobre o mercado de crédito. "Esses efeitos da desaceleração econômica já foram parcialmente verificados durante o último trimestre de 2022, quando a economia teve retração de 0,2% na margem, e as concessões de crédito passaram a desacelerar de maneira mais acentuada", destacou o relatório.

Segundo a SPE, tanto o setor de serviços quanto a indústria deverão ser afetados pela queda da demanda provocada pela alta nos juros e pela contração do crédito. "A desaceleração da economia deve ocorrer tanto no setor de serviços como no industrial. O elevado endividamento e o comprometimento de renda da população devem afetar o ritmo das atividades no setor de serviços." Página 3

Desemprego chega a 8,4% entre novembro e janeiro e se mantém estável

Página 3

Governo de SP assina decreto para retomada da atividade industrial

Página 2

Anvisa reforça que doses da vacina bivalente contra covid-19 são seguras

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou uma nota na sexta-feira (17) na qual atesta que as vacinas bivalentes BA.1 e BA.4/BA.5 contra a covid-19, produzidas pela empresa Pfizer, estão dentro do prazo de validade e, portanto, podem ser utilizadas com segurança. No documento, a Anvisa destaca que os imunizantes podem ser utilizados dentro do prazo de 18 meses, a partir da data de fabricação dos produtos.

"Anteriormente aprovadas para uso em até 12 meses, essas vacinas passaram por um rigoroso processo de avaliação técnica da agência de estudos de estabilidade, antes da aprovação da ampliação do prazo de validade", diz a nota.

A avaliação dos dados dos estudos demonstrou ainda, segundo a Anvisa, não haver alteração nas especificações de qualidade das vacinas no período adicional ao prazo anteriormente autorizado.

"As vacinas são seguras, eficazes e podem ser utilizadas pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, conforme os estudos de estabilidade avaliados e aprovados pela Agência", garante a diretora Meiruze Sousa Freitas.

Sobre a ampliação do prazo de validade, a Anvisa ressalta que ela é permitida mediante medidas de comunicação e de rastreabilidade dos lotes, adotadas pela Pfizer. Entre essas medidas está a inclusão, no portal eletrônico da Pfizer e no portal eletrônico Comirnaty Education, da listagem de todos os lotes disponíveis no Brasil e dos seus respectivos prazos de validade, para consulta dos cidadãos e profissionais de saúde envolvidos na aplicação das vacinas. Os cuidados de conservação não sofreram alterações.

As vacinas bivalentes da Pfizer oferecem proteção contra a variante original do vírus causador da covid-19 e contra as cepas que surgiram posteriormente, incluindo a Ômicron, variante de preocupação no momento.

Essas vacinas foram autorizadas para uso como dose de reforço na população a partir de 12 anos. A Anvisa reforça que a imunização continua sendo essencial no combate à covid-19, especialmente na prevenção de casos graves e mortes.(Agencia Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,27
Venda: 5,27

Turismo
Compra: 5,36
Venda: 5,48

EURO

Compra: 5,63
Venda: 5,63

Ministério da Saúde cria centro para monitorar alta de casos de dengue

Foto/Arquivo/ABr

Página 4

Alckmin e representante da UE falam em acelerar acordo com Mercosul

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, se reuniu na sexta-feira (17) com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia, Margrethe Vestager, para tratar das relações entre o Brasil e o bloco europeu, além do acordo multilateral com o Mercosul. Página 4

Bancos públicos e privados suspendem crédito consignado no INSS

A redução do teto dos juros de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas está sendo mal recebida por instituições financeiras. Na sexta-feira (17), dois bancos oficiais, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal, confirmaram que suspenderam a oferta desse tipo de crédito a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A Caixa e o BB seguiram diversos bancos privados que haviam interrompido a concessão de empréstimos na quinta-feira (16). Página 3

Esporte

Copa São Paulo de Kart Granja Viana tem realização da segunda etapa

Mais importante campeonato regional do kartismo brasileiro, a Copa São Paulo de Kart Granja Viana terá neste final de semana a realização da segunda etapa da temporada 2023. O kartódromo localizado em Cotia (SP), na região metropolitana de São Paulo, reunirá alguns dos principais pilotos de kart do País no próximo sábado (18) em 14 categorias diferentes.

Como sempre ocorre nas etapas da Copa São Paulo KGV, as categorias serão divididas em dois grupos. O primeiro, que terá classificações e baterias pela manhã, contará com as classes Mirim, Cadete, Fórmula 4 Jr., Fórmula 4, X30 e Shifter. Já o segundo, que vai ter as atividades na parte da tarde, conta com Rotax DD2, Rotax Masters, Rotax Max Masters, Rotax Júnior Max, Rotax Max, Rotax Micro Max, Rotax Mini Max e Pro 500.

A programação de pista será aberta às 8h, quando os pilotos das classes Mirim e Cadete partirão para a tomada de tempo que definirá as posições de largada. A Fórmula 4 Jr. parte para sua classificação logo na sequência, seguida por Fórmula 4, X30 e Shifter. Respeitando a mesma ordem de classes, as baterias que abrem a etapa começam às 8h50, enquanto a provas que fecham a manhã terão início às 10h40.

Foto/ Pedro Bragança

Copa *SP de Kart Granja Viana*

As atividades da tarde terão início às 12h30, com a realização da tomada de tempos da Rotax DD2 e Rotax Masters, seguindo com Rotax Max Masters, Rotax Júnior Max, Rotax Max, Rotax Micro Max, Rotax Mini Max. Na mesma ordem, as primeiras baterias serão disputadas a partir das 13h20, enquanto a segunda disputa para cada classe terá início às 15h35.

Com programação um pouco diferente, será realizada a Pro 500, que terá suas duas tomadas de tempo, para Grupo 1 e Grupo 2, a partir das 15h15. A classe dos karts carenados fecha a programação da etapa da Copa São Paulo KGV com sua única corrida do final de semana, que tem largada marcada para 17h30 para 1h20min de disputa.

Campeonato Paulista de MTB XCC/XCO 2023 conhecerá seus campeões no fim de semana

Os campeões estaduais de Mountain Bike Cross Country XCO e Mountain Bike Short Track XCC da temporada 2023 serão conhecidos neste fim de semana com a realização do Campeonato Paulista da modalidade. O evento, em etapa única, será mais uma vez na desafiadora e bem conhecida pista do Thor Bike Trail, em Araçoiaba da Serra, na região de Sorocaba. Ciclistas de diversas categorias participarão da competição, com início previsto para as 9h nos dois dias.

O Campeonato Paulista de XCO 2023 será realizado em um circuito com percurso de cerca de 4.6km/volta. Já para o Short Track – XCC, o percurso terá 1,5 km/volta. Os circuitos já são conhecidos e contam com a preparação de primeira do Thor Bike Trail. Certeza de mais um evento bastante disputado e vai colocar à prova a habilidade dos participantes.

Serão 31 categorias para o XCO e seis para o XCC. A expectativa é de baterias bem equilibradas e interessantes, exigindo habilidade e resistência de todos os competidores. Vale lembrar que em caso de vitória de um ciclista não federado, o mesmo terá 15 dias após o evento para filiação e confirmação do título.

"Estamos, mais uma vez, esperando um grande campeonato nestes dois dias. Temos a certeza que os participantes terão um desafio empolgante no fim de semana. Uma das novidades é que teremos o Para-MTB, que largará junto com o PCD, mas com classificação separada. Agradecimento ao Thor Bike Trail, à prefeitura de Araçoiaba da Serra e a todo os parceiros", destaca José Cláudio Facex, presidente da FPCiclismo.

O XCC possui provas rápidas, porém de alta intensidade. É disputado em grupo, onde os ciclistas largam juntos e em circuitos curtos, de até no máximo 2 km, o percurso pode contar com obstáculos naturais e/ou artificiais. Desse modo, em média, as baterias podem durar até meia hora e com seis a oito voltas.

Trata-se de uma disputa dinâmica, com muitas fugas e perseguições, onde melhor sempre fica reservado para a volta final. Além disso, o XCC serve de prova classificatória para a posição de largada do XCO, o que torna a disputa bastante emocionante.

Ja o Mountain Bike Cross Country Olímpico (XCO) possui o circuito variado e mais longo, em comparação a XCC, com distância de 4 a 10 quilômetros. A categoria possui maior dificuldade, e os atletas dependem da habilidade técnica sobre a bike e de um bom preparo físico para obterem bom resultados. Além disso, é uma prova de estratégia, em que um pequeno erro ou um ataque na hora errada podem definir o campeão. O percurso é geralmente formado por caminhos rochosos, obstáculos, descidas técnicas e até rampas, dependendo da competição.

O Campeonato Paulista de MTB 2023 – XCC/XCO é uma realização da Federação Paulista de Ciclismo, com apoio do Thor Bike Trail, Da terrinha Alimentos, EPH Incorporadora e Prefeitura de Araçoiaba da Serra. Mais informações no site oficial, www.fpciclismo.org.br

autojornal
o dia a dia motorizado

Governo assina decreto para retomada da atividade industrial

O Governo de São Paulo deu mais um passo para fomentar a retomada da atividade industrial no Estado. Em agenda na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na quinta-feira (16), o governador Tarcísio de Freitas assinou Decreto que institui o Conselho Estadual de Promoção da Nova Industrialização. O documento será publicado no Diário Oficial.

Para instrumentalizar a nova industrialização do Estado, o governador paulista destacou seis pilares de atuação: energia, infraestrutura, crédito, tributação, capacitação profissional e digitalização.

"Vamos trazer a indústria de volta para São Paulo e vamos ver os negócios aparecendo. O que queremos é que nossas empresas prosperem e ver o Estado mais competitivo", disse Tarcísio de Freitas.

Estrutura do Conselho

O Conselho Estadual de Promoção da Nova Industrialização terá caráter consultivo e vai orientar ações, políticas e diretrizes do Governo de SP para a reindustrialização na unidade federativa. Ele será composto por oito membros titulares e igual número de suplentes, dos seguintes órgãos: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (que exercerá a presidência do colegiado); Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Secretaria de Fazenda e Planejamento (que exercerá a vice-presidência); Casa Civil; Secretaria de Parcerias em Investimentos; Secretaria de Negócios Internacionais; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

"Estaremos ao lado do governo para gerar empregos e fazer o Estado crescer. Esse Conselho trará bons resultados", disse o presidente da Fiesp, Josué Gomes.

Os membros do Conselho serão designados pelo governador para mandatos de dois anos, com possibilidade de recondução aos postos. A participação, porém, não será remunerada, sendo caracterizada como serviço público relevante. Caberá ao Conselho propor diretrizes para promover o desenvolvimento econômico e industrial competitivo, inclusivo, sustentável e inovador; estimular a intersetorialidade e a transversalidade das políticas públicas estaduais para promoção da reindustrialização; estabelecer canal de diálogo permanente entre o Poder Público e o setor produtivo e implementar estratégias para o impulsionamento da indústria paulista no cenário nacional e internacional; incentivar o fortalecimento das cadeias produtivas e promover a redução das desigualdades regionais; apoiar o desenvolvimento de ações visando à formação e capacitação profissional para atender as demandas do setor produtivo; e propor e estimular a produção de estudos, análises e indicadores de desenvolvimento industrial. Os secretários de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima; e de Justiça e Cidadania, Fábio Prieto, também estiveram presentes.

Capital abre inscrições para o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, está com inscrições abertas para as modalidades 1 e 2 da 20ª edição do Programa VAI (Valorização de Iniciativas Culturais) até o dia 10 de abril. O foco do programa é o apoio a atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões da cidade desprovidas de recursos e equipamentos culturais.

As propostas apresentadas para o edital podem ser vinculadas a quaisquer linguagens artísticas e as humanidades ou a temas relevantes para o desenvolvimento cultural e a formação para a cidadania cultural na cidade de São Paulo.

Educação abre processo seletivo para professores atuarem nas Classes Hospitalares

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo está com processo seletivo aberto para interessados em desenvolver atividades de docência nas Classes Hospitalares, até dia 24 de março, às 23h59. A seleção é destinada aos Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e os Professores de Ensino Fundamental II e Médio, da Rede Municipal de Ensino.

São quatro vagas iniciais, sendo uma para atuar junto à Casa Ninho (Centro de Apoio à Criança Carente com Câncer – CACC); uma para atuar junto ao Hospital AC Camargo; uma para atuar no Hospital Municipal Infantil Menino Jesus e uma para atuar no Hospital Cruz Verde.

O processo seletivo tem como objetivo, além do preenchimento das vagas iniciais, gerar cadastro de profissionais para necessidades que venham surgir e terá validade de um ano, podendo ser renovado por igual período. A seleção não implica qualquer direito ao preenchimento das vagas existentes e/ou das que venham surgir.

Veja, abaixo, pré-requisitos necessários:

a) Ser Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I ou Professor de Ensino Fundamental II e Médio integrantes da classe dos docentes do magistério municipal (Rede Municipal de Educação de São Paulo);

Obs: Professores de Educação Infantil, conforme IN 59/2020, não poderão participar deste Processo Seletivo.

b) Ter no mínimo de três anos de efetivo exercício no cargo base;

c) Não estar afastado, nem readaptado;

d) Ter conhecimentos na área de atuação, dos Currículos da Cidade e da legislação pertinente à função;

e) Ter Especialização em Pedagogia Hospitalar ou Psicopedagogia em nível de pós-graduação Lato Sensu, com carga horária mínima de 360 horas;

Exclusivo para o Hospital Cruz Verde:

a) A Cruz Verde é um hospital casa que atende bebês, crianças, adolescentes e adultos com Paralisia Cerebral, bem como suas sequelas.

b) O profissional disposto a trabalhar nele terá a atuação com pacientes de diferentes faixas etárias, inclusive adultos.

c) Além dos requisitos citados no item acima, é desejável que o candidato tenha especialização em educação especial.

Para saber as informações detalhadas, veja aqui a íntegra da publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Inscreva-se aqui.

As dúvidas devem ser encaminhadas para o e-mail smedreipiranganaapa@sme.prefeitura.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3397-2855.

Para conhecer um pouco mais sobre o trabalho realizado nas Classes Hospitalares, assista a reportagem exibida pela TV Cultura, no programa Boas Práticas Escolares, do dia 26 de fevereiro.

SP regulariza mais de 3,9 mil moradias na região Oeste do estado

O governador Tarcísio de Freitas entregou nesta sexta-feira títulos de regularização fundiária de 3,9 mil unidades habitacionais em mais de 40 municípios das regiões de Araçatuba, Bauru, Marília e Presidente Prudente. O ato de concessão foi realizado em Dracena, no Oeste do Estado, na sexta-feira (17).

As matrículas dos núcleos regularizados foram entregues para as Prefeituras e os moradores agora podem obter o título de propriedade definitiva das suas moradias. Além de segurança jurídica, a regularização garante às famílias de baixa renda outros benefícios, como o acesso ao mercado formal de crédito, a possibilidade de comercialização do imóvel e a transferência do bem para filhos ou herdeiros.

"Temos falado que nosso governo é o governo 3D: do desenvolvimento, da dignidade e do diálogo. E o que fizemos foi avançar na regularização fundiária, na dignidade e na prosperidade, porque a pessoa que recebe o título passa a ter segurança jurídica, passa a ser dona do seu chão. Isso muda a vida das pessoas", afirmou Tarcísio de Freitas.

A entrega dos títulos de regularização fundiária ocorreu por meio do programa Cidade Legal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Habitação e Urbano (SDUH) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), que viabilizaram títulos para 3.465 unidades habitacionais. Além disso, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) foi responsável por outros 479 títulos de regularização fundiária para famílias residentes em sete municípios da região de Presidente Prudente e Araçatuba.

Regularização de assentamento

Houve ainda a entrega de Registro de Imóveis da primeira regularização dominial do Assentamento Estadual Dom Tomás Balduino, em Sandovalina. Lá, foram regularizados 68 assentados. A ação do Governo ocorreu a partir da Lei Estadual n. 14.750/2012, que possibilitou a regularização em terras devolutas estaduais, e da Lei Estadual n. 17.517/2022, conhecida como 'Lei da Paz no Campo', que permite a titulação definitiva de famílias assentadas em terras públicas estaduais.

Entrega de creche em Dracena

Durante a agenda do governador, também houve a entrega de uma creche e a doação de dois veículos com acessibilidade à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Na ocasião, foi inaugurada a Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) Maria Olympia Carlos Bocca "Dona Zizi Bocca", com capacidade para atender 150 crianças de 0 a 3 anos.

A unidade funciona em um prédio equipado com salas pedagógicas, berçários com fraldário e lactário, secretaria, refeitório, banheiros e área de serviço, e respeita todas as normas de segurança e de acessibilidade. A obra contou com investimento de R$ 1,6 milhões a partir do Programa Creche-Escola.

"Pense no conforto que as mães vão ter, porque elas vão trabalhar e saber que seus filhos estarão em segurança, em uma instalação novinha, dando os primeiros passos em direção ao futuro com uma educação de qualidade. Isso traz conforto para as famílias. Isso é amparo. É o Estado trabalhando pelas famílias", reforçou Tarcísio de Freitas.

Inauguração do Poupatempo em Tupi Paulista

Por fim, a cerimônia contou com o descerramento da placa que marca a inauguração da unidade do Poupatempo no município de Tupi Paulista, a 16ª unidade entregue pelo Governo de São Paulo neste ano. A obra teve investimento estadual de R$ 130 mil e tem capacidade para realizar até 130 atendimentos ao dia.

Prefeitura vacina gestantes e puérperas com Pfizer bivalente a partir de segunda-feira

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), amplia, a partir da próxima segunda-feira (20), a vacinação contra a Covid-19 com a Pfizer bivalente para grávidas e puérperas. O público é estimado em 130 mil mulheres.

Caso existam doses remanescentes da Pfizer bivalente próximo ao fim das atividades diárias nas unidades, profissionais de saúde podem tomar o imunizante, desde que sejam moradores da região da Unidade Básica de Saúde (UBS). Para inscrição prévia, é necessário apresentar comprovante de endereço.

A vacinação com esse imunizante segue disponível para todos os idosos acima de 60 anos de idade, além de pessoas maiores de 12 anos com imunossupressão, indígenas, residentes em Instituições de Longa Permanência e funcionários destes equipamentos da cidade de São Paulo.

Estão sendo vacinadas as pessoas dos grupos prioritários que completaram o esquema básico ou que já receberam uma ou duas doses de reforço, respeitando o intervalo de quatro meses da dose mais recente recebida.

Até quinta-feira (16) a SMS aplicou 638.250 doses da vacina Pfizer bivalente.

A vacinação contra a Covid-19 é feita nas UBSs e nas Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados, nas AMAs/UBSs Integradas, também das 7h às 19h.

No sábado (18) as campanhas de vacinação contra a Covid-19, poliomielite e outras doenças ocorrerão nas AMAs/UBSs Integradas, das 7h às 19h.

A imunização contra a Covid-19 está disponível para toda a população a partir dos 6 meses. Para a primeira dose de reforço, estão elegíveis crianças a partir dos 3 anos, adolescentes e adultos que receberam a segunda dose há pelo menos quatro meses. Já a segunda dose de reforço da vacina está disponível para toda a população acima de 18 anos de idade que recebeu a dose anterior há pelo menos quatro meses.

Os endereços das AMAs/UBSs Integradas podem ser encontrados na página Vacina Sampa.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Cada vez que o Corpo de Bombeiros (SP) entra em ação, o mandato do 1º vereador bombeiro - major Palumbo (PP) - honra o fato de ter sido porta-voz pra toda a imprensa ...

.

PREFEITURA (São Paulo)

Conforme antecipamos, os irmãos Tatto (eleitos 2 na Câmara paulistana, 1 na ALESP, e 2 na Câmara Deputados) têm todo direito de terem candidatura (PT) à prefeitura 2024 ...

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Entre os deputados que são a própria história do mais importante parlamento estadual do Brasil, em vez de 10 mandatos - pro Mauro Bragato (PSDB) - na real começou o 11º ...

.

GOVERNO (São Paulo)

A diferença entre o estilo Tarcísio (Republicanos) e o estilo Doria, é que o 'liberal de centro' tucano atropelava até a família e o militar reformado não atropela nem os inimigos ...

.

CONGRESSO (Brasil)

Deputados federais da bancada cristã paulista na política do mundo, precisam não somente adotar, mas demonstrar - como a mulher de Cesar - que adotam as Éticas do Cristo ...

.

PRESIDÊNCIA

Lula (dono do PT) vai pra China de Xi (agora maior que Mao), que por sua vez tá com a Rússia do Putin (agora maior que Stalin), contra os países da OTAN que defendem a invadida ...

.

REPÚBLICA

... Ucrânia. Já Bolsonaro (sócio preferencial no PL) segue nos USA, mas dizendo que vai voltar ao Brasil pra devolver presentes que seriam pra União, recebidos de um dos governos que ...

.

(Brasil)

... já são potências muçulmanas, no caso a Arábia Saudita e o Irã, que já tão acima até das interpretações do Alcorão, no qual o Islã muçulmano aceita Je sus como um dos seus profetas

.

HISTÓRIAS (Brasil)

Os partidos políticos politizam várias decisões da Justiça Eleitoral (TSE) e todas as demais Justiças - incluindo a Militar - também politizam nas suas instâncias e seguem plitizando no Supremo

.

ANO 31

O jornalista **Cesar Neto** publica a coluna de política - **cesarneto.com** - na imprensa brasileira desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Fazenda reduz previsão oficial de crescimento do PIB para 1,61%

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda reduziu de 2,1% para 1,61% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país). A estimativa para a inflação aumentou. As previsões estão no Boletim Macrofiscal divulgado na sexta-feira (17).

Segundo o Ministério da Fazenda, a projeção anterior, divulgada em novembro do ano passado, minimizava os efeitos dos juros altos sobre a economia e sobre o mercado de crédito. "Esses efeitos da desaceleração econômica já foram parcialmente verificados durante o último trimestre de 2022, quando a economia teve retração de 0,2% na margem, e as concessões de crédito passaram a desacelerar de maneira mais acentuada", destacou o relatório.

Segundo a SPE, tanto o setor de serviços quanto a indústria deverão ser afetados pela queda da demanda provocada pela alta nos juros e pela contração do crédito. "A desaceleração da economia deve ocorrer tanto no setor de serviços como no industrial. O elevado endividamento e o comprometimento de renda da população devem afetar o ritmo das atividades no setor de serviços."

De acordo com o Ministério da Fazenda, a desaceleração da indústria e dos serviços deve ocorrer, mesmo com as medidas de proteção social previstas, como elevação real do salário mínimo, aumento da faixa de isenção de Imposto de Renda, o novo Bolsa Família e o Desenrola, programa de renegociação de dívidas.

Inflação

A projeção de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou de 4,6% para 5,31%. A estimativa está acima da meta de inflação para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior, 4,75%.

Segundo a SPE, a inflação dos alimentos e de bens industriais deverá desacelerar nos próximos meses. No entanto, os preços monitorados (administrados) devem subir mais que o inicialmente previsto, o que justificou a revisão para cima da projeção para o IPCA.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para estabelecer o valor do salário mínimo e corrigir aposentadorias, deverá encerrar este ano com variação de 5,16%, conforme previsão da SPE, contra 4,9% previstos no boletim anterior, divulgado em novembro do ano passado. Na projeção para o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que inclui o setor atacadista, o custo da construção civil e o consumidor final, caiu de 4,55% para 3,85%.

Outros parâmetros

O relatório também atualizou as previsões para as contas públicas. A projeção de déficit primário (resultado negativo nas contas do governo sem os juros da dívida pública) caiu de R$ 125,99 bilhões, valor previsto no início do ano, para R$ 99,01 bilhões.

O valor incorpora o pacote de medidas fiscais anunciadas em janeiro. Na ocasião, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que esperava uma queda do déficit para cerca de R$ 100 bilhões neste ano.

Quanto à Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal parâmetro usado para comparar o endividamento dos países, a previsão caiu de 79,1% para 77,6% do PIB.

Médio prazo

Apesar de reconhecer a desaceleração da economia em 2023, a SPE espera recuperação do crescimento em 2024, caso seja aprovada a nova âncora fiscal que vai substituir o teto de gastos, e a reforma tributária, o que permitiria a queda estrutural dos juros e estimularia o investimento e o consumo. A secretaria também prevê que a economia pode crescer mais nos próximos anos com a transição para um modelo de desenvolvimento baseado nas preocupações ambientais.

"O foco da expansão deverá ser a transição para uma economia sustentável de baixas emissões, com grande potencial a ser explorado nos próximos anos. Considerando esses fatores, a projeção é de aceleração do crescimento em 2024, para 2,3%. Nos anos seguintes, a atividade deve crescer entre 2,40% e 2,80% ao ano", destacou o relatório. (Agencia Brasil)

Bancos públicos e privados suspendem crédito consignado no INSS

A redução do teto dos juros de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas está sendo mal recebida por instituições financeiras. Na sexta-feira (17), dois bancos oficiais, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal, confirmaram que suspenderam a oferta desse tipo de crédito a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A Caixa e o BB seguiram diversos bancos privados que haviam interrompido a concessão de empréstimos na quinta-feira (16). A decisão ocorre após o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) reduzir, de 2,14% para 1,7% ao mês, o teto dos juros no crédito consignado. A taxa para o cartão de crédito consignado também foi reduzida de 3,06% para 2,62%.

Em nota a Caixa informou que teve de suspender a linha porque o novo teto de juros é mais baixo que o cobrado pelo banco. Acrescentou que a possibilidade de retomar os empréstimos consignados a aposentados depende de estudos técnicos de viabilidade operacional e econômico-financeira, que estão sendo feitos para adaptar as concessões às novas normas do banco.

O Banco do Brasil informou que está fazendo estudos de viabilidade técnica sobre as novas condições do crédito consignado aos beneficiários do INSS e que, assim que tiver novidades, informará sobre a retomada das contratações.

Reação

Por meio das redes sociais, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, reagiu. Em postagem no Twitter, ele defendeu que o governo use os bancos públicos para manter a oferta de crédito consignado do INSS. Lupi postou uma nota de repúdio assinada por centrais sindicais que afirma que a suspensão prejudica principalmente os aposentados e pensionistas que necessitam de crédito para complementar a renda e atualmente não têm acesso a outros tipos de linhas.

"Diante dessa situação, as centrais sindicais cobram do governo a utilização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para garantir as linhas de crédito para os aposentados e pensionistas que precisarem com as novas taxas em vigência", escreveu Lupi. Ele também publicou um link de relatório do Banco Central (BC), segundo o qual os juros do consignado para o INSS variaram de 1,31% a 2,17% ao mês na semana entre 27 de fevereiro e 3 de março.

Média

Na quinta-feira (16), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) divulgou nota, segundo a qual a redução do teto de juros comprometeria a oferta de crédito consignado e de cartão de crédito consignado a beneficiários do INSS.

De acordo com a entidade, a iniciativa pode distorcer preços de serviços financeiros, com os bancos tendo de aumentar juros de outras linhas de crédito para compensar o teto menor no consignado para o INSS.

"Iniciativas como essas geram distorções relevantes nos preços de produtos financeiros, produzindo efeitos contrários ao que se deseja, na medida em que tende a restringir a oferta de crédito mais barato, impactando na atividade econômica, especialmente no consumo", informou a Febraban.

Segundo o relatório do Banco Central citado por Lupi, na semana de 27 de fevereiro a 3 de março, apenas quatro das 38 instituições financeiras que oferecem crédito consignado do INSS cobravam taxas abaixo de 1,7% ao mês: Sicoob (1,68%), Cetelem (1,65%), BRB (1,63%) e CCB Brasil (1,31%). Os juros mais altos ficaram com a financeira Zema (2,17%, acima do antigo teto de 2,14% ao mês) e Pan (2,14%). (Agencia Brasil)

Governo cria programa para aumentar competitividade do gás natural

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou a criação de um programa para aumentar a competitividade do setor de gás natural do país. A medida foi debatida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em reunião na sexta-feira (17) com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Silveira, um grupo de trabalho vai discutir como funcionará o programa, que chamará Gás para Empregar.

"Ele visa um processo de reindustrialização nacional através do gás, não só do pré-sal, mas de todas as petroleiras que exploram a costa e que, por questões meramente econômicas, reinjetam esse gás", disse. "Precisamos trazer esse gás para aumentar nossa oferta, sermos mais competitivos em termos de preço do gás natural, que nós sabemos que é fundamental para segurança energética e segurança alimentar", explicou o ministro.

Como exemplo, Silveira citou a produção de ureia, um fertilizante nitrogenado usado na agricultura. A base de produção da ureia é a amônia, extraída, por sua vez, da combinação entre hidrogênio e nitrogênio. O hidrogênio vem do gás natural.

"Não podemos admitir que o Brasil seja importador de 85% da nossa ureia, não somos competitivos para produzir amônia, que é a base da ureia brasileira. Nós sabemos o quanto é importante nossa vocação para alimentar não só os brasileiros, mas todo o mundo, e o quanto isso é importante para nossas divisas e exportações", destacou.

Segundo ele, uma medida provisória está sendo preparada para ampliar o objeto social da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia que faz a gestão de contratos de partilha de produção e de comercialização do petróleo e gás natural da União.

"Vai tramitar uma MP para que possamos fazer o swap [troca] do óleo diesel que já é da União pelo gás natural e assim aumentando a condição de termos mais gás no Brasil, reindustrializar e nos garantir segurança energética", disse.

Ele explicou que a União vende sua parte de gás, "na cabeça do poço em alto mar", por US$ 2 por milhão de BTU (unidade de medida de consumo de gás natural), que é vendido para a Petrobras, no mercado, por US$ 16. "Porque não temos instrumento de escoar o gás e a Petrobras há muitos anos tem desdém com essa política do gás", argumentou. "Nós trataremos dessa questão da segurança energética e alimentar através também do gás, além de outras fontes, em especial as fontes renováveis", completou. (Agencia Brasil)

Medida Provisória do salário mínimo é prorrogada por 60 dias

A Medida Provisória 1.143/2022, que elevou o salário mínimo para R$ 1.302, foi prorrogada por mais 60 dias. A prorrogação foi autorizada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Desta forma, o Congresso terá mais 60 dias para analisar a medida provisória, quando poderá aprovar, rejeitar ou modificar o texto. A medida foi editada em meados de dezembro do ano passado e está em vigor desde janeiro deste ano.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já anunciou que irá reajustar o salário mínimo para R$ 1.320 em maio.

O valor atual de R$ 1.302 considera a variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de ganho real de aproximadamente 1,4%. Entretanto, o valor aprovado pelo Congresso Nacional no Orçamento Geral da União de 2023 é de R$ 1.320, mas, para entrar em vigor, depende de uma nova medida provisória do Executivo.

Outras MPs

Pacheco prorrogou também, pelo mesmo período, mais duas medidas provisórias. Uma delas (MP 1.144/2022) que concedeu crédito especial de R$ 7,5 bilhões ao Ministério do Trabalho e Previdência para pagamento de despesas do Fundo do Regime Geral de Previdência. A segunda, MP 1.145/2022, alterou valores da taxa de fiscalização dos tacógrafos. (Agencia Brasil)

Desemprego chega a 8,4% entre novembro e janeiro e se mantém estável

A taxa de desocupação, que mede o desemprego no Brasil, alcançou 8,4% no trimestre terminado em janeiro. O percentual significa estabilidade se comparado ao período anterior, entre agosto, setembro e outubro de 2022, que atingiu 8,3%.

Desde 2015, é a menor taxa para o trimestre de novembro a janeiro. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve recuo de 2,9 pontos percentuais. O rendimento real habitual subiu 1,6% no período.

O contingente de desempregados no trimestre de novembro a janeiro somou 9 milhões de pessoas, valor que repete os números do período terminado em outubro. No entanto, na comparação anual, apresentou menos 3 milhões de pessoas, quando havia 12 milhões de nessa condição. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na sexta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a coordenadora da Pnad Contínua, Adriana Beringuy, a taxa estável ainda reflete menos procura pelo trabalho. "Essa estabilidade seria uma repercussão da redução da procura por trabalho nos meses de novembro e dezembro de 2022 sobre o início de 2023", informou em texto publicado no site do IBGE.

Ocupação

O IBGE estimou em 56,7% o nível de ocupação referente ao percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar. O índice é semelhante ao registrado no mesmo trimestre de 2016. A quantidade de pessoas ocupadas ficou em 98,6 milhões. O número significa queda de 1 milhão de pessoas em relação ao trimestre terminado em outubro. "A taxa só não expandiu agora porque a pressão sobre o mercado de trabalho foi de estabilidade. No que dependesse da ocupação, o movimento seria de aumento nesse indicador", informou em coletiva virtual para analisar os resultados.

A coordenadora disse ainda que a queda no trimestre, verificada na ocupação, ocorreu depois de uma sequência de expansão do número de trabalhadores nos trimestres móveis de 2022. "No confronto anual, o contingente de ocupados segue crescendo, com alta de 3,4%. Então, se pelo lado da desocupação há uma estabilidade, pelo lado da geração de trabalho o movimento já é de perda de ocupação. Observamos, assim, dois panoramas: em uma análise de mais curto prazo é observada uma queda na formação de trabalho, enquanto no confronto com um ano atrás o cenário ainda é de ganho de ocupação", completou.

Para Adriana Beringuy, esses resultados explicam o cenário visto no fim do trimestre móvel de novembro a janeiro. "Esse efeito conjugado entre a estabilidade da população desocupada e a retração do número de trabalhadores deixou a taxa de desocupação estável", observou.

A coordenadora da Pnad Contínua acrescentou que alguns setores influenciaram os resultados do trimestre, entre eles o de agricultura e pecuária. "É possível perceber, de maneira mais acentuada, a perda de ocupação das atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com retração de 272 mil pessoas, e de administração pública, educação e saúde, com perda de 342 mil", afirmou, destacando que houve variações negativas também em outras atividades. "Embora não estatisticamente significativas, apontam para uma perda de número de trabalhadores no início do ano, na virada do quarto trimestre de 2022 para o início de 2023".

Rendimento

A Pnad do trimestre móvel terminado em janeiro de 2023 mostrou também que o rendimento real habitual avançou 1,6% no período, chegando a R$ 2.835, ou 7,7% na comparação anual. "Há alguns trimestres observamos crescimento importante no rendimento dos trabalhadores, com o período encerrado em janeiro sendo a terceira observação".

Entre os setores que ajudaram no crescimento no trimestre e na comparação com o mesmo período do ano anterior está o de alojamento e alimentação. "Em termos de atividades no confronto com o trimestre anterior, destacamos alojamento e alimentação, que teve aumento de 7%, e administração pública, saúde e educação, com aumento de 3,1%. Destaque também para os serviços domésticos, que expandiram o rendimento real em 2,2%. Já no confronto anual, todas as atividades tiveram ganho estatisticamente significativo dos seus rendimentos", relatou.

Desalentados

O contingente de pessoas desalentadas - as que participam da força de trabalho potencial e gostariam de trabalhar, mas não buscaram trabalho por achar que não conseguiriam - atingiu aproximadamente 4 milhões no trimestre terminado em janeiro. O contingente é equivalente a um recuo de 5,3%, ou 220 mil pessoas, em relação ao trimestre encerrado em outubro de 2022.

O indicador apresentou também variação negativa (-16,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Naquele trimestre eram 4,8 milhões de pessoas desalentadas.

Pnad Contínua

Segundo o IBGE, a pesquisa é o principal instrumento para monitoramento da força de trabalho no país. Na amostra por trimestre no Brasil, 211 mil domicílios são pesquisados. Ao todo, o trabalho envolve cerca de 2 mil entrevistadores em 26 estados e no Distrito Federal, integrados à rede de coleta de mais de 500 agências do instituto.

Por causa da pandemia de covid-19, o IBGE adotou a coleta de informações da pesquisa por meio de telefone a partir de 17 de março de 2020. A coleta presencial voltou em julho de 2021. "É possível confirmar a identidade do entrevistador no site Respondendo ao IBGE ou por meio da Central de atendimento (0800 721 8181), conferindo a matrícula, o RG ou CPF do entrevistador, dados que podem ser solicitados pelo informante", informou a instituição. (Agencia Brasil)

Ministério da Saúde cria centro para monitorar alta de casos de dengue

O Ministério da Saúde anunciou a instalação do Centro de Operações de Emergências (COE Arboviroses), que irá monitorar mortes e casos graves de dengue, zika e chikungunya.

A criação ocorre diante do aumento de casos dessas doenças no país. Apenas de dengue, as notificações cresceram 43,8% até março deste ano em comparação ao mesmo período de 2022. No caso de chikungunya, o aumento foi de 97%.

De acordo com o ministério, o COE irá focar, principalmente, nos registros de dengue e chikungunya, fornecendo orientações para ações de vigilância em conjunto com estados e municípios.

"Identificamos crescimento em alguns estados, o que nos deixa alerta. Já estamos enviando equipes de campo para traçar um diagnóstico da situação nessas áreas e vamos reforçar o monitoramento do cenário das arboviroses em todo o país. Nossa prioridade é sensibilizar a população, para que assim possamos controlar o avanço da transmissão dessas doenças", disse a diretora de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Alda Maria da Cruz, conforme nota divulgada pela pasta.

Dengue

De janeiro ao início de março, foram notificados 301,8 mil casos suspeitos de dengue, contra 209,9 mil casos no mesmo período de 2022. Os casos graves somam 2,9 mil, e 73 mortes pela doença foram registradas.

A região mais afetada é a Centro-oeste, com 254,3 casos por 100 mil habitantes. Em seguida, aparecem Sudeste (214,7 casos por 100 mil habitantes) e Sul (98,2 casos por 100 mil habitantes). Os estados com maior incidência são Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Chikungunya

Em relação à chikungunya, as notificações prováveis cresceram 97,1%, somando 43 mil no início do ano. Uma morte foi confirmada no estado do Espírito Santo e 13 estão em investigação.

A Região Sudeste registra a maior incidência, com 34,3 casos por 100 mil habitantes, seguida do Nordeste (13,8 casos por 100 mil habitantes) e Norte (13,1 casos por 100 mil habitantes). Entre os estados, Tocantins lidera com 139,2 casos por 100 mil habitantes.

Zika

Os registros de zika cresceram de 883 para 1.194 na comparação de janeiro a final de fevereiro deste ano com os mesmos meses de 2022. O Norte do país tem a maior proporção de casos, 2,8 casos por 100 mil habitantes. Tocantins aparece novamente como o estado com mais registro da doença em relação ao tamanho da população em 2023.

Prevenção

As três doenças (dengue, zika e chikungunya) são transmitidas pelo mosquito Aedes aegypti. Uma das formas mais eficazes de prevenir é evitar o acúmulo de água parada em pneus, garrafas, vasos de plantas e outros recipientes, onde ocorre a proliferação do mosquito. Algumas recomendações são: tapar tonéis d'água, manter calhas limpas, deixar garrafas com a boca para baixo, limpar e encher os pratos dos vasos de plantas com areia, manter lixeiras tampadas, ralos limpos e instalar telas nas janelas.

As doenças têm alguns sintomas semelhantes, como febre alta, dores pelo corpo e mal-estar. (Agencia Brasil)

Ministra da Saúde diz que é preciso discutir o financiamento do SUS

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse na sexta-feira (17), no Rio de Janeiro, que é preciso discutir o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Para ela, o tema é importante para que se garanta a efetivação do direito de toda a população à saúde.

"O gasto per capita da iniciativa privada é quatro vezes superior ao gasto per capita público do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse fato torna-se mais agudo com os aprendizados da pandemia, em que o próprio papel do sistema foi tão abordado de forma positiva", disse, durante evento na Fundação Getulio Vargas (FGV).

"Temos um sistema de saúde universal com problema de financiamento e com os desafios de estar encarando uma transição demográfica e epidemiológica".

A ministra disse que é importante também haver investimentos contínuos em ciência, tecnologia e inovação em saúde.

"Em todo o mundo, falou-se muito que as vacinas contra a covid-19 foram desenvolvidas em tempo recorde. Na verdade, se não houvesse investimentos anteriores, não haveria essas vacinas. O caso da Universidade de Oxford que produziu a vacina com o laboratório AstraZeneca foi fruto de investimentos de dez anos contínuos no desenvolvimento de vacinas", explicou.

Para Nísia Trindade é necessário que os cientistas mudem a forma de se comunicar com as pessoas, a fim de diminuir a desconfiança que parcelas da população têm em relação à ciência.

"Há uma necessidade de mudarmos a própria forma de comunicarmos a ciência. Ciência não é matéria de opinião. É matéria de construção a partir de evidências e consensos entre os pares, cientistas. Isso é fundamental para a relação entre saúde e democracia. Nós nos baseamos na evidência científica mas precisamos fazer uma construção coletiva". (Agencia Brasil)

Transporte público conta com frota emergencial de 20% em Natal

O governo do Rio Grande do Norte adotou medidas para retomar o serviço de transporte público na capital, Natal, após reunião entre autoridades e representantes do setor produtivo do estado.

Por determinação do Gabinete de Gestão de Crise (GGC), o transporte público de passageiros contou, na sexta-feira (17) com uma frota emergencial de 20%, a ser garantida por policiais militares e pela Guarda Municipal de Natal.

Por meio de sua conta no Twitter, ela disse que a Força Nacional disponibilizará mais policiais , e que o estado contará, também, com reforço de policiais militares, viaturas e helicópteros, vindos do Ceará e da Paraíba.

"Essa cooperação com os dois estados é fundamental para seguirmos com nosso plano estratégico, de forma a garantir a presença ostensiva da polícia. Precisamos de mais polícia ostensiva para garantir que o transporte, mesmo parcialmente, possa funcionar, assim como comércio, indústria, turismo e lazer", tuitou a governadora.

Força Nacional

Na reunião de quinta-feira, a governadora detalhou alguns pontos acertados com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Fino, sobre o reforço da força da segurança nacional no nosso estado.

"Flávio Dino, mais uma vez sensível, vai aumentar a presença da força de segurança nacional no nosso estado", declarou Fátima Bezerra.

Além dos 100 agentes da Força Nacional, já enviados ao estado, outros 90 policiais e 30 policiais penais federais deverão reforçar a equipe.

A Secretaria da Administração Penitenciária do RN anunciou um reforço de 90 policiais da Força de Cooperação Penitenciária, da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

Segundo a SEAP, a Central Integrada de Gerenciamento Operacional do Sistema Penitenciário monitora atualmente "mais de 1,4 mil câmeras de alta tecnologia" instaladas nas unidades prisionais do estado.

"Apesar dos atos de violência em várias cidades potiguares, não foram registradas ocorrências nas cadeias e penitenciárias do Estado", informou a SEAP que, desde terça-feira (14), suspendeu as visitas sociais de familiares e o atendimento de advogados em estabelecimentos prisionais. (Agencia Brasil)

Alckmin e representante da UE falam em acelerar acordo com Mercosul

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, se reuniu na sexta-feira (17) com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia, Margrethe Vestager, para tratar das relações entre o Brasil e o bloco europeu, além do acordo multilateral com o Mercosul. Na ocasião, as duas lideranças reafirmaram a intenção de acelerar o acordo entre os blocos econômicos. O encontro ocorreu durante o lançamento do Mapa Bilateral de Investimentos Brasil-União Europeia, estudo publicado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), em Brasília.

Alckmin destacou que a União Europeia (UE) é o maior investidor do mundo no Brasil e que pretende fortalecer essa parceria por entender que os europeus compartilham valores e princípios, como o do desenvolvimento sustentável, inclusivo e com estabilidade. A negociação entre os países do Mercosul e da União Europeia começou em 1999, mas só avançou em 2019, após a conclusão das questões comerciais e de aspectos políticos e de cooperação.

Atualmente, o tratado comercial está em fase de revisão. Segundo Margrethe Vestager, a conclusão do acordo é uma prioridade para a Comissão Europeia. "Para nós, finalizar as negociações do acordo Mercosul União Europeia é absolutamente prioritário. É um momento muito importante para acelerar a finalização e este é o momento para fazer as coisas acontecerem", afirmou a enviada da Comissão Europeia.

A vice-presidente executiva disse ainda que 50% do investimento estrangeiro direto no Brasil é de origem europeia e que se orgulha em ver a quantidade de empresas do continente atuando no país. "Esperamos desenvolver parcerias estratégicas, entre elas a de mineração sustentável. Vamos deixar pra trás a mineração antiga, em que ocorria a exploração franca e clara da natureza e das pessoas, em particular deslocando e retirando as matérias-primas dos locais explorados, agora em busca de um equilíbrio muito mais adequado, no qual o compartilhamento do valor agregado obtido seja feito de modo mais adequado e justo", disse.

Nesse contexto, Alckmin destacou os esforços do governo brasileiro para recolocar o país "no combate às mudanças climáticas, desmatamento ilegal zero, transição energética, descarbonização e hidrogênio verde". Nas próximas semanas deve ser agendada uma visita da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao Brasil. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as negociações deverão ser "intensificadas" a partir de agora.

Mapa Bilateral de Investimentos Brasil-União Europeia

O Mapa de Investimentos Bilaterais Brasil - União Europeia, publicado durante o encontro entre o vice-presidente e a representante da UE, consiste no levantamento e na análise de dados oficiais e de anúncios de novos projetos que traçam um panorama da relação de investimentos entre as duas regiões. O estudo mostra a distribuição desses investimentos entre os Estados-Membros do bloco e, também, nos estados brasileiros, provendo informações de nível setorial.

Esta é a segunda versão do levantamento que, a partir de uma análise de cenário realizada pelo setor de Inteligência de Mercado da ApexBrasil, mapeia as oportunidades de negócios mais promissoras entre o bloco e o país. Nessas análises, são encontradas informações relativas a projetos, valores e empregos decorrentes de operações de investimento de empresas estrangeiras no Brasil e brasileiras no exterior. O objetivo é traçar um panorama da relação de investimentos entre as duas regiões. (Agencia Brasil)

BNDES bloqueia financiamento a 58 proprietários rurais que desmataram

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) bloqueou R$ 25 milhões em recursos de financiamento de 58 proprietários rurais envolvidos com desmatamentos irregulares.

Para verificar quem são os desmatadores ilegais, o banco tem usado dados de monitoramento do desmatamento do MapBiomas desde fevereiro deste ano. A ferramenta dotada de mapas de georreferenciamento aponta com precisão como está a cobertura e o uso do solo, em cada um dos biomas do país. A tecnologia permite detectar diariamente a derrubada de árvores.

O BNDES cruza, então, as informações do MapBiomas com os registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para localizar os imóveis rurais. Antes de determinar o bloqueio, o BNDES confere, também, se existe autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o desmatamento legal da área identificada. Em caso negativo, o bloqueio do financiamento é realizado imediatamente.

Em entrevista à **Agência Brasil** e à **Rádio Nacional**, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, avaliou as vantagens da tecnologia empregada.

"É inquestionável porque é imagem. Como questionar? É muito mais eficiente usar a tecnologia do que simplesmente mandar o fiscal descer na área, andar na propriedade, identificar problemas. A imagem de satélite é um salto revolucionário, é uma tecnologia disruptiva".

Mercadante adiantou que os bloqueios de financiamentos vão ser a linha do banco, daqui para frente. "O BNDES vai ser implacável. Nós não aceitamos mais empresários criminosos que desmatam e têm financiamento em bancos públicos e também privados, porque estamos trabalhando com vários parceiros".

Valores

Somente no primeiro mês da parceria com o MapBiomas, o BNDES bloqueou cerca de R$ 25 milhões destas 58 propriedades rurais, equivalentes a 1,3 mil campos de futebol. Os nomes dos proprietários não foram divulgados porque os processos seguem em sigilo bancário.

Contudo, o BNDES confirma que a maior parte das terras são unidade produtoras de soja e milho. De acordo com o banco, em fevereiro, os estados com os maiores bloqueios de crédito rural foram Tocantins, Pará, Rondônia, Paraná e Minas Gerais, com ocorrências em outras unidades da federação.

Do total de proprietários que perderam a concessão de crédito rural, três recorreram da decisão. As defesas alegam que possuíam licenças estaduais para desmatar. O BNDES vai analisar as documentações apresentadas nos recursos. Se houver fundamento legal, o financiamento volta a ser autorizado.

O presidente Mercadante destaca que a próxima etapa é, justamente, firmar parcerias com os governos estaduais para receber essas informações.

"Temos o desafio de ter acesso às informações de autorizações de desmatamento dos órgãos estaduais. Na próxima etapa, em um primeiro momento, vamos fazer um acordo com os estados da Amazônia, depois, com os outros biomas para a gente ter uma checagem completa".

O BNDES envia ao Ibama as imagens de satélite do MapBiomas com a identificação das irregularidades. O objetivo é dar suporte ao instituto para tomar as providencias cabíveis para enfrentar o desmatamento ilegal, como multas e exigência de reparação dos danos.

Para voltar a ter acesso ao crédito rural, a propriedade onde foi detectada a ilegalidade precisará regularizar e reparar os danos à área devastada, perante os órgãos de controle ambiental.

Mercadante revelou que o pioneirismo da ação está sendo apresentado pela diretoria do BNDES, durante assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que ocorre no Panamá entre 16 e 19 de março.

"Nós estamos dispostos a assessorar, repassar e trabalhar em parceria. Seria muito bom, por exemplo, para os países da região amazônica usassem o mesmo instrumento. Isso seria um impacto muito grande, inclusive muito bem recebido pela comunidade internacional".

"A crise climática não vai ser revertida, se o sistema financeiro não mudar. Se quem tem dinheiro e financia a economia não mudar os critérios de financiamento, a humanidade está em risco".

BNDES verde

Em sua gestão à frente do BNDES, Aloizio Mercadante quer aumentar os investimentos do BNDES para o Brasil reduzir os impactos ambientais das mudanças climáticas. Ele citou o Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES.

"Nós temos uma responsabilidade única. Ao mesmo tempo que nós temos que ter rigor e combater o desmatamento no Brasil, as emissões dos gases de efeito estufa, isso vai permitir atrair mais financiamentos, investimentos e alternativas. É o caso do Fundo Amazônia".

O Fundo Amazônia já recebeu R$ 3,3 bilhões em doações, com R$ 1 bilhão da Noruega e R$ 200 milhões vindos da Alemanha. Mercadante ressalta que o Reino Unido e os Estados Unidos já manifestaram interesse em colaborar para o fundo.

No total, o fundo acumula cerca de R$ 5,4 bilhões, com R$ 1,8 bilhão já contratados para financiar projetos de preservação socioambiental. O restante ainda está disponível, conforme edital do banco. (Agencia Brasil)

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ nº 82.120.676/0001-83

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ e https://sistemas.cvm.gov.br/

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

Balanços patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	**80.841**	74.790	**119.202**	121.463
Caixa e equivalentes de caixa	**1.267**	4.960	**5.053**	16.238
Aplicações financeiras	**36.539**	40.340	**36.539**	40.340
Contas a receber	**8.186**	6.100	**39.456**	40.376
Dividendos distribuídos antecipadamente	**22.427**	12.000	**22.427**	12.000
Outros ativos	**1.649**	617	**4.954**	1.736
Outras contas a receber	**10.773**	10.773	**10.773**	10.773
Ativo não circulante	**2.958.005**	2.774.565	**4.492.044**	4.267.951
Caixa restrito	**8.797**	5.928	**13.498**	9.823
Contas a receber de partes relacionadas	**3.770**	237	**19.633**	16.948
Contas a receber	**1.273**	4.016	**7.440**	5.565
Outros ativos	**–**	125	**409**	507
Investimentos	**2.115.650**	2.024.615	**–**	–
Propriedades para investimento	**821.380**	734.674	**4.440.122**	4.226.529
Imobilizado	**7.135**	4.970	**10.942**	8.579
Total do ativo	**3.038.846**	2.849.355	**4.611.246**	4.389.414

	Controladora		Consolidado	
Passivo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	**547.941**	501.634	**607.889**	539.162
Debêntures	**15.948**	–	**57.807**	24.776
Empréstimos	**444**	–	**1.983**	–
Fornecedores	**1.516**	589	**6.465**	5.339
Salários, férias e encargos sociais	**300**	320	**726**	664
Tributos e contribuições sociais a recolher	**469**	447	**8.914**	7.332
Provisões diversas	**3.308**	621	**3.786**	1.016
Dividendos propostos	**525.265**	499.657	**525.265**	499.657
Obrigação com os pagamentos do arrendamento	**541**	–	**541**	–
Outras contas a pagar	**150**	–	**2.402**	378
Passivo não circulante	**906.400**	876.037	**2.418.618**	2.378.090
Debêntures	**638.129**	637.683	**1.175.953**	1.210.172
Empréstimos	**445**	–	**1.983**	
Tributos e contribuições sociais a recolher	**13**	34	**1.902**	2.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**249.515**	220.157	**1.215.685**	1.145.800
Contas a pagar com partes relacionadas	**2.144**	2.744	**2.327**	–
Provisão perda de investimento	**817**	161	**–**	–
Obrigações com os pagamentos do arrendamento	**1.990**	–	**1.990**	–
Provisão para contingências	**13.347**	15.258	**18.778**	19.133
Patrimônio líquido	**1.584.505**	1.471.684	**1.584.505**	1.471.684
Capital social	**348.293**	348.293	**348.293**	348.293
Ajustes de avaliação patrimonial	**235.411**	235.411	**235.411**	235.411
Reserva legal	**69.659**	69.659	**69.659**	69.659
Reservas de lucros a realizar	**893.535**	818.321	**893.535**	818.321
Dividendo adicional proposto	**37.607**	–	**37.607**	–
Participação de acionistas não controladores	**–**	–	**234**	478
Patrimônio líquido e participação de não controladores	**1.584.505**	1.471.684	**1.584.739**	1.472.162
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.038.846**	2.849.355	**4.611.246**	4.389.414

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros - Reserva legal	Reservas de lucros - Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido controladora	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	348.293	235.411	69.659	789.215	–	–	1.442.578	357	1.442.935
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	41.106	–	41.106	2.586	43.692
Transferência para reserva de lucros a realizar	–	–	–	41.106	(41.106)	–	–	–	–
Dividendos propostos e pagos antecipadamente	–	–	–	(12.000)	–	–	(12.000)	–	(12.000)
Dividendos distribuídos para não controladores	–	–	–	–	–		–	(2.465)	(2.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	348.293	235.411	69.659	818.321	–	–	1.471.684	478	1.472.162
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**150.429**	**–**	**150.429**	**3.537**	**153.966**
Transferência para reserva de lucros a realizar	**–**	**–**	**–**	**150.429**	**(150.429)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**(37.608)**	**–**		**(37.608)**	**–**	**(37.608)**
Dividendo adicional proposto	**–**	**–**	**–**	**(37.607)**		**37.607**	**–**	**–**	**–**
Dividendos distribuídos para não controladores	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(3.781)**	**(3.781)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**348.293**	**235.411**	**69.659**	**893.535**	**–**	**37.607**	**1.584.505**	**234**	**1.584.739**

Demonstrações do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	**39.708**	33.526	**232.842**	187.862
Custos operacionais	**(624)**	(519)	**(8.824)**	(8.830)
Lucro bruto	**39.084**	33.007	**224.018**	179.032
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas, administrativas e gerais	**(18.257)**	(14.345)	**(24.920)**	(21.173)
Ganho/(Perda) com valor justo de propriedades para investimento	**86.348**	(66.435)	**205.547**	48.779
Equivalência patrimonial	**154.222**	135.169	**–**	–
Depreciação e amortização	**(1.619)**	(5.964)	**(2.069)**	(6.595)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(1.148)**	1.064	**(1.778)**	648
	219.546	49.489	**176.780**	21.659
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**258.630**	82.496	**400.798**	200.691
Resultado financeiro	**(78.843)**	(63.978)	**(158.339)**	(125.737)
Despesas financeiras	**(85.167)**	(65.758)	**(169.567)**	(128.521)
Receitas financeiras	**6.324**	1.780	**11.228**	2.784
Resultado antes dos tributos	**179.787**	18.518	**242.459**	74.954
Imposto de renda e contribuição social correntes	**–**	–	**(18.608)**	(14.677)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(29.358)**	22.588	**(69.885)**	(16.585)
	(29.358)	22.588	**(88.493)**	(31.262)
Lucro líquido do exercício	**150.429**	41.106	**153.966**	43.692
Lucro líquido atribuível aos: Controladores	**150.429**	41.106	**150.429**	41.106
Não controladores	**–**	–	**3.537**	2.586
	150.429	41.106	**153.966**	43.692
Lucro líquido básico e diluído por ação ON atribuível a controladores - em R$			**1,15715**	0,31620
Quantidade de ações			**130.000.000**	130.000.000

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**150.429**	41.106	**153.966**	43.692
Outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**150.429**	41.106	**153.966**	43.692
Atribuído aos controladores	**150.429**	41.106	**150.429**	41.106
Atribuído aos não controladores	**–**	–	**3.537**	2.586
	150.429	41.106	**153.966**	43.692

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido antes dos tributos	**179.787**	18.518	**242.459**	74.954
Itens que não afetam o caixa e equivalente de caixa:				
Depreciações e amortizações	**1.619**	5.964	**2.069**	6.595
Provisão para perda esperada para risco de crédito	**86**	(1.860)	**299**	(446)
Provisões diversas	**2.687**	(934)	**2.770**	(925)
Variação monetária e juros	**83.862**	62.064	**163.420**	115.911
Rendimentos não realizados de aplicações financeiras	**(5.085)**	(1.639)	**(5.085)**	(1.639)
Equivalência patrimonial	**(154.222)**	(135.169)	**–**	–
Provisão para contingências	**(1.911)**	(2.483)	**(355)**	(1.601)
Ganho/perda com valor justo de propriedades para investimento	**(86.348)**	66.435	**(205.547)**	(48.779)
	20.475	10.896	**200.030**	144.070
Variações do capital circulante				
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	**571**	1.387	**(1.254)**	95
Contas a receber de partes relacionadas	**(3.533)**	3.896	**(2.685)**	(15.085)
Outras contas a receber	**(907)**	1.253	**(3.120)**	1.982
	(3.869)	6.536	**(7.059)**	(13.008)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	**927**	442	**1.126**	422
Passivos com partes relacionadas	**(600)**	(49.385)	**2.327**	–
Salários, férias e encargos sociais	**(20)**	174	**62**	313
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	–	**(18.608)**	(14.677)
Tributos e contribuições sociais a recolher	**1**	(587)	**499**	216
Amortização de encargos financeiros sobre debêntures e empréstimos	**(67.468)**	(41.530)	**(138.637)**	(84.444)
Outras contas a pagar	**150**	(557)	**2.024**	(478)
	(67.010)	(91.443)	**(151.207)**	(98.648)
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades operacionais	**(50.404)**	(74.011)	**41.764**	32.414
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	**(14.229)**	(79.094)	**–**	–
Propriedade para investimento	**(358)**	(19)	**(8.046)**	(9.904)
Outras movimentações de investimentos	**(44)**	(67)	**–**	–
Dividendos recebidos	**78.116**	46.745	**–**	–
Caixa restrito	**(2.869)**	(2.976)	**(3.675)**	(4.278)
Adição de imobilizado e intangível	**(1.253)**	(7.393)	**(1.901)**	(8.756)
Aplicação financeira	**8.886**	9.881	**8.886**	9.881
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades de investimentos	**68.249**	(32.923)	**(4.736)**	(13.057)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos tomados	**889**	193.000	**3.966**	193.000
Pagamento de dividendos para controladores	**(22.427)**	(12.000)	**(22.427)**	(12.000)
Dividendos distribuídos para não controladores	**–**	–	**(3.781)**	(2.465)
Amortização de debêntures - principal	**–**	(70.000)	**(25.971)**	(190.905)
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(21.538)**	111.000	**(48.213)**	(12.370)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(3.693)**	4.066	**(11.185)**	6.987
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	**4.960**	894	**16.238**	9.308
Saldo no final do exercício	**1.267**	4.960	**5.053**	16.295
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(3.693)**	4.066	**(11.185)**	6.987

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	**43.885**	38.977	**249.169**	201.656
Vendas de mercadorias produtos e serviços	**45.790**	39.843	**258.683**	216.052
Descontos, cancelamentos e abonos	**(1.819)**	(2.726)	**(9.215)**	(14.842)
Provisão para perda esperada para risco de crédito	**(86)**	1.860	**(299)**	446
Insumos adquiridos de terceiros (inclui impostos)	**(9.552)**	(11.796)	**(22.115)**	(22.944)
Custos dos serviços vendidos	**(624)**	(509)	**(6.104)**	(6.174)
Materiais, energia, serviços de terceiros e desp. operacionais	**(8.928)**	(11.287)	**(16.011)**	(16.770)
Valor adicionado bruto	**34.333**	27.181	**227.054**	178.712
Retenções	**(1.619)**	(5.964)	**(2.069)**	(6.595)
Depreciação e amortizações	**(1.619)**	(5.964)	**(2.069)**	(6.595)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**32.714**	21.217	**224.985**	172.117
Valor adicionado recebido em transferência	**247.017**	70.514	**216.898**	51.563
Equivalência patrimonial	**154.222**	135.169	**–**	–
Receitas financeiras	**6.324**	1.780	**11.228**	2.784
Ganho (Perda) com valor justo de propriedades para investimentos	**86.348**	(66.435)	**205.547**	48.779
Outras	**123**	–	**123**	–
Valor adicionado total a distribuir	**279.731**	91.731	**441.883**	223.680
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	**(8.673)**	(2.010)	**(10.367)**	(3.900)
Benefícios	**(913)**	(866)	**(1.383)**	(1.323)
FGTS	**(244)**	(143)	**(390)**	(300)
	(9.830)	(3.019)	**(12.140)**	(5.523)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	**(34.028)**	18.388	**(103.512)**	(43.864)
Estaduais	**(34)**	(34)	**(34)**	(34)
Municipais	**(243)**	(202)	**(2.664)**	(2.046)
	(34.305)	18.152	**(106.210)**	(45.944)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e variações cambiais e outros	**(85.167)**	(65.758)	**(169.567)**	(128.521)
	(85.167)	(65.758)	**(169.567)**	(128.521)
Remuneração de capital de próprio				
Dividendos distribuídos	**(22.427)**	(12.000)	**(22.427)**	(12.000)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	**–**	–	**(3.537)**	(2.586)
Resultados retidos do exercício	**(128.002)**	(29.106)	**(128.002)**	(29.106)
	(150.429)	(41.106)	**(153.966)**	(43.692)
Valor adicionado distribuído	**(279.731)**	(91.731)	**(441.883)**	(223.680)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Informações gerais sobre a Companhia: **a) Contexto operacional:** A Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia" ou "Almeida Junior") é uma sociedade por ações, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, cj 1604, São Paulo (SP), e tem como atividade preponderante a (i) exploração econômica e administração de shoppings centers, condomínios, bens próprios e de terceiros; (ii) participação direta ou indireta em shopping centers; (iii) assessoria e consultoria empresarial, gestão empresarial, planejamento e atividades correlatas, com relação à shopping centers e/ou empreendimentos comerciais de natureza semelhante; (iv) locação de quiosques, vitrinas e serviços de merchandising para shopping centers e lojas; (v) intermediação para locação de espaços em lojas de shopping centers; (vi) exploração e propriedade de mídias para publicidade de produtos próprios ou de terceiros; (vii) participação, administração e exploração de estacionamentos de veículos; (viii) construção e incorporação de shopping centers; e (ix) participação no capital de outras sociedade empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior. No exercício de 2021 a Companhia conclui o seu registro junto à CVM. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em 17 de fevereiro de 2023. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras individuais da controladora são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da Companhia de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.1.1. Uso de estimativas: Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, provisão para perda esperada para risco de crédito, valor justo das propriedades para investimento e a outras similares. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. 2.1.2. Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2022, o capital circulante líquido da Controladora encontra-se negativo em R$467.100 (R$ 426.844 em 31 de dezembro de 2021) e no Consolidado em R$488.687 (R$ 417.699 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. A gestão do capital circulante leva em conta os números consolidados uma vez que a Companhia conta com mecanismos para movimentar recursos entre as entidades de forma eficiente, sem prejudicar o atendimento dos compromissos de cada uma das entidades que compõem as demonstrações financeiras consolidadas. Por essa razão, qualquer análise que tenha por base o capital circulante da Controladora não refletirá a real liquidez da Companhia. Cumpre destacar que o capital circulante encontra-se negativo exclusivamente por ocasião dos dividendos propostos no montante de R$562.872 (R$ 499.657 em 31 de dezembro de 2021), onde R$ 37.608 referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios, sendo que R$22.427 desses dividendos foram pagos durante o exercício de 2022 e R$15.181 serão distribuídos posteriormente, R$ 42.657 referem-se aos dividendos mínimos a pagar de 2019, já deliberado em Assembleia Geral Ordinária "AGO", e R$445.000 referem-se aos dividendos propostos oriundos das reservas de lucros a realizar e que serão pagos até 31 de dezembro de 2024, vinculados à emissão pública inicial de ações em Oferta Primária da Companhia. As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração concluiu que os dividendos propostos devem ser desconsiderados para fins da análise do capital circulante líquido, uma vez que por mais que seja uma obrigação, caso a Companhia não tenha recursos suficientes para liquidação dos mesmos, a Administração da Companhia convocará os acionistas para uma nova deliberação sobre os dividendos. Considerando esta premissa, a Administração da Companhia concluiu que o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenant") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, demonstram que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. 2.1.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora e todas as suas controladas. 2.1.4. Transações e saldos em moeda estrangeira: Quando necessário, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A variação cambial resultante da conversão é registrada na demonstração do resultado. 2.1.5. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as controladas apresentadas no quadro abaixo:

Descrição	Abreviatura	Participação (%) 2022	2021
Controladas diretas:			
SNB Participações S.A.	SPE NK	**99,99%**	99,99%
Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda.	SPE BS	**99,99%**	99,99%
GC Participações S.A.	SPE CS	**99,99%**	99,99%
Joinville Shopping Participações S.A.	SPE GS	**99,99%**	99,99%
Blumenau Norte Shop. Participações S.A.	SPE NR	**99,99%**	99,99%
Nações Shopping Participações S.A.	SPE NS	**99,99%**	99,99%
Almeida Junior Gestão Shop. Centers Ltda.	AJ Gestão	**99,99%**	99,99%
Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda.	CSC	**99,99%**	99,99%
Shopping Park Ltda.	Park	**99,83%**	99,83%
Controladas indiretas:			
SCP Estacionamento Continente Shopping	SCP CS	**86,35%**	86,35%
SCP Estacionamento Norte Shopping	SCP NR	**89,60%**	88,45%
SCP Estacionamento Nações Shopping	SCP NS	**85,00%**	85,00%
SCP Estacionamento Joinville Shopping	SCP GS	**85,00%**	85,00%

Controladora do Grupo: A Companhia é diretamente controlada pelo acionista Jaimes Bento de Almeida Junior. Apresentamos a seguir, um resumo das principais atividades das empresas controladas da Companhia: *Controladas diretas e indiretas: SNB Participações S.A:* empresa com sede na cidade de Blumenau - SC, foi constituída em 25 de novembro de 1993 com o propósito específico de captar recursos por meio da emissão de debêntures que seriam conversíveis em frações ideais do imóvel objeto da matrícula 22.139 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau ("Imóvel"), no qual foi edificado o prédio I do Shopping Neumarkt Blumenau. Em 1.1.1994, teve seu capital social majorado de CR$ 1.000.000,00 para CR$ 2.901.487.660,00, o qual foi integralmente subscrito e integralizado por NBS Shopping Centers Ltda. ("NBS"), por meio do aporte de 19,90% das frações ideais do Imóvel, nos termos da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1.1.1994, registrada perante a JUCESC em 31.1.1994 e registrada na matrícula do Imóvel sob R.15/22.139. O aumento de capital social tinha por objetivo capitalizar a SNB com ativos (no caso os 19,90% do Imóvel) para permitir a emissão de debêntures conversíveis em fração ideal do Imóvel. Em 28.2.1994, a SNB realizou a emissão pública de 1.990 debêntures permutáveis em frações ideais de 19,90% do Imóvel; *Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda.:* A sociedade foi constituída com o propósito de participar no Balneário Shopping, situado na Cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; *GC Participações S.A.*: A sociedade foi constituída com o propósito de participar no Continente Shopping, situado na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; *Joinville Shopping Participações S.A.:* A sociedade tem como objeto social a concepção, desenvolvimento, viabilização, implantação e a participação, direta ou indireta, no empreendimento Garten Shopping, situado na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina; *Blumenau Norte Shopping Participações S.A.:* A sociedade tem como objeto social a concepção, desenvolvimento, viabilização, implantação e a participação, direta ou indireta, no empreendimento Norte Shopping, situado na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina; *Nações Shopping Participações S.A.:* A sociedade foi constituída com o propósito de participar no Nações Shopping, situado na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; *Almeida Junior Gestão Shopping Centers Ltda.:* A sociedade tem por objetivo social (i) locação de quiosques, vitrinas e serviços de merchandising para shopping centers; (ii) intermediação para locação de espaços em lojas de shopping centers; (iii) serviços de assessoria para shopping centers; (iv) assessoria e consultoria empresarial; (v) participação em empreendimentos comerciais, e (vi) atividades anexas e correlatas ao objeto social; *Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda.:* A sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços operacionais no setor de shopping centers; *Shopping Park Ltda., SCP Estacionamento Continente Shopping, SCP Estacionamento Norte Shopping, SCP Estacionamento Nações Shopping e SCP Estacionamento Joinville Shopping:* atuam na gestão e exploração econômica dos estacionamentos e na prestação de serviços correlatos, respectivamente, dos seguintes shopping centers: Shopping Neumarkt Blumenau e Balneário Shopping, Continente Shopping, Norte Shopping, Nações Shopping e Garten Shopping. Os estacionamentos descritos como SCP, foram constituídos por meio de uma estrutura denominada "Sociedade em Conta de Participação". Em razão das empresas da Almeida Junior serem as sócias ostensivas, as operações dos estacionamentos são consolidadas pela Companhia, e posteriormente é apurado o resultado atribuível à participação dos não controladores; *Participação em shopping centers:* A Almeida Junior detém participação direta ou indireta em empreendimentos imobiliários do tipo Shopping Center, todos localizados no Estado de Santa Catarina. A seguir a relação dos shoppings em operação:

Empreendimento	Localização	Início da operação	Participação direta/ indireta da Companhia
Neumarkt Shopping	Blumenau/SC	set/93	100,00%
Balneário Shopping	Balneário Camboriú/SC	out/07	80,00%
Garten Shopping	Joinville/SC	abr/10	85,00%
Norte Shopping *	Blumenau/SC	mai/11	86,50%
Continente Shopping	Grande Florianópolis/SC	out/12	85,00%
Nações Shopping	Criciúma/SC	abr/16	85,00%

*Em novembro de 2022, a controlada Blumenau Norte Shopping Participações S.A., adquiriu 1,5% de participação societária do Norte Shopping, passando a ter 86,5% de participação neste shopping. Os shoppings foram constituídos por meio de uma estrutura denominada Condomínio "Pro Indiviso" ou "Consórcio". Dessa forma, os condôminos não possuem a posse de determinado percentual de participação no empreendimento, mas sim uma participação sobre toda propriedade, a qual é indivisível. As operações dos shoppings são registradas pela Companhia em seus livros contábeis na proporção da sua participação no empreendimento. A Companhia detém a representação legal, a administração e a exploração comercial e de estacionamento de todos os shoppings centers acima citados. A Companhia não possui investimentos em Coligadas ou *Joint Venture*, sendo todos os seus investimentos compostos por controladas com participações diretas/indiretas. **3. Sumário das práticas contábeis: 3.1. Reconhecimento de receitas:** As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia faz o reconhecimento das receitas de forma proporcional à sua participação. A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de aluguel e cessão de direitos de uso pelo método linear durante o período de arrendamento, incluída na receita na demonstração de resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de posse do ativo. Os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas de aluguéis: O valor mínimo do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, são reconhecidos na proporção da participação da Companhia em cada empreendimento, em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independente da forma de recebimento. Também são consideradas as receitas decorrentes da locação de quiosques e espaços no *mall*, vitrinas, espaços de mídia e de *merchandising*. Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. Receita de cessão de direitos de uso: Os valores de cessão de direitos de uso (luvas) são reconhecidos em bases lineares, durante o prazo do contrato de aluguel e das lojas a que se referem, a partir do início da locação, independente da forma de recebimento. Receita com estacionamento: Refere-se à receita decorrente da participação e exploração dos estacionamentos dos shopping centers, com cobrança de clientes pela permanência de seus veículos no estacionamento. Estas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência Receita com prestação de serviços: Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de administração de shopping centers, prestação de serviços de assessoria de negócios imobiliários em geral, de corretagem e assessoria de natureza promocional e publicitária, para locação e/ou comercialização de espaços de uso comercial *("merchandising")* e gestão e exploração dos estacionamentos. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas de acordo com o regime de competência. **3.1. Receitas financeiras e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros auferidos sobre as contas a receber liquidadas após o vencimento e os rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, despesas bancárias e outras transações financeiras. Tais eventos estão reconhecidos na rubrica de resultados financeiros, na demonstração do resultado. **3.2. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social das controladas, Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda., GC Participações S.A., Norte Participações S.A., Shopping Park Ltda., SCP Continente, SCP Norte, SCP Nações e SCP Joinville são calculados com base no lucro presumido. Para as demais controladas, o imposto de renda e contribuição social é calculado com base no lucro real anual. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A Contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Ambos os impostos foram devidamente reconhecidos pelo regime de competência. Impostos diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia e suas controladas registram valor de ativo diferido e do *Impairment* no valor integral (seja por diferença temporária ou por prejuízo fiscal) por não haver histórico tributável. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para a diferença tributária temporária, relacionada à reavaliação de ativos e valor justo dos empreendimentos. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade tributária. Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: • Programa de Integração Social - PIS: de 0,65% (cumulativo) ou 1,65% (não cumulativo) • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3% (cumulativo) e 7,60% (não cumulativo) • Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 2,5% a 5%; **3.3. Instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros: Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, aplicações financeiras, contas a receber, contas a receber de partes relacionadas e outros ativos. A classificação desses instrumentos está descrita na Nota Explicativa nº 23. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) *Mensurado ao valor justo por meio de resultado:* São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e condições contratuais. (ii) *Mensurado pelo Custo Amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São classificados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado e excluído do resultado do exercício quando: (a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem ou (b) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro. Neste caso a Companhia ainda observa se transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferiu o controle sobre o ativo. a) Passivos Financeiros: Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem Fornecedores, debêntures e empréstimos, obrigações com pagamentos de arrendamentos e outras contas a pagar. A classificação desses instrumentos está descrita na Nota Explicativa nº 23. Os passivos financeiros da Companhia são classificados no reconhecimento inicial, como fornecedores, debêntures e empréstimos ou outras contas a pagar. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de debêntures e empréstimos e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, debêntures e empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. *Instrumentos financeiros - apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3.5. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir receita de aluguel, para valorização de capital, ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. A Companhia e suas controladas registram as operações de shopping centers, como propriedades para investimento, dado que estes empreendimentos comerciais são mantidos para fins de arrendamento operacional. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, sendo que os ganhos e perdas resultantes das alterações no valor justo das propriedades para investimento, são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados a esses dispêndios futuros. O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante modelo de avaliação de fluxo de caixa descontado, aplicado às taxas praticadas pelo mercado, que considera premissas de mercado e histórico de rentabilidade de cada propriedade. Trimestralmente, a Companhia monitora os eventos que indiquem que as estimativas de valor justo devam ser revistas, tais como, inauguração de projetos *greenfields*, expansões dos empreendimentos ou variações significativas nas performances dos shoppings em comparação aos orçamentos, modificações no cenário macroeconômico, entre outros. Se não for identificado tais eventos, anualmente, a Companhia reavalia com empresa especializada e independente, suas propriedades para investimentos para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do balanço, reconhecendo as eventuais variações de ganhos e perdas no resultado de cada exercício. **3.6. Investimentos em controladas:** Os investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia detém controle. Deter controle é o poder de tomada de decisões sobre políticas operacionais da investida, entre outros. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Controlada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A participação nos resultados das controladas está destacada como resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado, representando a parcela do lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e as políticas contábeis são consistentes com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável e reconhece o montante na demonstração do resultado. **3.7. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são apresentados ao custo de aquisição. Formação ou construção, líquidos das respectivas depreciações acumuladas e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando os gastos incorridos com reparos e manutenções relevantes, os custos são reconhecidos no valor contábil do imobilizado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis, os valores mensurados confiáveis e os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais gastos de reparos e manutenção são registrados diretamente no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios e instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **3.8. Custo dos empréstimos:** Custos de juros, encargos financeiros e outros custos referente aos empréstimos e financiamentos obtidos e diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, até o momento da entrada em operação dos bens. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. **3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos, exceto os já registrados. **3.10. Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sem risco significativo de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas em equivalente de caixa, são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. **3.11. Caixa restrito:** O caixa restrito consistia em valores retidos mensurados a valor justo por meio do resultado, utilizados como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos, que seriam utilizados na liquidação de parcelas de empréstimo. **3.12. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado,

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A.

em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão sobre riscos prováveis é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. **3.13. Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda esperada para risco de crédito), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, com os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.15. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. A compra de ações do capital pela própria Companhia (ações em tesouraria), são registradas pelo valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), e como redutora do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações forem, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **3.16. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar à destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Diretoria
Jaimes Bento de Almeida Junior - Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores
Lucas Esteves Medola

Contador
Marcelo Monteiro - CRC-SP: 218864/O

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Os diretores da Almeida Junior Shopping Centers S.A., declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009 que: (i) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e; (ii) revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Almeida Junior Shopping Centers S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. creditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. São Paulo (SP), 17 de fevereiro de 2023. As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 17 de fevereiro de 2023.

Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador - CRC-1SP209240/O-7

FRAZÃO Leilões
LEILÃO DE IMÓVEIS
Presencial e Online
Encerramento: 27/03/2023
2ª feira – às 11h00
GAFISA Uma empresa Rodobens
O leilão já está aberto na internet para receber lances.

CASAS, APARTAMENTOS, TERRENOS E SALAS COMERCIAIS

SP: São José do Rio Preto, São Sebastião. **CE:** Aracati, Fortaleza, Fortim, Maracanaú, São Gonçalo do Amarante. **MG:** Areado, Campina Verde, Juiz de Fora, Lambari, Montes Claros, São Lourenço. **MS:** Campo Grande, Três Lagoas. **MT:** Nova Maringá. **PE:** Águas Belas, Santo Antão. **RJ:** Rio de Janeiro, São Gonçalo. **RN:** Coronel João Pessoa, Natal.

À vista sem desconto. Eventuais débitos dos imóveis por conta da Rodobens até a data da arrematação.
Lance condicionado a aprovação do vendedor. Leia o Edital no site da leiloeira.
Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online.
Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.
Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇAO

Associação dos Auditores Fiscais da Receita Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo – AFRAPESP, CNPJ/MF:47.983.826/0001-81CONVOCA os associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária, no dia 30/03/2023, na sua sede a Avenida Paulista nº 2.073, 13º andar, Sala 1316, Bairro Bela Vista, São Paulo,CEP: 01311-940, Edifício Horsa 1, às 10h00 em 1ª convocação e às 10h30, em 2ª convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem-do-dia: I – Apreciar Relatório e Prestação de Contas referentes ao exercício 2022 e Previsão Orçamentária referente ao exercício de 2023. São Paulo, 17 de março de 2023. David Torres–Presidente.

Santo Antônio Energia S/A

CNPJ 09.391.823/0001-60 ("Companhia")

ERRATA

No Relatório de Administração da Companhia, publicado em 15 de março de 2023, neste jornal O Dia SP, juntamente às Demonstrações Financeiras, no item EBITDA **onde se lê:** "Este resultado é *superior* ao resultado apurado no mesmo período de 2021, isso aconteceu devido ao ressarcimento do GSF histórico de 2021 e a arbitragem CCSA de 2022", **leia-se:** "Este resultado é *inferior* ao resultado apurado no mesmo período de 2021, isso aconteceu devido ao ressarcimento do GSF histórico de 2021 e a arbitragem CCSA de 2022."

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 27 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 06 de abril de 2023, às 10h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 17 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Grupo SBF S.A.

CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 1º de Março de 2023

No dia 1º de março de 2023, às 11:00 horas, reuniram-se, por videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), Srs. Sebastião Vicente Bomfim Filho - Presidente, Caio Myrrha de Toledo Cesar, João Henrique Braga Junqueira - Secretário, Larissa Furletti Bomfim, Márcio Luiz Simões Utsch, Luiz Alberto Quinta e German Pasquale Quiroga Vilardo. Assim sendo, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **(a)** apreciaram e recomendaram a aprovação, pelos acionistas em sede de assembleia geral da Companhia, do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e do relatório e parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, conforme previamente aprovados em reunião do Comitê de Auditoria realizada em 28 de fevereiro de 2023; **(b)** apreciaram a proposta da administração a respeito da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 apresentada pela Diretoria, a qual será submetida à aprovação dos acionistas da Companhia em assembleia geral ordinária. De acordo com a referida proposta, a administração recomendou que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 205.017.818,29, seja destinado da seguinte forma: (i) R$ 10.250.890,91 para a composição da reserva legal, nos termos do Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 193 da Lei das Sociedade por Ações; (ii) R$ 62.426.418,38 para a composição da reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30, I, §1º da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, conforme alterada; (iii) R$ 33.085.127,25 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado pelos itens (i) a (iii) acima, observado o disposto no item (b.1) abaixo; e (iv) R$ 99.255.381,75 para Reserva de Investimentos, prevista no Estatuto Social da Companhia; **(b.1)** a administração propõe, em linha com o Artigo 26, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, que, caso aprovada a distribuição dos dividendos ora proposta, o pagamento seja feito à vista em 03 de julho de 2023, sem qualquer correção monetária ou juros, nos termos da proposta da administração a ser oportunamente divulgada nos termos da regulamentação aplicável; **(c)** aprovaram a outorga de garantia fidejussória, na forma de fiança, a ser concedida pela Companhia que contemple as obrigações a serem assumidas pela **Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.,** sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 1, 1º e 2º pavimentos, bairro Lapa de Baixo, CEP 05069-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.546.515/0001-34 ("FISIA") no montante total de até R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em garantia ao fiel e pontual cumprimento das obrigações a serem assumidas pela FISIA no âmbito da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública mediante rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Emissão de Debêntures FISIA"), obrigando-se a Companhia como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais e acessórios decorrentes da escritura de emissão de debêntures e/ou dos demais documentos da Emissão de Debêntures FISIA (incluindo o contrato de distribuição), nos quais constarão todas as demais características e condições das obrigações assumidas pela FISIA, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo agente fiduciário da Emissão de Debêntures FISIA ou pelos titulares das debêntures em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes da escritura de emissão de debêntures e/ou dos demais documentos da Emissão de Debêntures FISIA e suas posteriores alterações, acrescido da remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, inclusive, mas não limitando-se àquelas devidas ao agente fiduciário até o integral cumprimento de todas as obrigações constantes da escritura de emissão de debêntures e/ou dos demais documentos da Emissão de Debêntures FISIA ("Fiança"); **(c.1)** a Fiança será outorgada pela Companhia com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e artigos 130 e 794, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; **(c.2)** os Diretores da Companhia, ou eventuais procuradores devidamente constituídos, ficam autorizados a praticar todo e qualquer ato necessário à formalização da Fiança e realização da Emissão de Debêntures FISIA, incluindo, mas não se limitando, à negociação e celebração dos documentos relacionados à Fiança e à Emissão de Debêntures FISIA, tais como a escritura de emissão e o contrato de distribuição, bem como eventuais aditamentos a tais documentos; e **(d)** autorizam que, a partir da presente data, qualquer beneficiário contemplado por um ou mais dos seguintes Programas de Opção de Compra de Ações: (i) 1º Programa 2016 do Plano de 2016; (ii) 2º Programa 2016 do Plano de 2016; (iii) 1º Programa 2019 do Plano de 2019; (iv) 1º Programa 2020 do Plano 2019; e (v) 2º Programa 2022 do Plano 2019 ("Beneficiário") deduza ações de emissão da Companhia por ele adquiridas no mercado da quantidade de ações necessárias para assegurar o cumprimento da sua obrigatoriedade de destinação para o exercício de opções dos recursos por ele recebidos a título de bônus ou participação nos lucros, líquidos de impostos ou outros encargos incidentes ("PLR"), que encontra-se prevista nas cláusulas 2.1.1. dos contratos de outorga celebrados no âmbito dos Programas de Opção de Compra de Ações, sempre que o preço de exercício de suas opções corresponda a valor superior ao valor de mercado da ação de emissão da Companhia, considerando o preço de fechamento da ação no pregão da B3 S.A., Bolsa, Balcão, Brasil ("B3") na data imediatamente anterior à data em que o Beneficiário receber o PLR. A fim de assegurar tal alternativa, o Beneficiário deverá adquirir as ações de emissão da Companhia em ambiente de negociação da B3 em até 90 (noventa dias) a contar da data em que receber o PLR, hipótese em que o número de suas opções correspondente à quantidade de ações adquiridas na B3 será automaticamente cancelado. Nesse sentido, autorizaram que a Diretoria pratique todos os atos necessários à implementação dessa deliberação, incluindo, conforme se faça necessário, a celebração pela Companhia de eventuais aditamentos aos contratos de outorga de opções que tenham sido celebrados pela Companhia com cada Beneficiário no contexto de cada Programa de Opções de Compra de Ações. **Atesto que a deliberação acima reflete a decisão tomada pelo Conselho de Administração.** São Paulo, 1º de março de 2023. Sebastião Vicente Bomfim Filho - **Presidente;** João Henrique Braga Junqueira - **Secretário. JUCESP** nº 101.584/23-4 em 13/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ZANETTINI,BAROSSI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ Nº. 61.357.406/0001-10

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 25 DE ABRIL DE 2023 - CONVOCAÇÃO

Convidam-se os srs. Acionistas da Zanettini,Barossi S.A Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede social, na Av.Carioca nº.446, a realizar-se às 14,30 horas do dia 25 de abril de 2023, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2022; 2) destinação do lucro do exercício social findo em 31.12.2022; 3) aprovação de pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio; 4) distribuição de dividendos; 5) eleição do Conselho de Administração para funcionar no triênio 2023/2025, e 6) fixação dos honorários dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2023. São Paulo, 16 de março de 2023. **Wagner Pofo,** Diretor-Superintendente; **Antonio Carlos Barossi,** Diretor-Administrativo. (18 - 21 - 22)

Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo – SINTESP

Edital de Convocação. O Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo – SINTESP, pelo presente edital, convoca todos os seus afiliados e demais interessados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, no dia 5 de abril de 2023, no Sindicato, situado à Rua Visconde de Pirajá, 338-B – Vila D. Pedro I – Ipiranga – São Paulo-SP – CEP 04277-020, às 14h, em primeira convocação e não sendo atingido o quórum legal, às 14h30min em segunda convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** Instauração do Processo Eleitoral: datas, normas, eleitorais e eleição da Comissão Eleitoral, para renovação da Diretoria, mandato 2023/2026, de acordo com o artigo 56 do Estatuto; **2)** Outros assuntos de interesse da categoria. **Tecgo. Pedro Alves de Souza Junior** – Presidente.

Alterparts Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 44.574.708/0001-21

1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Dario Ferreira, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 4530074-4- SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.183.912-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Joaquim de Magalhães, nº 30, Parque São Domingos, CEP 05124-060 ("Dario"), Único sócio da Sociedade empresária limitada denominada, **Alterparts Empreendimentos e Participações Ltda.**, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 328, Sala 1605, 16º Pavimento, Condomínio Complexo Madeira, Centro Industrial e Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, devidamente registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35238287342, em sessão de 13 de dezembro de 2021, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.574.708/0001-21, ("Sociedade"); RESOLVE**, promover alterações de seu Contrato Social da empresa, o que faz através das seguintes cláusulas e condições: 1. Da Cessão e Transferência de Quotas:** Neste ato, o Sócio **Dario Ferreira**, cede e transfere a título oneroso, 1 (uma) quota de sua titularidade, devidamente integralizada, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, no valor nominal de R$ 1,00 (um real), correspondendo ao valor total de R$ 1,00 (Um Real) à **Daniella Barros Ferreira**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 44106964-2. SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 330.283.018-14, residente e domiciliada na Estrada de Itaquaquecetuba, nº 9.987, casa 03, Balneário Santo Agostinho, Bororé, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.872-060, que ingressa na Sociedade e assume todos os direitos e obrigações inerentes a tal quota. **1.1.** Em razão da cessão e transferência acima mencionada, o capital social da Sociedade permanece inalterado, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, passando a Cláusula Quinta do Contrato Social a vigorar com a seguinte nova redação: **"Capítulo II - Capital Social - Cláusula 5ª** O Capital Social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 1.000,00 (Um Mil Reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizadas pelos sócios da seguinte forma: **Sócios • Quotas • Valor (R$) • Participação %; Dario Ferreira •** 999 • 999,00 • 99%; **Daniella Barros Ferreira •** 1 • 1,00 • 1%; **Total • 1.000 • 1.000,00 • 100%. Parágrafo Único** A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas; todavia, responderá solidariamente pela integralização do capital social." **2. Transformação de Tipo Jurídico: 2.1** Os sócios, por unanimidade, deliberam transformar o tipo jurídico da sociedade, que passa de "**Sociedade Empresária Limitada**" para "**Sociedade Anônima de Capital Fechado**" sendo certo que a transformação não importa em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações a ela relativas, incluindo, sem limitar, sua escrituração comercial, fiscal, objeto social e patrimônio. **2.2** Em razão da transformação do tipo societário, aprovar a alteração da denominação social da Companhia, que passa a ser "**Alterparts Empreendimentos e Participações S.A."**, doravante denominada simplesmente "Companhia", que responderá, para todos os fins e efeitos de direitos, por todo ativo e passivo da sociedade empresária limitada ora transformada, passando a mesma a ser regida pela Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, com alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **2.3** Em razão da transformação ora aprovada, consignar que: (a) O capital social de R$ 1.000,00 (Um Mil Reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional dividido em 1.000 (mil) quotas, passará a ser representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. (b) Os sócios **Dario Ferreira** e **Daniella Barros Ferreira,** acima qualificados, passam à condição de acionistas recebendo 1 (uma) ação por cada quota anteriormente detida, mantendo-se inalterada a participação societária conforme se verifica na lista de conversão que constitui o **Anexo I** do presente instrumento. **2.4** Também a unanimidade, os sócios decidem aprovar o Estatuto Social da sociedade ora transformada, que constitui o **Anexo II**. **2.5** O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente se instalará e funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas assim o solicitarem, observadas as disposições legais aplicáveis. **2.6** Em razão das deliberações supra, dá-se por efetivamente transformada a sociedade empresária limitada em Sociedade Anônima, com o cumprimento de todas as formalidades legais, autorizando a administração da companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se façam necessários para a implementação da transformação ora aprovada. **3. Administração: 3.1** Em observância do disposto no novo estatuto social, a companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 2 (dois) membros e no máximo 7 (sete) membros. **3.2** Desta maneira, são neste ato ratificados os atuais membros empossados **(Anexo III)** , que permanecerão em seus cargos até o final dos respectivos mandatos de 3 (três) anos, que declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(I) Dario Ferreira**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 4530074-4- SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.183.912-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Joaquim de Magalhães, nº 30, Parque São Domingos, CEP 05124-060 ("Dario"), para o cargo de Diretor Presidente, com mandato até 3 (três) anos; **(II) Daniella Barros Ferreira**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 44106964.2. SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 330.283.018-14, residente e domiciliada na Estrada de Itaquaquecetuba, nº 9.987, casa 03, Balneário Santo Agostinho, Bororé, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.872-060 ("Daniella"), para o cargo de Diretora, sem designação específica, com mandato até 3 (três) anos. E, por estarem assim justas e acertadas, celebram o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas infra-assinadas. Barueri (SP), 29 de Agosto de 2022. **Dario Ferreira, Daniella Barros Ferreira.** Visto do Advogado: **Alan Carvalho de Souza - OAB/SP Nº 86.167.** Testemunhas: **Jose Nildo Tenório de Lira -** RG nº 20.370.235-9-SSP.SP - CPF nº 115.145.098-73**, Ivanir do Carmo Silva -** RG nº 16.871.029-8-SSP.SP - CPF nº 056.816.838.00. JUCESP nº 467.401/22-6 e NIRE nº 3530060067-3 em 13/09/2022.

APCGH – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS CRIADORES DE GADO HOLANDÊS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

XXV Assembleia Geral Ordinária – Gestão 2021/2024: mês Março de 2023. O Conselho Administrativo da Associação Paulista dos Criadores de Gado Holandês (APCGH), no uso de suas atribuições, facultadas pelas alíneas E do artigo 27° e ainda atendendo ao disposto nos artigos 16° e 17° em suas alíneas A, B, e D e artigo 20° do seu Estatuto Social, convocam todos os Associados da entidade para: 1° apreciação e votação do relatório, balanços e contas do Conselho Administrativo e parecer do conselho fiscal, referente ao exercício findado em 31/12/2022; 2° outros assuntos de interesse da Associação Paulista dos Criadores de Gado Holandês. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no dia 29 de março de 2023, quarta feira, as 15hs00 por meio de vídeo conferência (conforme previsto na lei 14.010-2020, publicada em 10/06/2020) através do **link: https://teams.live.com/meet/9387511017918** e presencialmente, na Sede da APCGH, situada à Rua Enxovia, n. 472, sala 2706, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-030. A primeira convocação será impreterivelmente às 15hs00 com número mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Administrativo e Fiscal, sendo a segunda chamada às 15hs10. São Paulo, 01 de março de 2023. Renato Landini Dias, Diretor Presidente da APCGH.

CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 35300582781

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a Serem Realizadas às 15:00 Horas do Dia 24 de Abril de 2023

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), os acionistas da CIP S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 44.393.564/0001-07 ("CIP", "Nuclea" ou "Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 24 de abril de 2023, às 15:00 horas, exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), a qual terá como ordem do dia as seguintes deliberações: **I - Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (a) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com a aprovação (a) do Relatório da Administração, (b) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2022, e (b) o Parecer dos Auditores Independentes da Companhia; (b) Proposta da destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (c) Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **II - Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aumento do Capital social da Companhia, por meio da conversão de valores mantidos nas Reservas de Lucro e de Capital Especial para Capital Social e Capital Especial, passando o capital social para R$ 1.143.288.528,39, conforme constante da Proposta da Administração, deliberada em sede de Reunião de Conselho de Administração da Nuclea de 15/03/2023, com a consequente (a) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, e (b) consolidação do referido Estatuto Social. **Orientações gerais: I - Documentos e Propostas.** Os documentos e propostas da administração estão à disposição dos senhores acionistas no endereço da sede da Companhia, acima informado. **II - Participação por meio da Plataforma Digital.** O acionista que desejar participar e votar nas Assembleias, por meio da Plataforma Digital, deverá enviar e-mail para o endereço: **governancacorporativa@nuclea.com.br | governancacorporativa@cip-bancos.org.br**, preferencialmente, com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar das Assembleias, e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá as Assembleias; (ii) telefone e endereço de e-mail do solicitante e/ou do procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas (a) cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração) ("Documentos Necessários"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação nas Assembleias, a CIP enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação nas Assembleias. Na hipótese de o acionista não receber o *link* (Teams) de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início das Assembleias, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: **governancacorporativa@nuclea.com.br** | **governancacorporativa@cip-bancos.org.br** ou telefone (11) 4632-7309, para que seja prestado o suporte necessário. O *link* e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista, nos termos da lei vigente aplicável. Na data das Assembleias, o acesso à plataforma digital, para participação, estará disponível com 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista, via sistema eletrônico, somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início das Assembleias não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação das Assembleias com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleias por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital, que não estejam sob controle da Companhia. **III - Orientações para o envio de Boletim de Voto a Distância:** Nos termos da IN DREI 81, também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto a distância que tenha sido considerado válido, nos termos do presente Edital. O boletim de voto a distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão no seguinte endereço eletrônico: **https://www2.nuclea.com.br/Documents/Boletim_Voto_Distancia.pdf**, deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar das Assembleias por tal modalidade. O boletim de voto a distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deverá enviar cópia digitalizada do boletim de voto a distância, em formato PDF, em conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail **governancacorporativa@nuclea.com.br | governancacorporativa@cip-bancos.org.br**; ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto a distância, em conjunto com os Documentos Necessários (abaixo especificados) para o seguinte endereço: ***CIP S.A. | NUCLEA -*** *Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar - CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/c: Governança Corporativa.* Vale ressaltar que os boletins de voto a distância somente serão recepcionados e considerados válidos se recebidos pela CIP **até um dia útil antes da realização das Assembleias, ou seja, até 20 de abril de 2023**, tendo a CIP, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento de cada boletim de voto a distância, que comunicar (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância, ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de se fazer presente às Assembleias, através da Plataforma Digital, e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado.

São Paulo, 17 de março de 2023
Ede Ilson Viani - Presidente do Conselho de Administração

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 506.260, em 30 de agosto de 2022, o Requerimento feito por **MIRIAN GAVINO FRANCISCO, brasileira, viúva, comerciante, RG nº 7.821.876-7-SSP/SP, CPF/MF nº 679.151.328-49, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua da prata nº 507, Jardim Petrópolis; LEILA DE KATIA GAVINO FIGUEIREDO, brasileira, secretaria, RG nº 7.624.467-2-SSP/SP, CPF/MF nº 992.673.228-34, e seu marido JOSÉ EUGÊNIO FIGUEIREDO, brasileiro, engenheiro, RG nº 4.438.644-8-SSP/SP, CPF/MF nº 577.338.218-00, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, na Avenida Interlagos nº 492, bloco 3, apto.21, Jardim marajoara; e JOSÉ GAVINO NETO, brasileiro, autônomo, RG nº 7822262-SSP/SP, CPF/MF nº 642.794.998-53, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com ÂNGELA MARIA FACHINIGAVINO, brasileira, aposentada, RG nº 6995651-SSP/SP, CPF/MF nº 667.535.628-34, residente e domiciliado nesta capital, na Rua Marselha nº 155, Jaguaré,**objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do imóvel situado na Rua Paris nº 570, no 19º Subdistrito, Perdizes, objeto das Transcrições nºs 12.126, 12.127, 13.204 e 13.205 do 5º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, feitas em 30/08/1937 e 28/03/1938.**. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 a 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado",** ficam eles por este Edital **INTIMADOS** da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral , de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter os mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venha de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. **São Paulo, 18 de março de 2023. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva**). 18/03 e 01/04/23

vivo **LEILÕES ON LINE** FRAZÃO Leilões
Data: 21 de março de 2023 às 14h00
APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS
CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO
OBS: TODOS OS LOTES SÃO USADOS E SUCATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNCIONAMENTO.
Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br
Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SAO PAULO / SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir. Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 20/03/2023 , para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:B52496 **- CONTRATO:** 318164028725 **-** EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

ENDERECO DO IMÓVEL: AVENIDA PADRE ARLINDO VIEIRA, Nº3052, AP31-BL07, EDIFÍCIO ARUEIRA, CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM BOTANICO, JARDIM VERGUEIRO (SACOMA), SAO PAULO - SP, CEP: 04166-003

HILDA LOPES DA CRUZ CAMPANA, BRASILEIRO(A), FUNCIONARIO(A) PUBLICO(A) ESTADUAL, CPF: 105.073.378-91, CI: 3.716.466, CASADO(A) COM **ANTONIO CARLOS CAMPANA**, BRASILEIRO(A), SECURITARIO(A), CPF 413.931.718-34 CI: 3.385.598. FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA Endereço de Cobrança:

EMGEA - Empresa Gestora de Ativos: Credor cessionário do contrato habitacional firmado com a CAIXA
Setor Bancário Sul Quadra 2 - Bloco B - Lote 18 Subloja e 1º Subsolo
Ed. São Marcus
70070-902 Brasília - DF
Telefone: (31) 2105-7634

20 - 21 - 22/03/2023

Guima-Conseco Construção, Serviços e Comércio Ltda.

CNPJ nº 59.519.603/0001-47

Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em reais - R$)

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/22	31/12/21
Ativo Circulante	**154.004.619**	**133.663.542**
Caixa e equivalentes de caixa	72.016.136	53.837.455
Contas a Receber	62.922.976	60.431.258
Valores a Recuperar	14.540.506	14.597.266
Outros Créditos	4.525.002	4.797.563
Ativo não Circulante	**18.750.609**	**5.387.568**
Realizável a Longo Prazo	1.598.723	1.116.525
Investimentos	10.601.805	-
Imobilizado	6.547.450	4.268.412
Intangível	2.631	2.631
Total Ativo	**172.755.229**	**139.051.110**

Passivo e Patrimônio líquido	31/12/22	31/12/21
Passivo Circulante	**64.705.172**	**62.690.295**
Fornecedores	2.719.189	4.450.824
Obrigações Sociais, Trabalhistas e Tributárias	57.653.373	56.385.537
Outras Contas a Pagar	4.332.610	1.853.934
Total Passivo	**64.705.172**	**62.690.295**
Patrimônio Líquido	**108.050.057**	**76.360.815**
Capital Social	10.000.000	10.000.000
Reservas de Lucros	98.050.057	66.360.815
Total Passivo e Patrimônio líquido	**172.755.229**	**139.051.110**

Demonstração do Resultado

	31/12/22	31/12/21
Receita Operacional Líquida	624.727.537	525.450.336
Custo dos Serviços Vendidos	483.441.156	419.007.614
Lucro Bruto	**141.286.381**	**106.442.722**
Despesas Operacionais	48.929.908	41.285.576
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**92.356.473**	**65.157.147**
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	6.095.102	(410.192)
Outras Receitas (Despesas)	7.225.944	(3.108.938)
Lucro antes do IR e CSLL	**105.677.519**	**61.638.017**
IR e CSLL	33.215.639	20.791.330
Lucro Líquido do Exercício	**72.461.880**	**40.846.687**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/22	31/12/21
Fluxo de caixa de atividades operacionais	72.461.880	40.846.687
(+) Depreciação e Amortização	1.150.459	948.066
(+) Custo Imobilizado Vendido/Baixado	-	955.369
	73.612.338	**42.750.122**
Variação nos ativos/passivos operacionais		
(Aumento) Diminuição nos Ativos	(3.170.125)	(9.462.964)
Aumento (Diminuição) nos Passivos	2.014.877	14.642.052
	(1.155.248)	**5.179.089**
Fluxo de Caixa de atividades de investimento	(3.429.929)	(1.575.759)
Fluxo de Caixa de atividades de financiamento	(50.848.481)	(34.884.000)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	18.178.681	11.469.451
Caixa e equivalentes de caixa inicial	53.837.455	42.368.004
Caixa e equivalentes de caixa final	72.016.136	53.837.455

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reservas de Lucro	Total
Saldo Inicial em 01/01/22	10.000.000	66.360.815	**76.360.815**
Lucro Líquido de Exercício	-	72.461.880	**72.461.880**
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(29.638)	**(29.638)**
(-) Dividendos	-	(40.743.000)	**(40.743.000)**
Saldo final em 31/12/22	10.000.000	98.050.057	**108.050.057**

Carlos Alberto Guimarães - Administrador

Osvaldo Catharino Moreno - CRC TC 1SP074.832/O-5

Governo retomará compras de alimentos da agricultura familiar

O governo federal relança, no próximo dia 22, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, a equipe de governo pretende aproveitar uma visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Recife para anunciar a retomada do programa.

Criado no início do primeiro governo Lula, em 2003, o PAA foi instituído para incentivar a agricultura familiar sustentável por meio do estímulo ao consumo da produção do setor, principalmente por meio de compras feitas por órgãos públicos. A prática também tende a contribuir para a formação de estoques públicos, ajudando a evitar a disparada dos preços dos principais alimentos, além de incentivar hábitos alimentares saudáveis.

"No dia 22 agora, lá em Recife, o governo federal vai relançar o PAA, com R$ 500 milhões para comprar da agricultura familiar e levar [os produtos] para a mesa do povo", anunciou o ministro na 20ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico, evento que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou em Viamão (RS) e que reuniu agricultores familiares, empresários, integrantes de outras entidades que apoiam o movimento, representantes do governo federal e parlamentares.

"Vamos comprar a preço de mercado os alimentos que vocês produzem e colocá-los na mesa do povo. Os restaurantes universitários, o Exército, Forças Armadas, todos terão que comprar da agricultura familiar", acrescentou Teixeira, respondendo a uma das principais reivindicações do segmento após o que entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) classificam como o "desmonte do PAA e de várias políticas públicas" após quatro anos "de invisibilidade para o setor".

"É inadmissível que aqui no estado do Rio Grande do Sul, nossas crianças comam bolacha com suco artificial, que nossas crianças não tenham uma alimentação saudável na hora do almoço", disse a deputada estadual Bruna Rodrigues (PCdoB) ao lembrar que, quando criança, a merenda escolar chegou a ser uma de suas principais motivações para ir ao colégio. "Sou uma dessas que fui à escola para comer a merenda. Por isso, sei da importância disso", afirmou.

Conab

O ministro do Desenvolvimento Agrário lembrou que, na semana passada, o governo federal anunciou o reajuste dos valores repassados a estados e municípios por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Dependendo da etapa de ensino, o reajuste pode chegar a 39%. Em contrapartida, as normas do programa estabelecem que ao menos 30% dos itens adquiridos com os recursos federais venham da agricultura familiar.

Teixeira também citou os planos federais para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) como uma das ações para impulsionar o setor. Presente ao evento, o indicado para presidente da companhia, ex-deputado estadual pelo PT Edegar Pretto, garantiu estar "formulando os próximos anúncios da companhia para atender às demandas dos companheiros".

"Temos a obrigação de pensar, refletir e reafirmar nosso compromisso com os 33 milhões de homens e mulheres que dormem e acordam todo santo dia com fome. E para quem ainda tem dúvida, quando assumirmos a Conab, nenhum serviço será reduzido. Faremos mais e melhor", prometeu Pretto, destacando que a vinculação da Conab ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar foi um indicador político da nova orientação da companhia.

"A prioridade número um é garantir a assentados, agricultores familiares, índios, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, enfim, a todos os que optarem por produzir comida para a população brasileira, que o governo, a Conab, serão seus maiores clientes, adquirindo a produção que vocês colherem", garantiu Pretto.

Festa

Realizada anualmente, a Festa da Colheita do Arroz Agroecológico deste ano aconteceu no assentamento rural Filhos de Sepé, em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre. Segundo o MST, toda a produção do assentamento é isenta de agrotóxicos e de produtos transgênicos.

Ainda de acordo com o movimento, o local é um dos 22 assentamentos rurais espalhados por nove cidades gaúchas. Juntos, eles reúnem 352 famílias vinculadas a sete cooperativas, que estimam colher mais de 16 mil toneladas de arroz orgânico na atual safra.

De acordo com o Instituto Riograndense do Arroz (Irga), autarquia subordinada à Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, há mais de dez anos o MST no Rio Grande de Sul lidera a lista de maiores produtores brasileiros de arroz orgânico da América Latina. (Agencia Brasil)

ATAS / BALANÇOS EDITAIS / LEILÕES

opec@jornalodiasp.com.br

FRAZÃO Leilões — LEILÃO Presencial e Online — Encerramento: 28/03/2023 3ª feira – às 11h00 — Santander

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

CASA E APARTAMENTO

Maria da Fé/MG: Casa em Turquia, na Rua Celso Valerio Fernandes, 168 * **Araucária/PR:** Apto. em Costeira, na Rua Minas Gerais, 985, Apto. 305 Bloco 02 - Vaga 105 - Condomínio Residencial Parque Constance

À vista ou a prazo conforme o Edital do leilão. Leia o Edital no site da leiloeira.
Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco. Cadastre-se para participar do leilão online.
Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.
Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

JEMF Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.394/0001-26 – NIRE 35.300.191.021

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de março de 2023

1. Data, Horário e Local – Dia 01 de março de 2023, às 10:00h, na sede social, Rua Amauri nº 255, 16º andar, Capital de São Paulo. **2. Convocação** – Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **3. Presença –** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **4. Mesa Dirigente** – José Ermírio de Moraes Neto, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos. **6**. **Deliberações –** submetida as matérias e respectivos documentos para exame e discussão e, logo depois, à votação, os presentes, por unanimidade, decidiram: (i) aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de **R$ 156.088.750,00** (cento e cinquenta e seis milhões, oitenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais) a serem destacados de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros" acumulados de exercícios anteriores, montante este a ser pago no dia **08.03.2023**; e (ii) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem, ou nomearem procuradores para praticarem em seu nome, todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento da deliberação constante nesta ata. **7. Observações Finais** – a) – Em todas as deliberações deixaram de votar os legalmente impedidos; b) – O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; c) – Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais acionistas presentes. (a.a.) **José Ermirio de Moraes Neto**, Presidente, Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário; **p. MRC Participações S.A.,** Clovis Ermirio de Moraes Scripilliti e Carlos Eduardo Moraes Scripilliti**, p. AEM Participações S.A.,** Luís Ermírio de Moraes e Rubens Ermirio de Moraes **e p. ERMAN Participações S.A.**, Claudio Ermirio de Moraes e Ricardo Ermirio de Moraes, acionistas. **José Ermirio de Moraes Neto, José Roberto Ermirio de Moraes e Neide Helena de Moraes,** usufrutuários de direitos políticos e econômicos. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 01 de março de 2023. Sergio Thiago da Gama Giestas – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.591/23-1 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

MRC Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.355/0001-29 – NIRE 35.300.190.998

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de março de 2023

1. Data, Horário e Local – Dia 01 de março de 2023, às 11:30h, na sede social, Rua Amauri nº 255, 14º andar, Capital de São Paulo. **2. Convocação –** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **3. Presença** – Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **4. Mesa Dirigente** – Clovis Ermirio de Moraes Scripilliti, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos. **6. Deliberações –** submetida as matérias e respectivos documentos para exame e discussão e, logo depois, à votação, os presentes, por unanimidade, decidiram: (i) aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R$ **155.939.750,00** (cento e cinquenta e cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais) a serem destacados de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros" acumulados de exercícios anteriores, montante este a ser pago no dia **08.03.2023**; e (ii) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem, ou nomearem procuradores para praticarem em seu nome, todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento da deliberação constante nesta ata. **7. Observações Finais** – a) – Em todas as deliberações deixaram de votar os legalmente impedidos; b) – o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; c) – os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Secretário. (a.) **Sergio Thiago da Gama Giestas**, Secretário; **p. JEMF Participações S.A.,** José Ermirio de Moraes Neto e José Roberto Ermirio de Moraes**; p. AEM Participações S.A.** Luis Ermirio de Moraes e Rubens Ermirio de Moraes **e p. ERMAN Participações S.A.** Claudio Ermirio de Moraes e Ricardo Ermirio de Moraes, acionistas e **Regina Helena Scripilliti Velloso, Clovis Ermirio de Moraes Scripilliti, Carlos Eduardo Moraes Scripilliti e pp. Maria Helena de Moraes Scripilliti Noschese,** usufrutuários de direitos políticos e econômicos. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 01 de março de 2023. Sergio Thiago da Gama Giestas – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 99.471/23-1 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

AEM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.403/0001-89 – NIRE 35.300.191.013

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de março de 2023

1. Data, Horário e Local – Dia 01 de março de 2023, às 10:30hs, na sede social, Rua Amauri nº 255, 16º andar, sala B, Capital de São Paulo. 2 **Convocação** – Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **3. Presença –** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **4. Mesa Dirigente** – Antonio Ermírio de Moraes Filho, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário. **5. Ordem do Dia** – Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos. **6. Deliberações –** submetida as matérias e respectivos documentos para exame e discussão e, logo depois, à votação, os presentes, por unanimidade, decidiram: (i) aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de **R$ 155.292.750,00** (cento e cinquenta e cinco milhões, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta reais) a serem destacados de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros" acumulados de exercícios anteriores, montante este a ser pago no dia **08.03.2023**; e (ii) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem, ou nomearem procuradores para praticarem em seu nome, todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento da deliberação constante nesta ata. 7. **Observações Finais** – a) – Em todas as deliberações deixaram de votar os legalmente impedidos; b) – O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; c) – Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais acionistas presentes. (a.a.) **Antonio Ermirio de Moraes Filho**, Presidente, **Sergio Thiago da Gama Giestas**, Secretário, **Antonio Ermírio de Moraes Filho, Rosa Helena Costa Moraes, Vera Regina Costa Moraes, Luis Ermirio de Moraes, Maria Lúcia Costa Moraes,** usufrutuária dos direitos políticos e econômicos, **Rubens Ermirio de Moraes, Maria Regina Costa Ermirio de Moraes, Nídia Maria Faustino Claro de Moraes, Fabiana de Moraes Martin Bianco, Mario Ermirio de Moraes Filho, Natália de Moraes Zambrone, Márcia Regina Récio de Moraes, Júlia Récio de Moraes Haddad, Eugênio Ermirio de Moraes, p. JEMF Participações S.A.,** José Ermirio de Moraes Neto e José Roberto Ermirio de Moraes**, p. ERMAN Participações S.A.,** Claudio Ermirio de Moraes e Ricardo Ermirio de Moraes **e p. MRC Participações S.A.,** Clovis Ermirio de Moraes Scripilliti e Carlos Eduardo Moraes Scripilliti, acionistas. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 01 de março de 2023. Sergio Thiago da Gama Giestas – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 101.070/23-8 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

FRAZÃO Leilões — LEILÃO Presencial e Online — Encerramento: 29/03/2023 4ª feira – às 10h00 — CAPEF Seu Plano de Previdência

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

SALAS COMERCIAIS

LOCADAS OU DESOCUPADAS

Rio de Janeiro/RJ (Centro) * **Fortaleza/CE** (Aldeota, Jacarecanga e Meirelles) * **Recife/PE** (Boa Viagem e Boa Vista) * **Salvador/BA** (Pituba) * **Brasília/DF** (Asa Sul)

À vista ou a prazo conforme o Edital do leilão. Leia o Edital no site da leiloeira.
Lance vencedor condicionado à aprovação do vendedor. Cadastre-se para participar do leilão online.
Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.
Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão: 20/03/2023 **as:** 16:00
Local: **AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SAO PAULO, SP**

ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matricula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED **B17315** - CONTRATO **102380476981** - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

JOSE MARTINS DA CRUZ FILHO, BRASILEIRO(A), COMERCIÁRIO , CPF 035.282.568-50, CI 8.585.398 SSP/SP CASADO(A) COM **MARIA DO CARMO DA SILVA CRUZ**, BRASILEIRO(A), DO LAR, CPF 035.282.568-50 CI: 9893126 SSP/SP.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 306 - 3º ANDAR, A RUA JOSE ANTONIO COELHO NºS 730 E 750, AV. 23 DE MAIO S/N E RUA EÇA DE QUEIROZ S/N (Nº 720 NÃO OFICIAL) , EDIFICIO DANUBIO, 9º SUBDISTRITO VILA MARIANA, EM SÃO PAULO, SP, COM AREA UTIL DE 51,1344M2, AREA COMUM DE 9,529M2, AREA TOTAL CONSTRUIDA DE 60,6634M2, CORRESPONDENDO A FRAÇAO IDEAL DE 0,19% DO TERRENO, COM TODAS AS SUAS INSTALAÇOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

SAO PAULO, 01/03/2023
ARY ANDRE NETO

01 - 06 - 20/03/2023

Cyrela Sul 008 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 21.125.450/0001-80 - NIRE 35230080277

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 14.03.2023, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 20.281.260,00 **para** R$ 18.281.260,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Plajo S.A. Indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **28 de abril de 2023 às 16h00** na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 17 de março de 2023. **Vicente Baptista Bijarra** - Diretor Presidente.

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª E 558ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), conforme disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª e 558ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **COMUNICAR** aos os titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") o **CANCELAMENTO** da Assembleia Geral ("AGT CRI" ou "Assembleia"), cuja realização estava designada para ocorrer, em 1ª convocação, em 23 de março de 2023, às 10h30min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, e foi convocada nos termos Edital de Convocação, publicado conforme disposto na Cláusula XII do Termo de Securitização, nas edições de 03, 04 e 07 de março e nas edições conjuntas nas 04, 05 e 06 de março de 2023 do jornal o "O Dia" ("Edital"), motivado pela necessidade de obtenção de maiores informações a respeito das matérias que serão objeto de deliberação pelos Titulares dos CRI. Uma vez esclarecidos todas as informações necessárias à tomada de decisão pelos Titulares dos CRI, a Emissora voltará a realizar nova convocação. São Paulo, 16 de março de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 2ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 2ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 18 de novembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 10 de abril de 2023, às 11h00min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 18 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

20, 21 e 22

Hejoassu Administração S.A.

CNPJ/MF nº 61.194.148/0001-07 – NIRE 35.300.192.559

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de março de 2023

1. Data, Horário e Local – Dia 01 de março de 2023, às 09:30 h, na sede social, Rua Amauri nº 255, 14º andar, cj. A, capital de São Paulo. **2. Convocação** – Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **3. Presença** – Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **4. Mesa Dirigente** – Clovis Ermirio de Moraes Scripilliti, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário. **5. Ordem do Dia** – Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos. **6. Deliberações – (a)** submetida as matérias e respectivos documentos para exame e discussão e, logo depois, à votação, os presentes, por unanimidade, decidiram pela aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de **R$ 632.891.000,00** (seiscentos e trinta e dois milhões, oitocentos e noventa e um mil reais) a serem destacados de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros" acumulados de exercícios anteriores, montante este a ser pago no dia **08.03.2023**; e **(b)** por autorizar os Diretores da Companhia a praticarem, ou nomearem procuradores para praticarem em seu nome, todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento da deliberação constante nesta ata. **7. Observações Finais** – a) – Em todas as deliberações deixaram de votar os legalmente impedidos; b) – O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; c) – Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Secretário. (aa) Clovis Ermirio de Moraes Scripilliti, Presidente e Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário; p. **JEMF Participações S.A.**, José Ermirio de Moraes Neto e José Roberto Ermirio de Moraes; p. **AEM Participações S.A.**, Luís Ermirio de Moraes e Rubens Ermirio de Moraes; p. **ERMAN Participações S.A.**, Claudio Ermirio de Moraes e Ricardo Ermirio de Moraes e p. **MRC Participações S.A.**, Clovis Ermirio de Moraes Scripilliti e Carlos Eduardo Moraes Scripilliti, Acionistas. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 01 de março de 2023. Sergio Thiago da Gama Giestas – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.724/23-1 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Erman Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.376/0001-44 – NIRE 35.300.191.005

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de março de 2023

1. Data, Horário e Local – Dia 01 de março de 2023, às 11:00h, na sede social, Rua Amauri nº 255, 15º andar, Capital de São Paulo. **2. Convocação** – Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **3. Presença** – Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **4. Mesa Dirigente** – Ermirio Pereira de Moraes, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos. **6. Deliberações –** submetida as matérias e respectivos documentos para exame e discussão e, logo depois, à votação, os presentes, por unanimidade, decidiram: (i) aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de **R$ 156.106.750,00** (cento e cinquenta e seis milhões, cento e seis mil, setecentos e cinquenta reais) a serem destacados de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros" acumulados de exercícios anteriores, montante este a ser pago no dia **08.03.2023**; e (ii) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem, ou nomearem procuradores para praticarem em seu nome, todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento da deliberação constante nesta ata. **7. Observações Finais** – a) – Em todas as deliberações deixaram de votar os legalmente impedidos; b) – O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; c) – Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais acionistas presentes. (a.a.) **Ermirio Pereira de Moraes**, Presidente; **Sergio Thiago da Gama Giestas**, Secretário. **Ermirio Pereira de Moraes, Fabio Ermirio de Moraes, Claudio Ermirio de Moraes, Marcos Ermirio de Moraes, Ana Paula de Moraes Rizkallah, Luciana Moraes de Ulhôa Rodrigues, Ricardo Ermirio de Moraes, Ana Helena de Moraes Vicintin, Marcelo de Moraes Vicintin, Camila de Moraes Vicintin Vallone, Marina de Moraes Vicintin Lopes, Rafael de Moraes Vicintin, p. JEMF Participações S.A.,** José Ermirio de Moraes Neto e José Roberto Ermirio de Moraes**, p. AEM Participações S.A.,** Luís Ermirio de Moraes e Rubens Ermirio de Moraes e **p. MRC Participações S.A**., Clóvis Ermirio de Moraes Scripilliti e Carlos Eduardo Moraes Scripilliti, acionistas. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 01 de março de 2023. Sergio Thiago da Gama Giestas – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 99.472/23-5 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1105437-38.2022.8.26.0100**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo Ipiranga. Requerido: Giovanna Souza Vaccaro e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1105437-38.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Caramuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Lilian Cristina de Andrade Souza, CPF Nº 274.010.998-96 e GIOVANNA SOUZA VACCARO, CPF nº 529.818.128-74, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Hospital São Camilo Ipiranga, alegando em síntese: Cobrança de Serviços Médicos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2023. 18 e 21 / 03 / 23

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **0005323-74.2023.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Atelie e Galerie Moda Brasil Eireli. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0005323-74.2023.8.26.0100. A Dra. Laura de Mattos Almeida, Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Atelie e Galerie Moda Brasil Eireli (CNPJ. 32.282.764/0001-03), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Banco Bradeso S/A, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 334.234,83 (fevereiro de 2023). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1138966-82.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Cade Austin Mullins. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1138966-82.2021.8.26.0100. A Dra. Flávia Poyares Miranda, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Cade Austin Mullins, americana, portadora do passaporte nº 531701578, que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 38.125,87 (novembro de 2021), decorrente da Nota Fiscal de Serviço nº 11480535. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0050623-93.2022.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Diomede Ventura e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0050623-93.2022.8.26.0100. (A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Espólio de DIOMEDE VENTURA,e sua herdeira e representante Giulia Galliera Ventura (CPF. 442.478.318-95), que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-os ao pagamento da quantia de R$ 16.122,07 (novembro de 2022). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC e art. 513, parágrafo 2º CPC, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1016042-05.2017.8.26.0005**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Ednaldo Pereira dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1016042-05.2017.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Trazibulo José Ferreira da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDNALDO PEREIRA DOS SANTOS, Brasileiro, CPF 547.567.745-04, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: objetivando a quantia de R$ 75.134,79 (agosto de 2021), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 003.129.658. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para, que no prazo de 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora ou arresto a pedido do credor. Não sendo contestada a ação, o executado será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0017052-33.2019.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Trazibulo José Ferreira da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) REMO EMIDIO MAIELLARO, Brasileiro, Casado, Administrador, CPF 382.683.818-17, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Polico Comercial de Alimentos Ltda., alegando em síntese: em conformidade com os artigos 133 e seguintes do Código de Processo Civil, em desfavor da empresa executada requereu a desconsideração da personalidade jurídica da mesma. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta, quanto ao requerimento de inclusão no polo passivo do feito, nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. J - 17 e 18/03

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 613 18 A 24 DE MARÇO DE 2023

Importados

MINI Cooper S E Multitone Edition

Um carro exclusivo e com volume limitado. E o melhor de tudo: elétrico e divertido. Este é o MINI Cooper S E – Multitone Edition. Uma série especial, com pintura, acabamentos e interior exclusivos, que chega ao Brasil com volume limitado à apenas 25 unidades, tornando-o desejado e colecionável instantaneamente. Com propulsão 100% elétrica, o modelo já está à venda nas concessionárias da MINI no Brasil.

O MINI Cooper S E – Multitone Edition se destaca pelo visual diferenciado. A carroceria vem de série no tom Verde Sage, uma cor exclusiva para os modelos Hatch da marca. O acabamento dos retrovisores, maçanetas e aros dos conjuntos óticos dianteiro e traseiro são brancos, dando ao modelo um contraste belíssimo e bastante diferenciado. As rodas são de 17 polegadas do modelo Scissor Spoke com acabamento em dois tons (diamantado e preto brilhante). Os pneus são do tipo runflat.

O acabamento Multitone está presente, principalmente, no teto, que conta com pintura degradê das cores Branco Aspen, Cinza Melting e Preto Jet. Além disso, o toque Multitone Edition está presente na coluna das portas, nos side scuttles personalizados nos paralamas dianteiros, decoração do painel, no volante, na soleira, no quebra-sol, nos tapetes e até mesmo na chave, que ganha uma capa exclusiva.

O MINI Cooper S E - Multitone Edition tem uma bateria de íon-lítio de 32,6 kWh, dividida em 12 módulos, permite uma autonomia de até 234 km (ciclo de testes WLTP), conta com 8 anos de garantia e pode ser carregada em uma tomada doméstica no padrão brasileiro com o carregador portátil que acompanha o veículo, ou com carregadores rápidos como o MINI Wallbox, e com carregadores de rodovias de corrente contínua.

Uma característica surpreendente dos 100% Elétricos da MINI é a possibilidade de personalizar o nível de eficiência na regeneração de energia por meio de uma chave seletora no painel. O condutor pode optar entre as opções de baixa ou alta regeneração de energia. Nessa segunda, é ativado o One-Pedal Feeling, em que o veículo desacelera assim que o motorista tira o pé do acelerador, então a energia cinética é transformada em elétrica e realimenta o motor, garantindo mais autonomia. Além do benefício da regeneração de energia, a sensação de dirigir nesse modo é um atrativo adicional para os condutores.

Todo MINI Cooper S E - Multitone Edition sai conectado de fábrica com um SIM card virtual sem custo ao cliente por um período mínimo de três anos. Com isso, o cliente pode acessar o MINI Connected, sistema que fornece uma série de serviços ao motorista e ao passageiro e permite usufruir de funcionalidades exclusivas: chamada de emergência inteligente, MINI Teleservices,

notícias em tempo real, previsão do tempo, serviços remotos, preparação para Apple CarPlay, informações de trânsito em tempo real e assistente de autonomia, que avisa a necessidade de incluir paradas para recarregar as baterias no trajeto e localizar os pontos de recarga disponíveis.

Há também conectividade com Amazon Alexa, possibilitando maior integração do veículo com casas inteligentes, sistema de som da renomada Harman/Kardon, head up display, painel digital, central multimidia touchscreen de 8,8 polegadas, sistema de navegação com informação de trânsito em tempo real e teto solar panorâmico.

O modelo conta ainda com sistema interativo para facilitar a condução do veículo. Entre os destaques estão o assistente de direção, sistema de câmera que auxilia o motorista na condução do veículo com diversas funcionalidades, como por exemplo: Sistema de navegação Profissional, Sistema de proteção ao pedestre com frenagem automática, aviso de saída de faixa com vibração do volante, assistente de farol alto com regulagem automática da intensidade dos faróis dependendo do tráfego, alerta de aproximação perigosa sem limite de velocidade e assistente de frenagem automática de 5km/h até 60km/h.

O sistema também pré-condiciona os freios para uma resposta mais rápida e distâncias de frenagem mais curtas. No quesito segurança, o motorista poderá contar com 6 airbags de série, controle de cruzeiro com ajuste velocidade, sensor de estacionamento traseiro e dianteiro e sensor de chuva, com acionamento automático dos faróis baixos.

O novo MINI Cooper S E - Multitone Edition tem preço sugerido de R$ 295.990, incluindo pintura e todos os equipamentos e acabamentos mencionados, e conta também com benefícios exclusivos: Carregador rápido MINI Wallbox Essential (além de um e um carregador portátil que pode ser plugado em tomadas no padrão brasileiro); MINI Service Inclusive (manutenção por 3 anos); opções de financiamento com taxa 0,69% com 60% de entrada e saldo em 24x e Bônus de valorização de seminovo no valor de R$ 10.000.

Volvo traz benefícios para modelos híbridos

Para reforçar seu compromisso com a eletrificação, a Volvo Car Brasil inicia uma nova e inédita campanha de descontos e benefícios para aquisição de modelos 100% elétricos.

Os benefícios são para os modelos XC40 e o C40 equipados com motor P8 de 408 hp de potência. O cliente pode escolher entre taxa zero em 24x com 60% de entrada ou R$ 20 mil de bônus no veículo usado para a aquisição de um veículo zero quilômetro.

Os modelos carregam todo o DNA da Volvo Cars com design, tecnologia de ponta, segurança, potência e compromisso com o futuro. Entre os destaques estão o moderno sistema de infoentretenimento do Google, One Pedal Drive e diversos recursos de segurança e tecnologia que facilitam o dia a dia.

Além de ter sua linha de produtos inteira premiada a empresa também se destaca por seu investimento em eletrificação. Com um plano de instalação de eletropostos interestaduais, a Volvo é hoje a marca que mais investe em infraestrutura de carga de veículos elétricos no país.

Em 2022, encerrou o ano com mais de 1.000 carregadores AC – o tradicional Wallbox da marca, que carrega veículos híbridos e elétricos – espalhados por todo o país. Além desses, já foram instalados sete eletropostos ultra rápidos em rodovias, que conectam mais de 2.050 km de estradas.

A campanha em vigor em todas as concessionárias da marca no Brasil segue até 31 de março de 2023.

O econômico BYD híbrido plug-in Song Plus DM-i

O Song Plus DM-i, modelo híbrido plug in lançado pela BYD no final do ano passado no Brasil, foi marcado pelo sucesso e logo conquistou o mercado por sua tecnologia inteligente e soluções inovadoras, amplo espaço interno, design dinâmico, luxuoso e desenvolvido com a inédita tecnologia super híbrida DM-i.

E agora se consolida como um dos modelos mais econômicos disponíveis em nosso país, segundo dados oficiais do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), divulgados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular — PBEV, que foi atualizado com informações de consumo de combustível. O BYD Song Plus DM-i teve confirmada uma das melhores marcas de consumo do país: 38,4 km/l e (*) na cidade.

Os números são impressionantes e desafiantes: o novo BYD Song Plus DM-i obteve a surpreendente marca de 38,4 km/l e (*) na cidade e 28,1 km/ e (*) na estrada. Assim, o modelo recebeu classificação "A", em dois comparativos: tanto no segmento, com também na absoluta geral. Essas informações serão disponíveis a partir de agora em selo do programa CONPET de eficiência energética, que será aplicado ao Song Plus DM-i vendido no Brasil. (*) - Consumo km/l e: equivalente quando no modo 100% elétrico ou híbrido plug-in).

O Song Plus DM-i possui particularidades e diferenciais muito importantes para o consumidor. Desde o seu lançamento, em novembro do ano passado, é considerado o modelo híbrido plug in com o preço mais competitivo do mercado brasileiro: R$ 269.990.

Quarto modelo apresentado pela marca no país, o Song Plus é um SUV com a avançada tecnologia super híbrida DM-i. É capaz de mesclar os modos de utilização. São vários benefícios, incluindo baixo consumo de combustível além de rápida aceleração, dirigibilidade suave, além de baixa emissão de CO2. Quando comparados aos veículos tradicionais à combustão, os modelos equipados com a tecnologia super híbrida DM-i se destacam como produtos inovadores e de menor dependência aos combustíveis fósseis.

O Song Plus DM-i está equipado com dois motores. Um a gasolina de ciclo Atkinson e outro elétrico produzindo uma potência máxima combinada de 235 CV e torque máximo combinado de 400 N.m. A eficiente transmissão, ao não utilizar marchas definidas, otimiza o funcionamento do sistema DM-i.

A BYD tem ainda outro grande diferencial. É a única montadora no Brasil que oferece 2 modelos SUV com tecnologias diferentes — o híbrido plug-in Song Plus DM-i e o 100% elétrico, o Yuan Plus EV. Ambos têm o mesmo preço público sugerido (R$ 269.990).

O modelo híbrido BYD Song Plus DM-i possui uma autonomia superior a 1.000 km com o reservatório de combustível completo e a bateria totalmente carregada.

O Song Plus DM-i é disponível em versão única de mercado e cinco cores: Emperor Red (Vermelho), Delan Black (Preto), Time Grey (Cinza), Snow White (Branco) e Dome Blue (Azul). A garantia do Song Plus DM-i é de cinco anos ou 200 mil quilômetros rodados (sistema elétrico do PHEV + baixa tensão + chassis). A bateria Blade conta com garantia de oito anos ou 200 mil quilômetros.

Motos

Chega a MXF 50 TS

Atenta ao público que gosta de aventuras e diversão, a montadora paranaense MXF Motors apresenta ao mercado a nova moto MXF 50 TS. A minimoto tem as virtudes de ser arrojada e potente.

É um produto que atende dois lados: o 'pilotinho', que já consegue acompanhar o pai neste universo duas rodas, por exemplo, e já ambiciona o início nas competições; e o público que escolhe a moto como recreação. A equipe técnica ressalta ainda que é nas categorias de base — justamente onde está o público que vai utilizar a MXF 50 TS — que, de fato, grandes atletas são descobertos e se desenvolvem.

O modelo vem com o exclusivo motor de 10,5 cv, resistente e potente, escapamento completo, como os usados nas motos de competição, o quadro reforçado, o sistema de freios a disco e o design dos gráficos e das carenagens modernas.

Outro ponto importante está no formato da suspensão do modelo. Na dianteira, ela é invertida, tem câmara simples com válvula de fluxo hidráulico, o que garante para a moto segurança, estabilidade e conforto no momento da pilotagem, especialmente nas curvas, na aceleração em retas e nas demais condições das pistas e do terreno off-road. Já o sistema monoamortecido da traseira torna o centro de gravidade mais baixo, favorecendo a distribuição de massa e absorvendo os impactos. A suspensão é da marca SZC, e o chassi foi projetado para uso extremo.

A MXF 50 TS tem 50 cilindradas, transmissão automática (não possui marchas) e está preparada para levar um piloto de até 70 quilos à performance dos gigantes nas competições.

Truck

Novas versões Sprinter 417 e 517

A Mercedes-Benz Vans lança as novas versões 417 e 517 da linha Sprinter com o motor a diesel de quatro cilindros OM654, disponíveis em todos os concessionários da marca com preço público sugerido a partir de R$ 221.200.

Em 2022, a marca divulgou a linha Street 315 com essa motorização e, agora, a novidade se expande para todo o portfólio da Sprinter no país, contemplando os modelos Sprinter Truck, Furgão e Van de Passageiro, ambos com maior tonelagem. Os veículos contam com 170 cv de potência e 40,8 de torque, representando 4% e 12% a mais desses atributos, respectivamente, se comparados às versões anteriores.

A geração de motores OM654 foi desenvolvida com características de melhor desempenho e menores vibrações. Visando reduzir o atrito do motor, o bloco é 100% de alumínio e conta com a combinação de pistões em aço com perfil escalonado, além do revestimento da parede do cilindro Nanoslide.

O veículo proporciona uma performance operacional mais eficiente, principalmente em trechos urbanos e mistos, viabilizando entregas e transportes de passageiros mais rápidos e seguros. O motor também apresenta a recirculação dinâmica dos gases de escape por diferentes vias e o pós-tratamento, contribuindo para menores taxas de emissões.

Os veículos apresentam as novas cores exclusivas, Cinza Sólido e Cinza Selenita, com o intuito de ampliar as opções disponíveis no portfólio da marca para os clientes. Além de combinar com as linhas modernas de toda a série, essa é a maior oferta de cores do segmento. Com essa novidade, a linha Sprinter passa a contar com três opções em pintura sólida e cinco opções em pintura metálica.

Expediente

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

I. Mensagem da Administração

Somos pautados pela excelência de nossas operações sustentáveis e pela transformação digital em nossos processos, somadas à busca contínua de um modelo de gestão horizontal e inclusivo, para alcançarmos resultados crescentes e sólidos, como foram os da InterCement Brasil em 2022. Nada terá valor se a coragem nos faltar. Por isso, essa conduta nos permitiu fazer frente às incertezas políticas, sociais, ambientais e econômicas, e impulsionar os impactos positivos de nossas atividades. Reforçamos nosso propósito e princípios e aprofundamos a conexão entre o que aspiramos como empresa, de forma coletiva, e o que nos motiva individualmente. Essa orientação nos mantém confiantes em relação ao futuro e à nossa capacidade de honrar os nossos compromissos e metas ambientais, sociais e de governança.

O ano foi consistente também em razão da consolidação e aprimoramento de vários projetos e iniciativas criados nos períodos anteriores. Nossa governança corporativa atende às mais importantes recomendações para assegurarmos a qualidade e transparência na condução de nossos negócios. Estamos nos tornando mais eficientes, ágeis e flexíveis para evoluirmos ao máximo nosso potencial, aproveitando oportunidades e gerindo de forma consciente e ativa nossos riscos.

Essas características, somadas ao aprimoramento de nossas práticas de gestão de pessoas, compliance e ética, foram fundamentais para chegarmos ao final do exercício com bons resultados mesmo diante de cenário adverso, em que fomos pressionados por elevação dos custos de produção, inflação e alta de juros. Ao explorarmos cada vez mais nossa fronteira de performance comercial, industrial e logística, nossos indicadores sinalizam o alcance de um patamar elevado de resultados e uma geração de caixa expressiva.

Essas realizações não seriam concretizadas com tanta maestria sem profissionais que renovam o compromisso com nosso propósito todos os dias. Desejamos ser atrativos e trabalhamos incansavelmente para que nossas equipes permaneçam conosco e novos talentos sejam incorporados. Esse caminho foi coroado com o reconhecimento da InterCement Brasil pela Mercer & Valor Carreira, pela segunda vez, como a 5ª melhor empresa para se trabalhar (comparado a empresas de mesmo tamanho) e a 1ª do setor de material de construção e também pela Great Place to Work como 17ª empresa do setor industrial e 2ª no setor de material de construção. O que também é refletido na evolução contínua nos últimos quatros anos em nossa Pesquisa de Clima Interna.

Procuramos recompensar cada um dos profissionais para que se sintam valorizados e respeitados. Para desenvolver nossos profissionais, a Fábrica do Saber - nossa plataforma interna de aprendizagem - assumiu o protagonismo como ferramenta dedicada a assegurar a evolução profissional e pessoal. Além disso, seguimos em busca de nos tornarmos mais inclusivos e plurais. Destaque nesse sentido é a consolidação dos Grupos de Afinidade, que têm contribuído para sermos mais equânimes, interna e externamente. Realizamos o primeiro evento externo do Construtoras do Amanhã, grupo exclusivo de mulheres atuantes na construção civil, que mobilizou mais de 600 pessoas de todo o País.

Parte relevante desse desempenho também se deve à confiança que nos foi atribuída pelos nossos clientes. Nossa base foi ampliada em 23% em 2022, com o ingresso de mais varejistas, além de companhias do segmento de vendas técnicas. Nossos clientes exclusivos também se beneficiaram com uma relação cada vez mais madura e estruturada. Além disso, todo nosso CRM (*Customer Relationship Management*) foi reformulado e conectado com nossa frente de transformação digital comercial: Amigo Construtor, que vem conectar todos os elos do mercado de material de construção.

Para os nossos fornecedores fortalecemos o programa *Partner*, que, mais do que reconhecer o desempenho dos nossos parceiros, impulsiona uma melhoria contínua de nossas práticas conjuntas, integrando todos que se relacionam com a InterCement Brasil em uma pauta construtiva de ESG. Nossos clientes e fornecedores também participam de nossos treinamentos e eventos referentes a Compliance, Ética e Integridade, além de Segurança do Trabalho - valores que foram escolhidos como foco esse ano para serem impulsionados em nossa rede de valor.

A introdução de tecnologias e melhorias em mais unidades industriais, por meio do programa Fábrica Forte 4.0 Sustentável, está tornando nossos processos fabris cada vez mais eficientes, resultando em redução de custos e de impactos ambientais e mais segurança para colaboradores e terceirizados. Prosseguimos com a ampliação do coprocessamento, que permite a substituição de combustíveis fósseis por elementos com menor emissão de Gases do Efeito Estufa (resíduos ou biomassa) em nossos fornos. Além da menor emissão, fomentamos a economia circular, com possibilidade de geração de renda para pequenos negócios - produtores locais de biomassa, empresas de beneficiamento de resíduos e cooperativas de catadores.

Os pequenos negócios constituem um dos públicos atendidos por mais de uma dezena de projetos geridos pelo Instituto InterCement para levar melhores condições e possibilidades às comunidades nas quais estamos integrados. No ano, este conjunto de ações beneficiou mais de 45 mil pessoas em 18 municípios. Um dos destaques foi o Dia do Bem Fazer, iniciativa que mobilizou mais de 3,5 mil voluntários, doações em espécie, de produtos e de serviços, além de ter contado com a participação ativa de nossos fornecedores e clientes.

Agradecemos pelo empenho e comprometimento daquelas pessoas que renovam seu compromisso com nosso propósito todas as manhãs e todas as noites. Estendemos nosso reconhecimento aos acionistas, aos parceiros comerciais, às comunidades que nos acolhem e desenvolvem. Cada um fez parte das evoluções desse ano, assim como ao longo de toda a nossa história. Temos o desejo de seguir esta jornada juntos, para continuarmos evoluindo e buscando incessantemente dias melhores para todos.

Diretoria Executiva InterCement Brasil

II. Contexto Operacional

A Companhia é uma das líderes em produção de cimento no mercado brasileiro, com capacidade instalada de 17,2 milhões de toneladas, sendo 12,2 milhões ativas e 5,0 milhões hibernadas.

As operações da Companhia incluem 15 unidades produtivas de cimento, 3 usinas de concreto e 01 unidade de agregado. Com unidades produtivas localizadas em quatro das cinco regiões do Brasil (quais sejam, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste), a Companhia cobre uma área equivalente a cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, de forma que as vendas da Companhia estão relativamente alinhadas à distribuição do PIB por região. Sua base de clientes é altamente diversificada, sem que um único cliente represente uma parcela significativa da receita líquida consolidada total da Companhia.

III. Principais Indicadores Consolidados

INDICADORES (R$ milhões)	4º Trimestre 4T22	4T21	Var. %	Acumulado 2022	2021	Var. %
Receita líquida	**938**	794	18%	3.728	3.153	18%
Custo das vendas e dos serviços	**(767)**	(631)	22%	(3.040)	(2.368)	28%
Lucro bruto	**172**	163	5%	689	784	-12%
Margem Lucro Bruto%	***18%***	*21%*	*-2,3 pp*	*18%*	*25%*	*-6,4 pp*
EBITDA ajustado	**257**	193	33%	880	928	-5%
Margem EBITDA ajustado%	***27%***	*24%*	*3,1 pp*	*24%*	*29%*	*-5,8 pp*
Lucro líquido (prejuízo)	**(7)**	931	-101%	65	1.314	-95%
Margem líquida%	***-1%***	***117%***	*-118,0 pp*	***2%***	***42%***	*-40,0 pp*
Fluxo de caixa operacional	**466**	**340**	37%	**883**	**605**	46%

IV. Comentário de Desempenho

Demonstração Resultado (R$ milhões)	4º Trimestre 4T22	4T21	Var. %	Acumulado 2022	2021	Var. %
Receita líquida	**938**	794	18%	**3.728**	3.153	18%
Custo das vendas e dos serviços	**(767)**	(631)	22%	**(3.040)**	(2.368)	28%
Lucro bruto	**172**	163	5%	**689**	784	-12%
Margem Lucro Bruto %	***18,3%***	*20,5%*	*-2,3 pp*	***18,5%***	*24,9%*	*-6,4 pp*
Despesas Operacionais	**(71)**	(75)	(6%)	**(300)**	(269)	11%
,Outras receitas (despesas) operac.	**40**	49	-18%	**89**	138	-35%
Resultado Operacional (EBIT)	**141**	137	3%	**478**	653	-27%
Resultado Financeiro	**(133)**	(43)	208%	**(435)**	(126)	246%
Resultado antes Impostos (EBT)	**8**	93	-91%	**43**	528	-92%
Impostos	**(15)**	838	-102%	**21**	787	-97%
Lucro líquido	**(7)**	931	-101%	**65**	1.314	-95%
Margem líquida %	***-0,7%***	*117,3%*	*-118,0 pp*	***1,7%***	*41,7%*	*-40,0 pp*

1. Volume

A indústria de cimento no Brasil atingiu 63,1 Mtons¹ vendidas em 2022, uma retração de 2,8% em relação a 2021, interrompendo o crescimento consecutivo do último triênio. Os crescimentos da inflação, da taxa de juros e do endividamento das famílias em 2022 contribuíram para o contexto.

O volume de venda da InterCement reduziu 2,9% em relação ao ano anterior, alinhada à performance do mercado nacional. A região Sudeste apresentou a maior redução, seguido pelo Nordeste, entretanto, impulsionados pelo Agronegócio, as regiões Sul e Centro Oeste apresentaram crescimento.

No 4T22, a Companhia registrou um aumento de 1% no volume de vendas em comparação ao 4T21, mesmo com o impacto pontual da Copa do Mundo e das fortes chuvas, com destaque para as regiões Sul e Centro Oeste.

¹ Conforme dados divulgados pelo SNIC (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento)

2. Receita Líquida

A receita líquida anual atingiu recorde histórico, cresceu 18% e totalizou R$3,7 bilhões. A estratégia comercial base a gestão eficiente de portfólio e uma base pulverizada e crescente de clientes, possibilitaram atingir esse resultado. O incremento de preço do cimento 2022 vs 2021 se destacou em todas as regiões, principalmente na região Sudeste e Centro Oeste, superando o impacto da perda de volume de vendas no período.

No 4T22 a receita líquida elevou 18% em relação ao mesmo período do ano anterior, com incremento de preço do cimento em todas as regiões, destaque para a região Nordeste.

Base a estratégia comercial, registrou-se mais de 15 mil clientes ativos atendidos de maneira direta ao longo do ano, uma expansão de 24% em relação ao número do ano de 2021, beneficiando o mix de vendas e gerando efeito positivo no preço médio.

3. Resultado Operacional

O resultado operacional atingiu R$478M em 2022, mesmo com a receita líquida crescendo 18%, o resultado foi menor 27% em relação a 2021, impactado principalmente pela elevação dos custos em 28%.

A indústria de cimento enfrentou grandes desafios ao longo do ano com aumento dos custos, principalmente dos combustíveis, matérias primas e fretes.

O preço do coque de petróleo, principal combustível utilizado pela Companhia e responsável por cerca de 33% do cash cost da produção de cimento, registrou expressivo aumento ao longo de 2022. A imperfeição entre oferta e demanda que iniciou na pandemia, foi agravada com o conflito no leste europeu.

A elevação da inflação impactou no aumento das demais matérias primas e custos de produção, assim como a elevação nos custos do óleo diesel², que cresceu 19% no período, elevando os custos e tarifas de transportes de matérias primas e cimento vendido.

No 4T22 o resultado operacional foi 3% superior ao mesmo período do ano passado, alcançando R$141M. A estratégia comercial para reajustes de preços superou a inflação de custos no período, contribuindo com o resultado.

² ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

4. Lucro líquido do período

O lucro líquido totalizou R$65M em 2022, resultado inferior a 2021 em R$1,250M, impactado principalmente pelo menor reconhecimento do ativo fiscal diferido no montante de R$773M, pelo aumento da taxa SELIC sobre os empréstimos, que resultou no aumento de juros de R$270M e pela pressão inflacionária sobre certos custos e despesas, principalmente em relação ao pet coke, que reduziu o lucro operacional em R$175M.

No 4T22 o lucro líquido foi negativo em R$7M vs 4T21 de R$931M, principais eventos mencionados acima.

5. EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA AJUSTADO - RECONCILIAÇÃO DOS ITENS (R$ milhões)	4º Trimestre 4T22	4T21	Var. %	Acumulado 2022	2021	Var. %
Lucro Líquido do Exercício	**(7)**	931	-101%	**65**	1.314	-95%
Impostos	**15**	(838)	-102%	**(21)**	(787)	-97%
Resultado Financeiro	**133**	43	208%	**435**	126	246%
Depreciação/Amortização	**86**	96	-10%	**371**	363	2%
EBITDA	**227**	232	-2%	**849**	1.016	-16%
Itens reconciliados para EBITDA Ajustado	**30**	(39)	-177%	**30**	(88)	-135%
(–) Créditos de Impostos/direitos creditórios	**–**	3	-100%	**–**	(66)	-100%
(+) Custos não recorrentes gerados por sinistro extraordinário a serem ressarcidos pelo seguro	**31**	–	100%	**31**	–	100%
(+/–) Impairment do imobilizado	**(1)**	(46)	-97%	**(6)**	(39)	-85%
(+) Efeitos COVID-19	**1**	3	-78%	**4**	16	-76%
(+) Outras provisões	**0**	0	18%	**2**	1	148%
EBITDA Ajustado	**257**	193	33%	**880**	928	-5%

O EBITDA ajustado no ano de 2022 foi menor 5% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado pela pressão dos custos.

No 4T22, o EBITDA ajustado cresceu 33% em relação ao mesmo período do ano anterior, fruto do crescimento da receita.

6. Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA (R$ milhões)	4º Trimestre 4T22	4T21	Var. %	Acumulado 2022	2021	Var. %
EBITDA Ajustado	**257**	193	33%	**880**	928	-5%
Variação ativos/passivos operacionais	**333**	198	68%	**359**	22	1515%
Pagamento de impostos	**(2)**	(11)	-80%	**(8)**	(50)	-83%
CAPEX	**(108)**	(70)	54%	**(302)**	(250)	21%
Venda de ativos/Outros	**(14)**	30	-146%	**(46)**	(46)	0%
Fluxo de Caixa Operacional¹	**466**	340	37%	**883**	605	46%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**100**	–	100%	**100**	991	-90%
Juros pagos	**(227)**	(98)	131%	**(422)**	(154)	174%
Pagto empréstimos, financiamentos e debêntures	**(32)**	(5)	536%	**(41)**	(14)	195%
Partes relacionadas	**–**	–	0%	**(98)**	(1.060)	-91%
Dividendos	**(33)**	(15)	121%	**(101)**	(203)	-50%
Outras atividades de investimentos	**(30)**	(31)	-4%	**(184)**	(130)	42%
Variação caixa e equivalentes de caixa	**244**	191	28%	**137**	35	296%
Caixa, equivalentes de caixa e títulos	**597**	460	30%	**597**	460	30%

A geração de caixa operacional gerencial¹ alcançou R$883M em 2022, aumento de 46% em relação a 2021, recorde histórico para o período. Este resultado é fruto de um sólido patamar de EBITDA para um período marcado pelos custos elevados do setor. A gestão eficiente do capital de giro, com destaque para fornecedores e contas a receber, contribuiu positivamente para esse resultado. A conversão do EBITDA em caixa operacional foi de 100%.

A geração de caixa operacional no 4T22 foi maior 37% em relação ao trimestre de 2021.

A Companhia realizou pagamento de juros das suas debêntures no valor aproximado de R$422M, amortizou empréstimos no valor de R$41M e realizou a distribuição de dividendos no valor de R$101M. Adicionalmente, no 2T22, a Companhia adquiriu uma parcela de ações preferências de sua controlada Estreito Participações, no valor de R$44M.

A InterCement Brasil encerrou o ano de 2022 com uma posição de caixa de R$597M, com destaque para o sólido resultado operacional.

¹contempla no caixa operacional gerencial a inclusão do CAPEX, venda de ativos e aplicações financeiras, não considerando os efeitos de pagamento/recebimento de juros.

V. Auditores independentes - Instrução CVM 381/03

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados.

A Companhia informa, também, que seus auditores, Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestaram serviços relevantes que possam comprometer a independência conforme descrito na referida norma.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**587.259**	361.745	**597.239**	459.813
Contas a receber de clientes	8	**30.140**	171.972	**31.640**	172.848
Partes relacionadas	22	**270.229**	150.950	**270.114**	150.754
Estoques	9	**423.390**	361.616	**416.931**	355.935
Impostos a recuperar	10	**82.341**	68.706	**85.356**	69.952
Outros ativos		**32.893**	27.924	**33.511**	28.180
Total do ativo circulante		**1.426.252**	1.142.913	**1.434.791**	1.237.482
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7	**37.795**	5.401	**38.620**	6.156
Contas a receber de clientes	8	**1.225**	2.076	**1.225**	2.076
Partes relacionadas	22	**888**	32.564	**888**	32.664
Estoques	9	**28.338**	28.989	**28.338**	28.989
Impostos a recuperar	10	**148.983**	125.449	**148.983**	125.449
Depósitos judiciais	19	**84.555**	69.687	**84.958**	69.703
Instrumentos financeiros derivativos	5 (ii)	**8.173**	7.272	**8.173**	7.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	**668.065**	640.564	**668.065**	640.564
Outros ativos		**36.369**	57.624	**37.699**	58.886
Investimentos:					
Em controladas	11	**213.727**	273.373	**–**	–
Outros			–	**98**	82
Imobilizado	12	**1.763.517**	1.747.128	**1.998.069**	1.994.860
Direito de uso em arrendamentos	14 (a)	**82.347**	131.200	**112.394**	136.904
Intangível:					
Ágio	13	**301.312**	301.312	**301.312**	301.312
Outros intangíveis	13	**117.785**	95.792	**196.798**	174.297
Total do ativo não circulante		**3.493.079**	3.518.431	**3.625.620**	3.579.214
Total do ativo		**4.919.331**	4.661.344	**5.060.411**	4.816.696

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	15 (a)	**526.146**	335.671	**487.991**	324.298
Obrigações por Confirming	15 (b)	**370.118**	260.804	**371.829**	260.804
Debêntures	17	**470.279**	–	**470.279**	–
Empréstimos e financiamentos	16	**54.235**	23.457	**54.235**	23.457
Juros a pagar	16 e 17	**28.439**	22.667	**28.439**	22.667
Impostos e obrigações a pagar	18	**94.624**	103.333	**99.263**	107.226
Salários e encargos sociais		**63.188**	66.407	**63.408**	66.642
Adiantamentos de clientes		**11.669**	8.655	**11.769**	9.140
Passivos de arrendamento	14 (b)	**41.544**	93.502	**47.004**	99.864
Outras obrigações		**30.464**	20.141	**37.136**	26.665
Total do passivo circulante		**1.690.706**	934.637	**1.671.353**	940.763
Passivo não circulante					
Debêntures	17	**2.223.697**	2.691.542	**2.223.697**	2.691.542
Empréstimos e financiamentos	16	**49.592**	18.713	**49.592**	18.713
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	**24.436**	26.716	**25.684**	27.842
Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos	20	**30.667**	28.110	**30.667**	28.110
Impostos e obrigações a pagar	18	**32.251**	41.685	**32.251**	41.685
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	**–**	–	**7.545**	8.024
Passivos de arrendamento	14 (b)	**50.528**	55.258	**76.586**	55.283
Outras obrigações		**108.246**	78.340	**155.542**	122.926
Total do passivo não circulante		**2.519.417**	2.940.364	**2.601.564**	2.994.125
Patrimônio líquido					
Capital social	23 (a)	**592.274**	592.274	**592.274**	592.274
Reserva legal	23 (d)	**25.095**	61.206	**25.095**	61.206
Reservas de lucros	23 (d)	**–**	2.624	**–**	2.624
Reservas de incentivos fiscais	23 (d)	**130.147**	130.147	**130.147**	130.147
Transações com acionistas	23 (b)	**(38.400)**	–	**(38.400)**	–
Ajustes de avaliação patrimonial		**92**	92	**92**	92
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		**709.208**	786.343	**709.208**	786.343
Participação não controladores		**–**	–	**78.286**	95.465
Total do patrimônio líquido		**709.208**	786.343	**787.494**	881.808
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.919.331**	4.661.344	**5.060.411**	4.816.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação, em reais)

	Nota explicativa	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Receita líquida	25	**3.744.595**	3.159.687	**3.728.387**	3.152.677
Custo das vendas e dos serviços	26	**(3.201.376)**	(2.516.727)	**(3.039.695)**	(2.368.312)
Lucro bruto		**543.219**	642.960	**688.692**	784.365
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	26	**(290.654)**	(261.321)	**(299.579)**	(269.000)
Equivalência patrimonial	11	**18.124**	21.549	**17**	74
Outras receitas operacionais, líquidas	26	**89.500**	137.459	**89.205**	138.000
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**360.189**	540.647	**478.335**	653.439
Resultado financeiro					
Variação cambial	27	**(12.080)**	(4.795)	**(12.080)**	(4.795)
Receitas financeiras	27	**113.853**	135.127	**120.070**	139.192
Despesas financeiras	27	**(529.858)**	(248.149)	**(542.933)**	(260.085)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(67.896)**	422.830	**43.392**	527.751
Imposto de renda e contribuição social	24	**29.196**	801.285	**21.321**	786.520
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(38.700)**	1.224.115	**64.713**	1.314.271
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a Controladora		**(38.700)**	1.224.115	**(38.700)**	1.224.115
Não controladores		**–**	–	**103.413**	90.156
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por ação ON - R$	29	**(0,09)**	2,97	**(0,09)**	2,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(38.700)**	1.224.115	**64.713**	1.314.271
Outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	–
Resultado abrangente total do período	**(38.700)**	1.224.115	**64.713**	1.314.271
Resultado abrangente atribuível a:				
Participação controladora	**(38.700)**	1.224.115	**(38.700)**	1.224.115
Participação não controladores	**–**	–	**103.413**	90.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Transações com acionistas	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.865.528	–	–	117.619	–	92	(2.345.835)	637.404	59.732	697.136
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	1.224.115	1.224.115	90.156	1.314.271
Redução de capital para absorção do prejuízo		(2.228.216)	–	–	–	–	–	2.228.216	–	–	–
Redução de capital em decorrência da cisão parcial de acervo líquido		(45.038)	–	–	–		–	–	(45.038)	–	(45.038)
Redução da reserva de incentivo para absorção do prejuízo		–	–	–	(117.619)	–	–	117.619	–	–	–
Dividendos antecipados	23 (c)	–	–	–	–	–	–	(990.101)	(990.101)	(54.550)	(1.044.651)
Juros sobre o capital próprio antecipados	23 (c)	–	–	–	–	–	–	(39.910)	(39.910)	–	(39.910)
Destinação:											
Constituição de reserva legal	23	–	61.206	–	–	–	–	(61.206)	–	–	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23 (d)	–	–	–	130.147	–	–	(130.147)	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	2.624	–	–	–	(2.624)	–	–	–
Perdas com participação em controlada	23 (b)	–	–	–	–	–	–	(127)	(127)	127	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		592.274	61.206	2.624	130.147	–	92	–	786.343	95.465	881.808
Prejuízo do período		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(38.700)**	**(38.700)**	**103.413**	**64.713**
Redução de capital	23 (b)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(14.673)**	**(14.673)**
Dividendos pagos	23 (b)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(100.532)**	**(100.532)**
Redução das reservas de lucro e legal para absorção do prejuízo do período		**–**	**(36.111)**	**(2.624)**	**–**	**–**	**–**	**38.735**	**–**	**–**	**–**
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido	23 (b)	**–**	**–**	**–**	**–**	**(38.400)**	**–**	**–**	**(38.400)**	**(5.422)**	**(43.822)**
Perdas com participação em controlada	23 (b)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(35)**	**(35)**	**35**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**592.274**	**25.095**	**–**	**130.147**	**(38.400)**	**92**	**–**	**709.208**	**78.286**	**787.494**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**4.886.144**	4.148.429	**4.889.166**	4.152.043
Outras receitas	**148.214**	131.859	**148.194**	133.160
Provisão para perdas de crédito esperada	**(3.398)**	(919)	**(3.398)**	(919)
	5.030.960	4.279.369	**5.033.962**	4.284.284
Insumos adquiridos de terceiros				
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	**(2.942.049)**	(2.218.491)	**(2.912.881)**	(2.206.558)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(507.790)**	(452.771)	**(339.492)**	(292.056)
Perda e recuperação de valores ativos	**(9.013)**	28.352	**(9.014)**	28.352
	(3.458.852)	(2.642.910)	**(3.261.387)**	(2.470.262)
Valor adicionado bruto	**1.572.108**	1.636.459	**1.772.575**	1.814.022
Depreciação, amortização e exaustão	**(328.214)**	(331.321)	**(371.007)**	(362.783)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.243.894**	1.305.138	**1.401.568**	1.451.239
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**18.124**	21.549	**17**	74
Receitas financeiras	**116.034**	140.883	**122.251**	144.948
	134.158	162.432	**122.268**	145.022
Valor adicionado total a distribuir	**1.378.052**	1.467.570	**1.523.836**	1.596.261
Distribuição do valor adicionado	**1.378.052**	1.467.570	**1.523.836**	1.596.261
Pessoal e encargos	**365.903**	302.884	**367.798**	303.836
Impostos, taxas e contribuições	**500.015**	(324.233)	**527.395**	(298.600)
Juros, aluguéis e outras despesas operacionais	**550.834**	264.804	**563.930**	276.754
Remuneração de capitais próprios:				
Juros sobre o Capital Próprio	**–**	39.910	**–**	39.910
Dividendos	**–**	990.101	**–**	990.101
Lucro (prejuízos) retidos	**(38.700)**	194.104	**(38.700)**	194.104
Participação dos não controladores nos lucros retidos	**–**	–	**103.413**	90.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(67.896)**	422.830	**43.392**	527.751
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação, amortização e exaustão	26	**240.561**	224.426	**266.265**	249.389
Amortização direito de uso em arrendamentos	26	**87.653**	106.895	**104.742**	113.394
Resultado de equivalência patrimonial	11	**(18.124)**	(21.549)	**(17)**	(74)
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas		**32.096**	16.651	**32.218**	17.047
Recuperação de impostos	26 e 27	**(26.885)**	(110.854)	**(26.885)**	(110.854)
Provisão para perdas estoques	9	**2.992**	23.746	**2.992**	23.746
Repactuação do risco hidrológico		**–**	–	**(4.020)**	(43.100)
Juros, encargos provisionados e variações cambiais		**435.878**	165.356	**440.219**	167.023
Ganho na venda de ativo imobilizado	26	**(62.795)**	(17.337)	**(62.776)**	(17.088)
Ajuste ao valor recuperável	26	**6.021**	(28.352)	**6.022**	(28.352)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Partes relacionadas		**19.686**	22.058	**19.705**	22.098
Contas a receber de clientes		**139.285**	(15.715)	**138.661**	(15.805)
Estoques		**(79.376)**	(73.992)	**(78.617)**	(74.560)
Impostos a recuperar		**(10.284)**	8.471	**(12.053)**	8.143
Outros ativos		**40.097**	(41.725)	**39.280**	(42.107)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Partes relacionadas		**82.943**	(574)	**49.013**	(2.655)
Fornecedores		**125.569**	34.095	**127.829**	38.095
Obrigações por Confirming		**109.314**	152.374	**111.025**	152.374
Salários e férias a pagar		**(3.219)**	(5.174)	**(3.234)**	(5.113)
Outras obrigações e contas a pagar		**1.605**	(21.949)	**8.966**	(7.705)
Impostos e obrigações a pagar		**(16.448)**	(47.818)	**(15.656)**	(48.145)
		1.038.673	791.863	**1.187.071**	923.502

	Nota	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Imposto de renda e contribuição social pagos		**–**	(44.181)	**(8.399)**	(50.432)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	19	**(25.681)**	(32.791)	**(25.681)**	(32.792)
Recebimento de juros sobre empréstimo concedido		**9.007**	–	**9.007**	–
Juros pagos		**(430.946)**	(154.226)	**(430.946)**	(154.226)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**591.053**	560.665	**731.052**	686.052
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas		**(32.394)**	(52)	**(32.464)**	142
Aquisição de imobilizado		**(272.430)**	(249.181)	**(273.527)**	(249.708)
Adições ao intangível		**(20.204)**	(10.025)	**(28.119)**	(28.417)
Redução (aumento) de capital em investidas	11	**54.828**	(9.500)	**–**	–
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		**64.153**	42.234	64.153	42.234
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		**(98.425)**	(992.622)	(98.425)	(992.622)
Recebimento de dividendos	11	**28.329**	16.624	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(276.143)**	(1.202.522)	**(368.382)**	(1.228.371)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Integralização de capital (minoritários)		**–**	–	**–**	–
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		**(40.854)**	(13.854)	**(40.854)**	(13.854)
Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16 e 17	**99.997**	1.000.000	**99.997**	1.000.000
Gastos com emissões de debêntures	17	**–**	(9.223)	**–**	(9.223)
Partes relacionadas	22	**–**	(67.255)	**–**	(67.255)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	23 (c)	**–**	(141.593)	**(100.532)**	(202.988)
Contraprestação de arrendamentos	14 (b)	**(104.717)**	(122.160)	**(125.360)**	(129.644)
Pagamento pela aquisição de ações de controlada	2.2 i) (b) e (c)	**(43.822)**	–	**(43.822)**	–
Redução de capital (minoritários)	23 (b)	**–**	–	**(14.673)**	–
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		**(89.396)**	645.915	**(225.244)**	577.036
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**225.514**	4.058	**137.426**	34.717
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**361.745**	357.687	**459.813**	425.096
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**587.259**	361.745	**597.239**	459.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A InterCement Brasil S.A. ("Companhia" ou "Grupo InterCement Brasil") está domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladora final a InterCement Participações S.A., através da InterCement Trading e Inversiones S.A. O Grupo InterCement Brasil possui 15 fábricas de cimento, 3 usinas de concreto e 1 unidade de agregado, todas localizadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica na modalidade de autoprodutor. Em 31 de dezembro de 2022, as informações financeiras anuais apresentam capital circulante líquido negativo de R$ 264.454 na controladora e R$ 236.562 no consolidado, reflexo da sazonalidade e pressão inflacionária sobre certos custos e despesas ocorrida em 2022, principalmente em relação ao pet coke, insumo produtivo relevante e cujos preços no mercado internacional dispararam durante o primeiro semestre do ano, além do efeito do aumento da taxa SELIC sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, que resultou no pagamento de juros de R$276.720 superior aos juros pagos em 2021, consumindo parte da geração de caixa do exercício. Considerando as premissas mais prováveis na definição do seu Plano de Negócio e Orçamento para 2023, a administração da Companhia e seus controladores entendem que a pressão inflacionária dos custos mencionada anteriormente já foi superada e projeta recuperação de Margem Bruta e geração de caixa suficiente para cumprir suas obrigações para os próximos 12 meses. Adicionalmente, a geração de caixa observada no segundo semestre de 2022 já foi bastante superior àquela observada no primeiro semestre de 2022. Dessa forma, a Companhia e seus controladores entendem que há recursos financeiros necessários para liquidação de suas obrigações em futuro previsível de tempo, tendo concluído que não existem incertezas relevantes que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas. **1.1. Efeitos da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19) e do conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras:** *COVID-19 e Conflito Rússia-Ucrânia:* Em 10 de março de 2020 e em 16 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 e nº 03/2020 ("OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 e nº 03/2020"), respectivamente, sobre eventuais efeitos que o Coronavírus

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

poderia trazer para os negócios das Companhias e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância das Companhias Abertas e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos da Covid-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas. Referidas orientações foram reforçadas pela CVM nos Ofícios Circulares nº 01/2021 e 01/2022, emitidos respectivamente em 29 de janeiro de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, que tratam de aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Neste sentido, a Companhia esclarece que, considerando as atuais informações e dados a respeito dos potenciais impactos da Pandemia da Covid-19 em suas atividades, entende não existir, neste momento, efeitos relevantes que impactem as demonstrações financeiras anuais, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis. Não obstante, a administração segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e permanece avaliando potenciais correspondentes impactos no mercado de forma geral, incluindo, mas não limitados à eventual necessidade de revisão das projeções e estimativas, assim como a realização dos ativos não circulantes (ágio, imobilizado e impostos diferidos ativos) que são base para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, assim como as obrigações contidas nos contratos de dívida (covenants). A Companhia também está sujeita a fatores de riscos que podem indiretamente serem impactados pela continuidade do conflito Russia-Ucrânia, com reflexos recentes no aumento das taxas de juros e da inflação, e dos custos de frete e combustíveis, dentre outros, com efeito nos custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas. Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos que comprometessem a continuidade das operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas em suas demonstrações financeiras anuais. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros: A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas. A Companhia permanece acompanhando o cenário e avaliando eventuais impactos que poderiam causar reflexo na mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros. Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual e projeções de indicadores macroeconômicos além de premissas da administração, e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022. Cumprimento de obrigações contidas nos contratos de dívida (covenants): Conforme nota explicativa nº 17, de acordo com os contratos vigentes, a Companhia avaliou os índices financeiros e concluiu que em 31 de dezembro de 2022 as cláusulas restritivas estavam adimplentes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas: **2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** i) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). ii) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. iii) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e suas controladas, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reavaliados pelas taxas vigentes. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos. **2.2. Bases de consolidação:** i) Entidades controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operações em conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente. As participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia. A participação nessas sociedades está restrita ao percentual conforme contrato entre as partes. Consolidação: As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2022		2021	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Barra Grande Participações S.A. (a)	**80,07**	**–**	80,07	–
Comican - Companhia de Mineração Candiota (b)	**100,00**	**–**	97,59	–
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	**100,00**	**–**	100,00	–
Estreito Participações S.A. (c)	**83,77**	**–**	80,82	–
Machadinho Participações S.A. (d)	**80,15**	**–**	80,15	–
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	**99,87**	**–**	99,87	–
Operação em conjunto				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	**–**	**9,00**	–	9,00
Consórcios				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	**–**	**4,44**	–	4,44
Consórcio Machadinho	**–**	**5,28**	–	5,28

(a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a controlada Barra Grande Participações possui, 64.129.456 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 51.348.455 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 12.781.001 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito a dividendos prioritários equivalentes a 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. Adicionalmente, durante o 2º trimestre de 2022 ocorreu a redução do capital social da controlada de R$ 64.129 (em 31 de dezembro de 2021) para R$ 47.629, sem alterações no número de ações. (b) Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Companhia de Mineração Candiota "Comican" possui 38.850.000 ações sendo 38.370.000 ações ordinárias e 480.000 ações preferenciais e em 31 de dezembro de 2021 possuía 33.850.000 ações sendo 33.370.000 ações ordinárias e 480.000 ações preferenciais. Em 2022, a Companhia se tornou a única acionista, proprietária e titular de 100% do capital social total e votante da controlada por meio da aquisição de 270.400 ações ordinárias e 249.600 ações preferenciais, respectivamente, no montante de R$ 195. Em 12 de julho de 2022, aprovou o aumento de capital no montante de R$5.000 equivalente a 5.000.000 ações ordinárias, mediante aporte em caixa no montante de R$2.500 e o restante a ser integralizado até julho/2023. (c) Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Estreito Participações possui 181.597.485 ações sendo 152.129.251 ações ordinárias e 29.468.234 ações preferenciais e em 31 de dezembro de 2021 possuía 181.597.485 ações sendo 146.769.168 ações ordinárias e 34.828.317 ações preferenciais. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito a dividendos prioritários equivalentes a 75% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. Adicionalmente, durante o 2º trimestre de 2022 ocorreu a redução do capital social da controlada de R$ 181.605 (em 31 de dezembro de 2021) para R$ 147.605, sem alterações no número de ações. Em 08 de junho de 2022, a Companhia adquiriu do acionista minoritário, 5.360.083 ações preferencias, equivalente a 2,95% de participação acionária pelo montante de R$ 43.627. A referida operação gerou uma perda líquida de R$38.400, o qual foi registrada diretamente no patrimônio líquido por se enquadrar como transação de capital entre acionistas sob controle comum, conforme itens 64 a 69 da Interpretação técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial. O saldo remanescente no montante de R$ 5.227 foi registrado na rubrica de Investimentos, conforme Nota Explicativa 11 (d). (d) Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a controlada Machadinho Participações possui, 31.795.658 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 25.484.220 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 6.311.438 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das as ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. Durante o 2º trimestre de 2022 ocorreu a redução do capital social da controlada de R$ 31.796 (em 31 de dezembro de 2021) para R$ 7.296 em 30 de junho de 2022. ii) Participações em operações em conjunto ("joint operation"): Uma operação em conjunto é um acordo através do qual as partes detêm controle conjunto dos direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado em relação às decisões sobre as atividades relevantes e requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Quando uma entidade realiza atividades de operações em conjunto, o operador em conjunto reconhece os ativos, passivos, receitas e despesas em proporção a sua participação. Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto. iii) Ágio: O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a unidade geradora de caixa InterCement Brasil S.A., uma vez que a Companhia apresenta único segmento de negócios (cimentos). A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos: Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis: A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. i) *Redução ao valor recuperável do ágio:* Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 13. ii) *Uso de estimativas:* As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado (revisada anualmente), amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para perda de crédito esperada, provisão para perdas e obsolescência dos estoques, provisão para reconstituição ambiental, descomissionamento de fábricas, imposto de renda e contribuição social diferidos e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. iii) *Ativos imobilizados e intangíveis:* A estimativa de vida útil média adotada pela Companhia é conforme segue:

	Vida útil média
Edificações e outras construções	31 anos
Máquinas e equipamentos	16 anos
Veículos	20 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Reservatório, barragens e adutoras	24 anos
Minas e jazidas	(*)
Bens vinculados à concessão	(**)
Gastos com desenvolvimento de projetos	5 anos
Direito de uso de software	5 anos
Marcas e patentes	6 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina (vida útil média 14 anos). A média ponderada de minas teve queda de 55 anos em relação a 2021, devido à venda da mina de Gurinhém, conforme mencionado na nota explicativa 13 (e). (**) Os bens vinculados à concessão são amortizados linearmente pelo período de concessão que se encerra em março de 2041 para a Companhia Barra Grande Participações S.A., e fevereiro de 2043 para a Companhia Estreito Participação S.A.

4. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações: 4.1. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Normas	Data de início
• IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;	
• IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;	
• IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;	01 de janeiro de 2022
• Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 37) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.	

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2022 em função das respectivas adoções. **4.2. Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

Normas	Data de inicio
• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
• Alterações a IAS 1 (CPC 26 (R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").	01 de janeiro de 2023

5. Instrumentos financeiros: Política contábil: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras, não especulativas. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados conforme descritos a seguir: Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado (VJR): Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. No caso da Companhia esses ativos financeiros incluem saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros a custo amortizado (CA): Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
No caso da Companhia, esses ativos financeiros incluem as contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas. Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes se atender ambas as condições: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Atualmente a Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria. *Conceito geral no reconhecimento dos ativos financeiros:* No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Desreconhecimento de um ativo financeiro:* Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment"):* Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases: (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço. (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Passivos financeiros ao custo amortizado (CA): Os passivos financeiros, incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos, fornecedores, obrigações por confirming e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Referidos passivos financeiros estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR): Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. No caso da Companhia, esses passivos financeiros incluem os derivativos que sejam passivos, que devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo. *Desreconhecimento de um passivo financeiro:* Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *"hedge";* nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *"hedge"*. Considerações sobre riscos relacionados aos instrumentos financeiros: *Risco de crédito:* Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. *Risco de taxa de juros:* Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos, mútuos e debêntures estão mencionadas nas Notas 16, 22 e 17, respectivamente. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas nas Notas 6 e 7. *Risco de liquidez:* A gestão do risco de liquidez significa manter um nível adequado de recursos de caixa e contratar limites de crédito que não só garantam a prossecução normal das atividades da Companhia, mas também atendam às necessidades de quaisquer operações extraordinárias. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices *("covenants")* previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e suas controladas. Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores, obrigações por confirming e passivos de arrendamento, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, são conforme segue:

	Até 1 ano	1-2 anos	3-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	986.976	933.354	920.640	1.173.484	4.014.454
Fornecedores	487.991	–	–	–	487.991
Obrigações por confirming	371.829	–	–	–	371.829
Passivos de arrendamento	60.617	31.743	60.838	5.063	158.261
	1.907.413	965.097	981.478	1.178.547	5.032.535

Hierarquia de valor justo: A Companhia possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo, para os quais aplica-se a regra de hierarquia do valor justo, vide CPC 46/IFRS 9, para classificação nos três níveis de hierarquia a seguir: • Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2)	8	**39.902**	180.704	**41.402**	181.580
Partes relacionadas (nível 2)	22	**271.117**	183.514	**271.002**	183.418
Valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa (nível 2)	6	**587.259**	361.745	**597.239**	459.813
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	7	**37.795**	5.401	**38.620**	6.156
Instrumentos financeiros derivativos (nível 3)	5 (ii)	**8.173**	7.272	**8.173**	7.272
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (nível 2)	17	**2.728.554**	2.722.761	**2.728.554**	2.722.761
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	16	**103.872**	42.237	**103.872**	42.237
Fornecedores (nível 2)	15 (a)	**526.146**	335.671	**487.991**	324.298
Obrigações por confirming (nível 2)	15 (b)	**370.118**	260.804	**371.829**	260.804
Passivos de arrendamento (nível 2)	14 (b)	**92.072**	148.760	**123.590**	155.147

Valor justo dos instrumentos financeiros: i) *Cálculo do valor justo (nível 1 e 2):* Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável: (a) Os valores de caixa e equivalentes de caixa, títulos mobiliários, contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivos circulantes se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras. (b) O valor justo de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas de juros de referência disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022, os quais estão classificados nos Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de valor justo, estão demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2) - (a)	08	39.902	39.902	41.402	41.402
Partes relacionadas (nível 2) - (a)	22	1.113	1.113	998	998
Partes relacionadas (nível 2) - (b)	22	270.004	270.766	270.004	270.766
Valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa (nível 2) - (a)	06	587.259	587.259	597.239	597.239
Títulos e valores mobiliários (nível 2) - (a)	07	37.795	37.795	38.620	38.620
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (nível 2) - (b)	17	2.728.554	2.749.138	2.728.554	2.749.138
Empréstimos e financiamentos (nível 2) - (b)	16	103.872	111.814	103.872	111.814
Fornecedores (nível 2) - (a)	15 (a)	526.146	526.146	487.991	487.991
Obrigações por confirming (nível 2) - (a)	15 (b)	370.118	370.118	371.829	371.829
Passivo de arrendamento (nível 2) - (b)	14 (b)	92.072	90.229	123.590	121.115

ii) *Cálculo do valor justo (nível 3):* De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, as Companhias devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. A técnica de avaliação para determinar a mensuração do valor justo das demonstrações financeiras categorizadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, que compreende as opções de derivativos das operações "Baesa", "Machadinho" e "Estreito", foi o Black-Scholes. Os dados não observáveis significativos para a mensuração incluem: pagamentos de dividendos esperados com base em projeções de fluxos de caixa descontados; informações de benchmarking de volatilidade de entidades listadas comparativas, entre outros. Também usamos a técnica de avaliação de Monte Carlo para criar uma distribuição de probabilidade (ou avaliação de risco) na determinação do exercício das opções de venda, cujo pressuposto também foi utilizado na determinação do justo valor. Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado							
	2022				2021			
		Valor de mercado				Valor de mercado		
Operação	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido
"Put options" (a)	**–**	**8.173**	**–**	**901**	–	7.272	–	(17.432)
Total	**–**	**8.173**	**–**	**901**	–	7.272	–	(17.432)

(a) Reconhecidos nas demonstrações do resultado nas linhas de receitas/despesas financeiras. Gestão do risco de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas consiste na dívida líquida e patrimônio líquido. A "dívida líquida" compreende os passivos de empréstimos e financiamentos e debêntures menos os ativos de caixa e equivalentes de caixa, mútuo entre partes relacionadas (*cash pool*), títulos e valores mobiliários e derivativos. Os juros a pagar, operações de confirming (quando existentes) e os passivos de arrendamento não estão incluídos na dívida líquida para fins da gestão do risco de capital (respectivo conceito pode variar quando da medição de *covenants* contratuais, de acordo com cada contrato). Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: (a) Aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures indexados ao CDI; (b) Equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar em moeda estrangeira. Para a análise de sensibilidade do exercício de 31 de dezembro de 2022, a Companhia considerou a taxa de juros CDI projetado dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures a 13,07% (fonte BM&F Bovespa) e as cotações de mercado na data base de 31 de dezembro de 2022 para sensibilidade do saldo em moeda estrangeira. Os cenários considerados foram: • Cenário I - Provável: apreciação/depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação. • Cenário II - Possível: apreciação/depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação. • Cenário III - Remoto: apreciação/depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 as sensibilidades são como segue:

		Cenário Consolidado					
		3	2	1	1	2	3
Operação	Risco	Alta 50%	Alta 25%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 25%	Queda 50%
Exposição ao risco cambial							
Ativo:							
Equivalentes de caixa	Alta/queda do Dólar	**27.898**	**13.949**	**5.580**	**(5.580)**	**(13.949)**	**(27.898)**
Contas a receber partes relacionadas	Alta/queda do Euro	**364**	**182**	**73**	**(73)**	**(182)**	**(364)**
Passivo:							
Fornecedores no exterior	Alta/queda do Dólar	**(8.280)**	**(4.140)**	**(1.656)**	**1.656**	**4.140**	**8.280**
Exposição a índices variáveis							
Aplicações financeira	Alta/Queda do CDI	**113.210**	**94.342**	**83.021**	**(83.021)**	**(94.342)**	**(113.210)**
Mútuo	Alta/Queda do CDI	**46.760**	**38.966**	**34.290**	**(34.290)**	**(38.966)**	**(46.760)**
Debêntures	Alta/Queda do CDI	**(549.722)**	**(458.102)**	**(403.129)**	**403.129**	**458.102**	**549.722**

6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	**56.407**	6.996	**58.404**	9.408
Aplicações financeiras	**530.852**	354.749	**538.835**	450.405
Total	**587.259**	361.745	**597.239**	459.813

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	**370.455**	287.419	**376.630**	383.018
Operações compromissadas (b)	**160.379**	67.313	**162.187**	67.370
Outros	**18**	17	**18**	17
Total	**530.852**	354.749	**538.835**	450.405

(a) Em 31 de dezembro de 2022, os certificados de Depósito Bancário - CDBs, possuem rentabilidade entre 100% a 105% do CDI (entre 99% a 107% em 31 de dezembro de 2021). (b) Em 31 de dezembro de 2022, as operações compromissadas possuem rentabilidade de 70% do CDI (entre 70% a 93% em 31 de dezembro de 2021).

7. Títulos e valores mobiliários: Política contábil: Os títulos e valores mobiliários incluem debêntures e depósitos em garantia (cauções), os quais são classificados a valor justo por meio de resultado. (a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Debêntures (a)	**–**	–	**63**	61
Depósitos em garantia (b)	**37.795**	5.401	**38.557**	6.095
Total	**37.795**	5.401	**38.620**	6.156
Total - classificado no circulante	**–**	–	**–**	–
Total - classificado no não circulante	**37.795**	5.401	**38.620**	6.156

(a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as debêntures possuem remuneração de 4% a.a. (b) Os depósitos em garantia são compostos por depósitos compulsórios a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás, e por título de renda fixa (CDB) em decorrência da garantia atrelada ao empréstimo junto ao banco Santander (conforme nota explicativa nº 16) com vencimento em 30 de janeiro de 2025. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto BAESA e da controlada Estreito, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Fundação Nacional do Índio - FUNAI, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos em garantia atrelados ao saldo do ICMS, não possuem rentabilidade e o título de renda fixa (CDB) possui rentabilidade de 101% do CDI.

8. Contas a receber de clientes: Política contábil: Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquidos da provisão para perda de crédito esperada. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. O montante de provisão para perda de crédito esperada foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber futuros.
(a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes dos mercados interno e externo (a)	**39.902**	180.704	**41.402**	181.580
Classificadas no não circulante	**1.225**	2.076	**1.225**	2.076
Classificadas no circulante	**38.677**	178.628	**40.177**	179.504
Provisão para perdas de crédito esperada	**(8.537)**	(6.656)	**(8.537)**	(6.656)
Total líquido no circulante	**30.140**	171.972	**31.640**	172.848

(b) Vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	**25.120**	167.157	**26.620**	168.033
Vencidos:				
0 a 30 dias	**5.549**	5.582	**5.549**	5.582
31 a 60 dias	**676**	946	**676**	946
61 a 90 dias	**327**	688	**327**	688
91 a 180 dias	**1.041**	1.248	**1.041**	1.248
181 dias ou mais	**7.189**	5.083	**7.189**	5.083
Total	**39.902**	180.704	**41.402**	181.580

(c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início período	**6.656**	45.130	**6.656**	45.130
Constituições/reversões, líquidas	**3.398**	919	**3.398**	919
Montantes baixados no período como incobráveis	**(1.517)**	(39.393)	**(1.517)**	(39.393)
Saldo no fim do período	**8.537**	6.656	**8.537**	6.656

(a) Em 29 de dezembro de 2022, a Companhia assinou um contrato de cessão de crédito de recebíveis junto à instituição financeira independente, no montante de R$ 217.902, com deságio total de R$ 2.026, registrado na rubrica "Despesas financeiras". A cessão de crédito foi realizada na modalidade não retornável, sem risco de crédito e coobrigação para Companhia, com desreconhecimento das correspondentes contas a receber.

9. Estoques: Política contábil: São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição ou produção. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Para os itens de almoxarifado (peças de manutenção) são apresentados nos estoques de curto prazo (circulante) apenas a parcela realizável nos próximos 12 meses, tendo como premissa o consumo médio anual. Dessa forma, os itens que excederem o saldo do consumo médio são classificados como não circulante.

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	**44.832**	47.320	**43.582**	45.912
Produtos em elaboração	**133.240**	130.609	**127.797**	126.219
Matéria-prima	**132.480**	134.101	**132.465**	134.202
Combustíveis	**164.246**	126.458	**164.478**	126.458
Almoxarifado	**103.695**	87.954	**103.712**	87.970
Adiantamento a fornecedores	**5.539**	856	**5.539**	856
Embalagem e outros	**8.346**	7.978	**8.346**	7.978
Provisão para ajuste ao valor de realização (a)	**(140.650)**	(144.671)	**(140.650)**	(144.671)
Total	**451.728**	390.605	**445.269**	384.924
Circulante	**423.390**	361.616	**416.931**	355.935
Não circulante (b)	**28.338**	28.989	**28.338**	28.989

(b) A movimentação da provisão para perdas de estoques

	2022	2021
Saldo no início do exercício	**144.671**	152.074
Constituições (c)	**2.992**	23.746
Baixas (d)	**(7.013)**	(31.149)
Saldo no fim do exercício	**140.650**	144.671

(a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para ajuste ao valor de realização referem-se essencialmente a estoques de matéria-prima (escória bruta), peças de manutenção (almoxarifado) e estoques de fábricas paralisadas temporariamente. (b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a estoques de almoxarifado que possuem previsão de consumo médio superior a doze meses. (c) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as adições referem-se essencialmente a estoques de almoxarifado com baixo giro. (d) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as baixas referem-se às contabilizações das perdas efetivas de estoques descartados, bem como, venda de peças de manutenção para terceiros que estavam provisionadas.

10. Impostos a recuperar: Política contábil: Correspondem aos impostos a recuperar decorrentes de créditos tributários obtidos nas compras de insumos, serviços e ativo imobilizado, pelos quais serão objeto de futura recuperação, assim como antecipações e/ou retenções de impostos e contribuições que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais. Os impostos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados/utilizados nos próximos 12 meses, de acordo com o plano orçamentário aprovado pela administração. (a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**12.930**	10.917	**13.382**	11.152
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	**37.954**	25.118	**37.954**	25.118
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar (b)	**135.313**	117.733	**135.516**	117.988
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	**8.172**	3.842	**10.523**	4.590
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (c)	**27.921**	23.481	**27.921**	23.482
Contribuição Previdenciária sobre Verbas Indenizatórias	**9.014**	12.605	**9.017**	12.609
Impostos antecipados e outros	**20**	459	**26**	462
Total	**231.324**	194.155	**234.339**	195.401
Classificados no circulante	**82.341**	68.706	**85.356**	69.952
Classificados no não circulante	**148.983**	125.449	**148.983**	125.449

(a) Os créditos tributários referentes ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS foram gerados principalmente pelas compras de insumos. A Companhia tem a expectativa de realização desses créditos no curso normal das operações por meio da compensação com operações de vendas no mercado interno. (b) Os créditos tributários relacionados aos impostos de PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referem-se substancialmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, que foram reconhecidos em anos anteriores após trânsito em julgado em favor da Companhia, com expectativa de realização desses créditos por meio de ressarcimento via precatório e/ou compensações com operação de vendas no mercado interno. (c) Os créditos tributários referentes ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) serão utilizados para compensação de INSS a pagar em operações futuras.

11. Investimentos: Política contábil: Os investimentos em participações societárias são registrados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, as participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia de forma proporcional ao percentual de participação. (a) Composição

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos Investimentos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas:												
Barra Grande Participações S.A.	**80,07**	80,07	**51.348.455**	51.348.455	**69.543**	89.253	**38.507**	36.730	**7.510**	8.482	**46.188**	60.231
Companhia de Mineração Candiota (a)	**100,00**	97,59	**36.350.000**	29.636.946	**9.745**	14.181	**(9.936)**	(8.506)	**(9.748)**	(8.262)	**9.749**	13.838
Estreito Participações S.A.(d)	**83,77**	80,82	**152.129.251**	146.769.168	**188.639**	225.333	**48.444**	42.313	**11.711**	11.807	**143.486**	166.812
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	**100,00**	100,00	**700.000**	700.000	**200**	234	**(33)**	(34)	**(33)**	(34)	**200**	233
Machadinho Participações S.A.	**80,15**	80,15	**25.484.220**	25.484.220	**30.499**	45.168	**45.835**	40.911	**8.858**	9.602	**13.642**	31.623
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	**99,87**	99,87	**779.000**	779.000	**462**	636	**(174)**	(46)	**(174)**	(46)	**462**	636
Total									**18.124**	21.549	**213.727**	273.373

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2022 são como segue: Barra Grande Participações S.A.: Companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2022, possui a participação na Companhia BAESA, que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas. Companhia de Mineração Candiota: sociedade brasileira constituída em 07 de janeiro de 2008, com o objetivo de extração e comercialização de minerais não metálicos. Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação. Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2022, possui a participação no Consórcio Machadinho. Estreito Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2022, possui a participação no Consórcio CESTE.

(b) Movimentação:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	259.075
Aumento de capital (a)	9.500
Equivalência patrimonial	21.549
Dividendos recebidos (c)	(16.624)
Perda na variação de participação (b)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	273.373
Aumento de capital (a)	**5.500**
Equivalência patrimonial	**18.124**
Dividendos recebidos (c)	**(28.329)**
Perda na variação de participação (b)	**(35)**
Aquisição ações de controlada (d)	**5.422**
Redução de capital (e)	**(60.328)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**213.727**

(a) Em 2022, refere-se à integralização de capital na controlada Companhia de Mineração Candiota, mediante aporte em caixa, sendo R$3.000 integralizados no primeiro trimestre de 2022 (decorrente de atas aprovadas em períodos anteriores que se encontravam à integralizar) e R$2.500 integralizados no terceiro trimestre conforme nota 2.2.i.(b) e, em 2021, refere-se ao aumento de capital nesta mesma controlada mediante a aporte em caixa. (b) Em 2021 e 2022, refere-se a perda na variação de participação referente a controlada Companhia de Mineração Candiota. (c) Em 2021 e 2022, refere-se aos dividendos recebidos das controladas Barra Grande, Estreito Participações e Machadinho Participações. (d) Refere-se à aquisição de participação nas controladas Companhia de Mineração Candiota e Estreito Participações, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 (i) letras "b" e "c", respectivamente. (e) Refere-se a redução de capital nas controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho Participações, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 (i) letras "a", "c" e "d", respectivamente.

12. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O imobilizado em andamento representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos. Avaliação do valor recuperável (exceto ágio, classificado como intangível): No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do impairment, na data do balanço. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **(a)** Composição:

Controladora

	2022				2021			
	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
Terrenos (d)	**52.232**	**–**	**–**	**52.232**	70.612	–	–	70.612
Edifícios	**1.468.388**	**(865.784)**	**(63.742)**	**538.862**	1.464.826	(855.457)	(65.276)	544.093
Máquinas e equipamentos (a)	**3.099.653**	**(2.300.296)**	**(88.723)**	**710.634**	3.073.500	(2.281.049)	(90.292)	702.159
Veículos (a)	**36.662**	**(34.339)**	**–**	**2.323**	40.499	(37.655)	–	2.844
Móveis e utensílios	**15.700**	**(14.392)**	**(60)**	**1.248**	18.562	(17.323)	(60)	1.179
Peças de reposição	**27.695**	**(6.123)**	**(3.065)**	**18.507**	39.641	(7.526)	(2.268)	29.847
Adiantamentos a fornecedores (e)	**80.429**	**–**	**(31.707)**	**48.722**	80.429	–	(31.707)	48.722
Imobilizado em andamento (b)	**869.047**	**–**	**(481.342)**	**387.705**	807.198	–	(465.675)	341.523
Outros	**17.035**	**(13.751)**	**–**	**3.284**	19.332	(13.183)	–	6.149
Total	**5.666.841**	**(3.234.685)**	**(668.639)**	**1.763.517**	5.614.599	(3.212.193)	(655.278)	1.747.128

Consolidado

	2022				2021			
	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
Terrenos (d)	**67.610**	**(6.018)**	**–**	**61.592**	85.989	(5.560)	–	80.429
Edifícios	**1.482.927**	**(873.711)**	**(63.654)**	**545.562**	1.479.362	(862.973)	(65.276)	551.113
Máquinas e equipamentos (a)	**3.229.438**	**(2.365.855)**	**(88.723)**	**774.860**	3.202.729	(2.342.576)	(90.292)	769.861
Veículos (a)	**36.738**	**(34.413)**	**–**	**2.325**	40.573	(37.725)	–	2.848
Móveis e utensílios	**15.858**	**(14.521)**	**(60)**	**1.277**	18.715	(17.448)	(60)	1.207
Reservatório, barragens e adutoras	**280.908**	**(128.451)**	**–**	**152.457**	280.818	(119.134)	–	161.684
Peças de reposição	**27.695**	**(6.122)**	**(3.155)**	**18.418**	39.641	(7.526)	(2.268)	29.847
Adiantamentos a fornecedores (e)	**80.429**	**–**	**(31.707)**	**48.722**	80.429	–	(31.707)	48.722
Imobilizado em andamento (b)	**870.914**	**–**	**(481.342)**	**389.572**	808.675	–	(465.675)	343.000
Outros	**17.061**	**(13.777)**	**–**	**3.284**	19.358	(13.209)	–	6.149
Total	**6.109.578**	**(3.442.868)**	**(668.641)**	**1.998.069**	6.056.289	(3.406.151)	(655.278)	1.994.860

(b) Movimentação

Controladora – Movimentação 2022

	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização(c)	Saldo 31/12/2022
Terrenos	70.612	–	(19.846)	–	1.466	–	52.232
Edifícios	544.093	11.670	(8.852)	(37.498)	27.916	1.533	538.862
Máquinas e Equipamentos	702.159	65.754	(2.692)	(163.808)	107.651	1.570	710.634
Veículos	2.844	–	(133)	(388)	–	–	2.323
Móveis e utensílios	1.179	43	–	(332)	358	–	1.248
Peças de reposição	29.847	2.834	(4.433)	(1.178)	(7.766)	(797)	18.507
Adiantamentos a fornecedores	48.722	–	–	–	–	–	48.722
Imobilizado em andamento	341.523	217.072	–	–	(155.223)	(15.667)	387.705
Outros	6.149	–	(821)	(2.044)	–	–	3.284
Total	1.747.128	297.373	(36.777)	(205.248)	(25.598)	(13.361)	1.763.517

Controladora – Movimentação 2021

	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização(c)	Saldo 31/12/2021
Terrenos	122.736	–	(79.435)	–	–	27.311	70.612
Edifícios	558.084	17.097	(1.403)	(34.421)	10.058	(5.322)	544.093
Máquinas e Equipamentos	679.296	109.329	(2.423)	(152.826)	85.564	(16.781)	702.159
Veículos	6.461	–	(133)	(4.270)	786	–	2.844
Móveis e utensílios	1.101	75	(24)	(397)	407	17	1.179
Peças de reposição	33.598	5.343	(445)	(1.108)	(6.688)	(853)	29.847
Adiantamentos a fornecedores	48.722	–	–	–	–	–	48.722
Imobilizado em andamento	290.724	114.441	(180)	–	(97.770)	34.308	341.523
Outros	6.560	–	(40)	(398)	–	27	6.149
Total	1.747.282	246.285	(84.083)	(193.420)	(7.643)	38.707	1.747.128

Consolidado – Movimentação 2022

	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31/12/2022
Terrenos	80.429	–	(19.846)	(457)	1.466	–	61.592
Edifícios	551.113	11.672	(8.852)	(37.909)	28.005	1.533	545.562
Máquinas e Equipamentos	769.861	65.884	(2.713)	(167.871)	108.129	1.570	774.860
Veículos	2.848	1	(133)	(391)	–	–	2.325
Móveis e utensílios	1.207	45	–	(335)	360	–	1.277
Reservatórios, barragens e adutoras	161.684	81	–	(9.317)	9	–	152.457
Peças de reposição	29.847	2.834	(4.433)	(1.178)	(7.855)	(797)	18.418
Adiantamentos a fornecedores	48.722	–	–	–	–	–	48.722
Imobilizado em andamento	343.000	217.953	–	–	(155.714)	(15.667)	389.572
Outros	6.149	–	(821)	(2.044)	–	–	3.284
Total	1.994.860	298.470	(36.798)	(219.502)	(25.600)	(13.361)	1.998.069

Consolidado – Movimentação 2021

	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31/12/2021
Terrenos	133.039	–	(79.435)	(485)	–	27.310	80.429
Edifícios	566.099	17.196	(1.403)	(34.926)	9.469	(5.322)	551.113
Máquinas e Equipamentos	751.289	110.010	(2.668)	(157.704)	85.715	(16.781)	769.861
Veículos	6.467	–	(133)	(4.272)	786	–	2.848
Móveis e utensílios	1.174	79	(29)	(399)	365	17	1.207
Reservatórios, barragens e adutoras	171.117	12	–	(9.457)	12	–	161.684
Peças de reposição	33.598	5.343	(445)	(1.108)	(6.688)	(853)	29.847
Adiantamentos a fornecedores	48.722	–	–	–	–	–	48.722
Imobilizado em andamento	291.985	114.195	(180)	–	(97.308)	34.308	343.000
Outros	6.560	(26)	(41)	(371)	–	27	6.149
Total	2.010.050	246.809	(84.334)	(208.722)	(7.649)	38.706	1.994.860

(a) Nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Veículos" existem, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16, o saldo a pagar (FINAME) é de R$994 (R$2.816 em 31 de dezembro de 2021). (b) Os saldos referem-se substancialmente a projetos para expansão de unidades e melhorias no processo produtivo, sendo que alguns desses projetos foram paralisados temporariamente e ajustados ao valor recuperável, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 (c). (c) Na controladora, os saldos de provisão em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se principalmente a projetos e unidades paralisadas temporariamente, devido ao cenário econômico e ao momento do mercado de cimento no Brasil. Quando da recuperação do mercado, poderão retomar tais operações e investimentos, reavaliando a provisão determinada. As provisões compreendem principalmente saldos de imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores. As reversões incorridas em 2022, referem-se as reversões de provisões em função das vendas dos ativos mencionados na nota explicativa 12 (g). Em 2021, referem-se substancialmente a venda de alguns ativos, cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações S.A. e a depreciação do período. (d) De acordo com o Contrato de Concessão, os terrenos vinculados às UHEs Barra Grande e Estreito, são depreciados linearmente pelo prazo de concessão, e passarão ao final da concessão a integrar o patrimônio da União. (e) Referem-se essencialmente a expansão das fábricas de Caxitu e Cezarina. (f) Refere-se à transferência dos ativos em andamento para as classes do imobilizado e/ou intangível. (g) Em 2022, referem-se substancialmente à venda de imóveis e equipamentos não operacionais das unidades de João Pessoa, Gurinhém, Pedro Leopoldo e Concreto. Em 2021, referem-se substancialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A.

13. Intangível: Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente: São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis gerados internamente: Resultam de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) e são reconhecidos se demonstradas todas as seguintes condições: • A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda. • A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de usar ou vender o ativo intangível. • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros. • A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Ágio: O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras. O ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Direito de exploração de minas: Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados usando-se o método de exaustão de minas. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas. Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizadas agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil. Softwares, desenvolvimento de projetos e outros: Os custos associados à aquisição de softwares, desenvolvimento de projetos e outros intangíveis são amortizados durante sua vida útil. Bens vinculados à concessão: Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados. (a) Composição:

Controladora

	2022				2021			
	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido
Direitos de exploração de minas (a)	**192.777**	**(112.877)**	**(11.917)**	**67.983**	273.879	(187.878)	(17.921)	68.080
Direitos de uso de software	**100.321**	**(76.001)**	**(117)**	**24.203**	84.008	(72.199)	(117)	11.692
Gastos com desenvolvimento de projetos	**147.587**	**(146.444)**	**(153)**	**990**	155.226	(150.797)	(153)	4.276
Intangível em Andamento	**9.773**	**–**	**–**	**9.773**	939	–	–	939
Marcas e patentes e outros	**35.622**	**(18.916)**	**(1.870)**	**14.836**	29.740	(16.354)	(2.581)	10.805
	486.080	**(354.238)**	**(14.057)**	**117.785**	543.792	(427.228)	(20.772)	95.792

Controladora

Ágio:	2022 Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	2021 Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
CBC - Companhia Brasileira de Concreto (b)	**102.633**	–	–	**102.633**	102.633	–	–	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	**14.882**	–	–	**14.882**	14.882	–	–	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	**75.801**	–	–	**75.801**	75.801	–	–	75.801
Incorporação da Goiás (c)	**16.361**	–	–	**16.361**	16.361	–	–	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	**59.983**	–	–	**59.983**	59.983	–	–	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	**8.794**	–	–	**8.794**	8.794	–	–	8.794
Outros	**22.858**	–	–	**22.858**	22.858	–	–	22.858
	301.312	–	–	**301.312**	301.312	–	–	301.312
Total intangível Controladora	**787.392**	**(354.238)**	**(14.057)**	**419.097**	845.104	(427.228)	(20.772)	397.104

Consolidado

	2022				2021			
	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido
Direitos de exploração de minas (a)	**242.353**	**(154.931)**	**(11.917)**	**75.505**	323.630	(221.722)	(17.921)	83.987
Bens vinculados à concessão	**76.648**	**(13.352)**	**–**	**63.296**	72.628	(10.160)	–	62.468
Direitos de uso de software	**100.445**	**(76.116)**	**(117)**	**24.212**	84.129	(72.310)	(117)	11.702
Gastos com desenvolvimento de projetos	**164.864**	**(163.720)**	**(153)**	**991**	172.503	(168.073)	(153)	4.277
Intangível em Andamento	**17.687**	**–**	**–**	**17.687**	939	–	–	939
Marcas e patentes e outros	**36.148**	**(19.171)**	**(1.870)**	**15.107**	30.091	(16.586)	(2.581)	10.924
	638.145	**(427.290)**	**(14.057)**	**196.798**	683.920	(488.851)	(20.772)	174.297

Consolidado

Ágio:	2022 Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	2021 Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
CBC - Companhia Brasileira de Concreto (b)	**102.633**	–	–	**102.633**	102.633	–	–	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	**14.882**	–	–	**14.882**	14.882	–	–	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	**75.801**	–	–	**75.801**	75.801	–	–	75.801
Incorporação da Goiás (c)	**16.361**	–	–	**16.361**	16.361	–	–	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	**59.983**	–	–	**59.983**	59.983	–	–	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	**8.794**	–	–	**8.794**	8.794	–	–	8.794
Outros	**22.858**	–	–	**22.858**	22.858	–	–	22.858
	301.312	–	–	**301.312**	301.312	–	–	301.312
Total intangível Consolidado	**939.457**	**(427.290)**	**(14.057)**	**498.110**	985.232	(488.851)	(20.772)	475.609

(b) Movimentação

Controladora – Movimentação 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas (e)	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2022
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	11.692	–	–	(5.526)	18.037	–	24.203
Direitos de exploração de minas	68.080	3.264	(6.004)	(12.095)	8.734	6.004	67.983
Gastos com desenvolvimento de projetos	4.276	–	–	(3.415)	129	–	990
Intangível em Andamento	939	16.940	–	–	(8.106)	–	9.773
Marcas e patentes e outros	10.805	–	(790)	(2.692)	6.804	709	14.836
	397.104	20.204	(6.794)	(23.728)	25.598	6.713	419.097

Controladora – Movimentação 2021

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (e)	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2021
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	8.609	2.857	(1)	(5.937)	6.189	(25)	11.692
Direitos de exploração de minas	83.515	5.469	(40.287)	(34.734)	4.504	49.613	68.080
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.571	–	–	(3.780)	(4.470)	(45)	4.276
Intangível em Andamento	443	868	–	–	(372)	–	939
Marcas e patentes e outros	10.804	831	–	(1.303)	1.792	(1.319)	10.805
	417.254	10.025	(40.288)	(45.754)	7.643	48.224	397.104

Consolidado – Movimentação 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições (f)	Baixas (e)	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2022
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	11.702	–	–	(5.529)	18.039	–	24.212
Direitos de exploração de minas	83.987	3.264	(6.004)	(20.304)	8.558	6.004	75.505
Gastos com desenvolvimento de projetos	4.277	–	–	(3.415)	129	–	991
Intangível em Andamento	939	24.855	–	(4)	(8.103)	–	17.687
Marcas e patentes e outros	10.924	–	(790)	(2.713)	6.977	709	15.107
Bens vinculados à concessão	62.468	4.020	–	(3.192)	–	–	63.296
	475.609	32.139	(6.794)	(35.157)	25.600	6.713	498.110

Consolidado – Movimentação 2021

	Saldo em 31/12/2020	Adições (f)	Baixas (e)	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2021
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	8.568	2.857	(1)	(5.891)	6.194	(25)	11.702
Direitos de exploração de minas	98.105	15.377	(40.287)	(43.325)	4.504	49.613	83.987
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.573	–	–	(3.781)	(4.470)	(45)	4.277
Intangível em Andamento	443	868	–	–	(372)	–	939
Marcas e patentes e outros	10.977	831	–	(1.358)	1.793	(1.319)	10.924
Bens vinculados à concessão	11.890	51.584	–	(1.006)	–	–	62.468
	443.868	71.517	(40.288)	(55.361)	7.649	48.224	475.609

(a) Referem-se essencialmente a gastos com direitos minerários, licenciamentos e gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas. A vida útil foi divulgada na Nota Explicativa nº 3 (iii). (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas entidades, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". (c) Referem-se à parcela de ágio decorrente da incorporação da Cimpor Cimentos Brasil S.A. Os ágios foram pagos na aquisição dessas entidades pela Cimpor Cimentos do Brasil S.A. e tais entidades foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". (d) Em 2022, refere-se substancialmente as reversões de provisões devido as vendas de direitos minerários e licenças de Gurinhém, Manoel Carlos e Mocambeiro. Em 2021, a reversão refere-se essencialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais, então provisionados, com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A. (e) Em 2022 as baixas se referem principalmente as vendas mencionadas na nota explicativa nº 13 (d). Em 2021 referem-se essencialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A. (f) Em 2022, refere-se à remoção de estéril substancialmente de duas minas no montante de R$9.330, repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica na Estreito Participações no montante de R$ 4.020 e aquisições de software e licenças no montante de R$10.884. Em 2021 as adições incluem a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, por meio da extensão do prazo de concessão do Uso do Bem Público (UBP) dos consórcios em 5 anos de Baesa, no montante de R$24.400, e Estreito, no montante de R$18.700 e remoção de estéril substancialmente de duas minas no montante de R$15.804. (c) Perdas por redução ao valor recuperável do ágio: A Companhia anualmente ou quando há indicadores de redução ao valor recuperável revisa as premissas subjacentes para determinação do valor recuperável dos ativos líquidos, considerando a estimativa do fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos (ciclo do negócio) que refletem, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas ao crescimento de mercado, a participação de mercado da Companhia, investimentos e custos, além de informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país. Na preparação das projeções de fluxo de caixa, a Administração considerou as mais prováveis premissas disponíveis a partir de 31 de dezembro de 2022, incluindo, mas não limitado ao Boletim Focus, BM&F Bovespa, dentre outros. A taxa de desconto utilizada foi calculada antes dos impostos e reflete riscos específicos relacionados com a unidade geradora de caixa (UGC). Ao avaliar essas melhores premissas, a Administração não encontrou necessidade de registrar provisões adicionais para perdas por redução ao valor recuperável.

	2022			2021		
Unidade geradora de caixa (UGC)	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real
Cimentos (vide nota 32)	**301.312**	**17,20%**	**0,0%**	301.312	13,53%	0,0%

Análise de sensibilidade: Considerando os fluxos de caixa projetados de 31 de dezembro de 2022, a Companhia calculou o eventual impacto das potenciais alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA, de modo para capturar eventuais riscos associados à realização do ativo decorrentes de incertezas e julgamentos presentes nas projeções de negócio. Para tanto, sensibilizou o aumento da taxa de desconto em um ponto percentual para o range até o limite de 8% incremental, utilizando o mesmo intervalo na Margem EBITDA, porém com redução da mesma. A conclusão da Administração foi de que não há uma perda por redução ao valor recuperável em nenhum dos cenários sensibilizados.

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Arrendamentos: Política contábil: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com alguns contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários; entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro. A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação, pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos fixos em essência). O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste). (a) Composição - Direito de Uso:

Controladora – 2022

Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	**11.352**	**742**	**–**	**(2.612)**	**–**	**9.482**
Equipamentos de informática	**1.342**	**1.837**	**–**	**(1.152)**	**–**	**2.027**
Máquinas e equipamentos	**111.336**	**34.897**	**(4.083)**	**(81.810)**	**626**	**60.966**
Veículos	**7.170**	**4.781**	**–**	**(2.079)**	**–**	**9.872**
Total	**131.200**	**42.257**	**(4.083)**	**(87.653)**	**626**	**82.347**

Controladora – 2021

Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	7.903	6.426	–	(2.498)	(479)	11.352
Equipamentos de informática	451	1.653	–	(762)	–	1.342
Máquinas e equipamentos	207.255	8.572	(2.931)	(101.808)	243	111.331
Veículos	9.054	(72)	–	(1.807)	–	7.175
Total	224.663	16.579	(2.931)	(106.875)	(236)	131.200

Consolidado – 2022

Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	**11.372**	**742**	**–**	**(2.612)**	**–**	**9.502**
Equipamentos de informática	**1.342**	**1.837**	**–**	**(1.153)**	**–**	**2.026**
Máquinas e equipamentos	**116.971**	**76.330**	**(4.083)**	**(98.899)**	**626**	**90.945**
Veículos	**7.219**	**4.781**	**–**	**(2.079)**	**–**	**9.921**
Total	**136.904**	**83.690**	**(4.083)**	**(104.743)**	**626**	**112.394**

Consolidado – 2021

Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	7.923	6.426	–	(2.498)	(479)	11.372
Equipamentos de informática	451	1.653	–	(762)	–	1.342
Máquinas e equipamentos	207.255	20.731	(2.931)	(108.327)	243	116.971
Veículos	9.098	(72)	–	(1.807)	–	7.219
Total	224.727	28.738	(2.931)	(113.394)	(236)	136.904

(b) Composição - Passivo de arrendamento

Controladora – 2022

Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	14.373	**742**	**–**	**(3.908)**	**1.321**	**12.528**
Equipamentos de informática	1.355	**1.837**	**–**	**(1.306)**	**233**	**2.119**
Máquinas e equipamentos	124.941	**34.897**	**(4.083)**	**(96.717)**	**7.498**	**66.536**
Veículos	8.091	**4.781**	**–**	**(2.786)**	**803**	**10.889**
Total	148.760	**42.257**	**(4.083)**	**(104.717)**	**9.855**	**92.072**
			Classificado no circulante			**41.544**
			Classificado no não circulante			**50.528**

Controladora – 2021

Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	10.193	6.426	–	(3.641)	1.395	14.373
Equipamentos de informática	456	1.653	–	(802)	48	1.355
Máquinas e equipamentos	222.206	8.572	(2.931)	(115.306)	12.400	124.941
Veículos	9.804	(72)	–	(2.411)	770	8.091
Total	242.659	16.579	(2.931)	(122.160)	14.613	148.760
			Classificado no circulante			93.502
			Classificado no não circulante			55.258

Consolidado – 2022

Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	14.402	**742**	**–**	**(3.908)**	**1.321**	**12.557**
Equipamentos de informática	1.356	**1.837**	**–**	**(1.306)**	**233**	**2.120**
Máquinas e equipamentos	131.238	**76.330**	**(4.083)**	**(117.360)**	**11.839**	**97.964**
Veículos	8.151	**4.781**	**–**	**(2.786)**	**803**	**10.949**
Total	155.147	**83.690**	**(4.083)**	**(125.360)**	**14.196**	**123.590**
			Classificado no circulante			**47.004**
			Classificado no não circulante			**76.586**

Consolidado – 2021

Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	10.222	6.426	–	(3.641)	1.395	14.402
Equipamentos de informática	457	1.653	–	(802)	48	1.356
Máquinas e equipamentos	222.180	20.731	(2.931)	(122.790)	14.048	131.238
Veículos	9.864	(72)	–	(2.411)	770	8.151
Total	242.723	28.738	(2.931)	(129.644)	16.261	155.147
			Classificado no circulante			99.864
			Classificado no não circulante			55.283

(a) Incluem adições de novos contratos. As atualizações de índices devidos sobre os passivos de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato, ocasionando impactos de ajuste a valor presente de passivos de arrendamento e direitos de uso em arrendamentos. Adicionalmente, nas datas de aniversário dos contratos, inclui a remensuração de ativos e passivos dos pagamentos variáveis considerados como pagamentos fixos em essência. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado, apenas as rubricas patrimoniais. (b) Contratos encerrados antecipadamente. A diferença entre o valor contábil alocado à parte desreconhecida e a contraprestação paga gerou um resultado em 31 de dezembro de 2022 de R$2.548 (R$121 em 31 de dezembro de 2021), contabilizado na rubrica de Juros sobre passivos de arrendamentos. (c) Em 2022, referem-se a reversão da provisão relacionada a armazenagem e movimentação de matéria-prima (escória bruta), devido à remesuração do contrato por redução de escopo. Em 2021, referem-se a provisões de contratos de ativos arrendados relacionados a armazenagem e movimentação de matéria-prima (escória bruta). Considerando que tais ativos não geram benefício econômico futuro, conforme citado na Nota Explicativa nº 9.a, a Companhia avaliou e constituiu provisão para realização dos direitos de uso relacionados ao arrendamento do imóvel e dos equipamentos. (c) Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento no consolidado reconhecidos no passivo não circulante é conforme segue:

Ano	Fluxo Bruto	Juros embutidos	Passivo de Arrendamento
2024	31.749	(9.622)	22.127
2025	27.965	(6.628)	21.337
2026 em diante	37.935	(4.813)	33.122
Total	97.649	(21.063)	76.586

(d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2022, de R$10.557 na Controladora e de R$14.641 no Consolidado (R$15.224 na Controladora e de R$15.880 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). (e) Informações referente aos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados e, estimativa dos saldos inflacionados. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento e juros embutidos, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento (com base na inflação média esperada de 6,18% a.a ou 0,50% a.m utilizando os indexadores IPCA e DI em 31 de dezembro de 2022), descontados pela taxa nominal.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo real				
Passivo de arrendamento	**114.128**	164.585	**158.285**	171.675
Juros embutidos	**(22.056)**	(15.825)	**(34.695)**	(16.528)
	92.072	148.760	**123.590**	155.147

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo inflacionado				
Passivo de arrendamento	**127.969**	175.869	**178.496**	183.445
Juros embutidos	**(26.529)**	(18.434)	**(41.540)**	(19.252)
	101.440	157.435	**136.956**	164.193

15. Fornecedores e obrigações por confirming: Política contábil: O saldo de fornecedores e obrigações por confirming referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante em função dos pagamentos vencerem em até 12 meses. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. (a) Composição Fornecedores**:**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Nacionais	**509.324**	334.053	**471.169**	322.680
Estrangeiros	**16.822**	1.618	**16.822**	1.618
	526.146	335.671	**487.991**	324.298

(b) Composição Obrigações por Confirming: O saldo de obrigações por confirming refere-se a obrigações a pagar a instituições financeiras decorrente principalmente da aquisição de matérias-primas, insumos e serviços de transporte junto aos fornecedores que optaram pela antecipação dos seus recebíveis junto as instituições financeiras. Essa operação não modifica substancialmente a característica da obrigação original junto ao fornecedor, ainda que se altere a contraparte da operação, ou seja, não estende e/ou altera o prazo de pagamentos das faturas (entre 90 e 120 dias, em linha com o ciclo normal de pagamento da Companhia), bem como, não altera o custo de aquisição junto ao fornecedor ou acresce qualquer custo financeiro à Companhia decorrente da taxa de desconto praticada pela instituição financeira junto ao fornecedor. As taxas de desconto praticadas pelas instituições financeiras junto aos fornecedores nas operações de confirming apresentaram o intervalo entre 1,16% e 1,96% ao mês em 2022 (entre 0,66% e 1,21% ao mês em 2021).

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Obrigações por confirming	**370.118**	260.804	**371.829**	260.804
	370.118	260.804	**371.829**	260.804

16. Empréstimos e financiamentos: Política contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. (a) Composição

Os saldos demonstrados referem-se a controladora e consolidado.

Modalidade/Instituição financeira	Encargos	Vencimento até	2022	2021
Moeda nacional:				
Banco do Brasil S.A. (a)	2.94% a.a.	Dezembro de 2024	**17.722**	26.580
FINAME (b)	2,50% a 10% a.a.	Novembro de 2023	**994**	2.816
Itaú BBA - Fomentar (c)	Parcela fixa	Dezembro de 2022	**–**	12.841
Banco Santander S.A. (d)	IPCA	Novembro de 2024	**85.156**	–
Total			**103.872**	42.237
Classificados no circulante - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			**45**	67
Classificados no circulante - principal			**54.235**	23.457
Classificados no não circulante - principal			**49.592**	18.713

(a) Linha de crédito para ampliação de fábrica na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Esse empréstimo exige que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada. (b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, conforme nota explicativa 12 (a). (c) Em 28 de dezembro de 2006, conforme instrumento de cessão de crédito assinado entre a Companhia e o Banco Itaú BBA S.A., foi transferido o título dos créditos relativos à aquisição do incentivo fiscal Fomentar da Cimpor Brasil Participações Ltda., por R$18.000, para o Banco Itaú BBA S.A., cuja dívida nominal e pré-fixada correspondia a R$57.772, com desconto de R$39.772, o qual será liquidado pela Companhia sem correção. A dívida da Companhia foi descontada a valor presente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, considerando a taxa de oportunidade de 15,34% ao ano, a ser liquidada em parcelas anuais e sucessivas até 2022. Em 31 de dezembro de 2022 esta linha de crédito encontra-se encerrada. (d) Linha de crédito obtida junto ao Banco Santander S.A. em setembro de 2022, com remuneração vinculada ao IPCA. Os juros e a parcela do principal serão pagos mensalmente. Este empréstimo está garantido por um título de renda fixa (CDB) no valor de R$30.000, conforme mencionado na nota explicativa 7 (b).

(b) Movimentação

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	54.677
Pagamentos	(14.898)
Juros	2.458
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.237
Captação	**99.997**
Pagamentos	**(47.619)**
Juros	**9.257**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**103.872**

(c) Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas classificadas no passivo não circulante (principal) têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	**Controladora e Consolidado**
2024	49.592
Total	49.592

17. Debêntures: Política contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquidas do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. (a) Composição**:**

	Encargos anuais	Vencimento final	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Debêntures (a) e (b)	100% da taxa DI +3,75% a.a.	Junho de 2027	**2.728.554**	2.722.761
Custos a apropriar (b)		Junho de 2027	**(6.184)**	(8.619)
Total			**2.722.370**	2.714.142
Classificados no circulante - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			**28.394**	22.600
Classificados no circulante - principal			**472.527**	–
Classificados no circulante - Custos a apropriar			**(2.248)**	–
Classificados no não circulante - principal			**2.227.633**	2.700.161
Classificados no não circulante - custos a apropriar			**(3.936)**	(8.619)

(a) Em 8 de junho de 2020, a Companhia emitiu 1.700.161 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os recursos provenientes dessa emissão foram convertidos integralmente para liquidação de debêntures antigas (primeira e segunda emissão), e para pagamento de outros empréstimos e financiamentos que possuíam prazos de vencimento inferiores à nova captação. Os custos com a emissão da dívida no montante de R$22.536 foram reconhecidos diretamente no resultado do período. O reconhecimento como despesa foi realizado de acordo com o CPC 48 que determina que quando um instrumento de dívida é contabilizado como uma extinção da dívida original, as taxas incorridas devem ser imediatamente reconhecidas como parte do ganho ou perda na extinção. (b) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia emitiu 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$9.223 e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. (b) Condições restritivas: Os contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da InterCement Participações S.A., sempre em 31 de dezembro de cada ano, e a captação está garantida por aval. Para as debêntures emitidas em 2020, a Companhia firmou, juntamente com a holding do grupo InterCement Participações S.A., acordo com os detentores das debêntures para o cumprimento de um limite de dívida bruta de €1.800.000 mil, medido em 31 de dezembro de 2020 segundo as demonstrações financeiras consolidadas da holding, que foi atendido. Nos anos seguintes, o *covenant* financeiro muda do limite de dívida bruta para a alavancagem líquida, a ser medida através da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seguindo também as demonstrações financeiras consolidadas da holding. Em 2022, o limite é 5,35X; passando a 4,85X em 2023; 3,85X em 2024; 3,35X em 2025 até 2027. Adicionalmente, as debêntures emitidas em 2021, possuem cláusulas restritivas (“covenants financeiros ICB”), que são medidas segundo as demonstrações financeiras da própria Companhia e em conjunto com as cláusulas restritivas citadas acima. Os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras anuais da InterCement Brasil S.A. (ICB), sempre em 31 de dezembro de cada ano. O *covenant* financeiro é calculado com base na alavancagem líquida, a ser medida através da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. Em 2022, o limite é 3,00X; passando a 2,75X em 2023; 2,50X em 2024; 2,00X em 2025 até 2027. Para efeito de determinação do EBITDA ajustado a Companhia utiliza as seguintes métricas: resultado líquido do exercício antes de (i) receitas (despesas) financeiras, (ii) impostos sobre o lucro e custos e despesas com depreciação e amortização (iii) mais ou menos perda e reversão por redução ao valor recuperável, mais ou menos despesas não recorrentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as cláusulas restritivas das debêntures estavam adimplentes. (c) Movimentação: A movimentação das debêntures na controladora e consolidado é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.706.177
Novas debêntures	1.000.000
Custos de emissão	(9.223)
Custo amortizado	605
Pagamentos	(149.134)
Juros	165.717
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.714.142
Pagamentos	**(424.181)**
Apropriação de custos	**2.434**
Juros	**429.975**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.722.370**

(d) Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas classificadas no passivo não circulante (principal) têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	**Controladora e Consolidado**
2024	540.033
2025	675.040
2026	675.040
2027	337.520
Total	2.227.633

18. Impostos e obrigações a pagar: A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia, além de parcelamentos fiscais e outras obrigações legais. Os impostos a recolher mantidos no circulante estão previstos para serem pagos nos próximos 12 meses, de acordo com o vencimento destas obrigações. (a) Composição:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
ICMS	**35.663**	30.156	**36.237**	30.413
PIS/COFINS	**1.696**	3.386	**2.511**	4.561
IR retido	**3.733**	3.605	**3.740**	3.613
IRPJ/CSLL	**–**	–	**1.939**	2.075
ISS	**1.977**	1.430	**2.149**	1.525
Impostos parcelados (a)	**71.578**	78.297	**71.578**	78.297
Obrigação legal (b)	**7.269**	20.330	**7.269**	20.330
Outros	**4.959**	7.814	**6.091**	8.097
	126.875	145.018	**131.514**	148.911
Classificados como circulante	**94.624**	103.333	**99.263**	107.226
Classificados como não circulante	**32.251**	41.685	**32.251**	41.685

(a) Referem-se a impostos estaduais (ICMS) firmado em conjunto com vários estados, em até 60 parcelas mensais com término em novembro de 2025 cujo montante de R$58.104 encontra-se em aberto em 31 de dezembro de 2022 (R$58.285 em 31 dezembro de 2021). A Companhia também apresenta parcelamentos de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, Pis e Cofins) firmados em conjunto com a Receita Federal do Brasil - RFB de anos anteriores, cuja parcela final tem previsão de término em novembro de 2024 no montante de R$13.474 em 31 de dezembro de 2022 (R$20.012 em 31 de dezembro de 2021). (b) Refere-se substancialmente a obrigação legal dos impostos federais (IRPJ e CSLL) na qual a Companhia possui uma Liminar Judicial nº 0012852-21.2010.403.6100, que assegura o não recolhimento do IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros. Considerando que a liminar não é uma decisão final, e, portanto, apresenta incertezas sobre o tratamento fiscal destes impostos (interpretação ICPC 22/IFRIC 23), a Companhia mantém esse valor provisionado.

19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: Política contábil: Reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, tributários e outros. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas prováveis e ajusta as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício. Com relação as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC22/IFRIC23), as provisões são constituídas quando é mais provável (“more likely than not”) que os tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas autoridades fiscais, sendo as demais incertezas sobre o lucro divulgadas. (a) Composição: A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Trabalhistas e previdenciários (a)	**25.213**	25.307	**25.321**	25.405
Tributários (b)	**6.801**	5.004	**6.807**	5.010
Cíveis e outros (c)	**6.219**	7.268	**7.353**	8.290
	38.233	37.579	**39.481**	38.705
Depósitos judiciais (d)	**(13.797)**	(10.863)	**(13.797)**	(10.863)
Total	**24.436**	26.716	**25.684**	27.842

(a) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão de contrato de trabalho. (b) Em 2022 referem-se, substancialmente, a processos judiciais e administrativos relacionados a; (i) CFEM: Ausência de recolhimento; (ii) IRPJ/CSLL: Descumprimento de obrigação acessória e (iii) Contribuição Previdenciária. Em 2021 referem-se, substancialmente, a processos judiciais e administrativos relacionados a; (i) CFEM: Ausência de recolhimento; (ii) IRPJ/CSLL: Descumprimento de obrigação acessória; (iii) PIS/COFINS: Frete entre indústria e distribuidor. (c) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão contratual, acidentes de trânsito e cobranças por prestadores de serviços. (d) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Trabalhistas e previdenciários	**5.681**	5.373
Tributários	**6.157**	4.255
Cíveis e outras	**1.959**	1.235
Total	**13.797**	10.863

Depósitos não atrelados à provisão para riscos

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Depósitos trabalhistas e previdenciários	**7.799**	12.898	**7.801**	12.900
Depósitos tributários	**76.533**	56.612	**76.927**	56.612
Depósitos cíveis	**223**	177	**230**	191
Total	**84.555**	69.687	**84.958**	69.703

(b) Movimentação das provisões

Controladora

	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.519	26.029	13.489	(9.869)	66.168
Adições/atualizações líquidas de reversões	1.702	(5.758)	(1.611)	(10.003)	(15.670)
Pagamento	(12.914)	(15.267)	(4.610)	9.009	(23.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.307	5.004	7.268	(10.863)	26.716
Adições/atualizações líquidas de reversões	**17.193**	**4.456**	**4.686**	**(5.021)**	**21.314**
Pagamento	**(17.287)**	**(2.659)**	**(5.735)**	**2.087**	**(23.594)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**25.213**	**6.801**	**6.219**	**(13.797)**	**24.436**

Consolidado

	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.612	26.029	14.126	(9.869)	66.898
Adições/atualizações líquidas de reversões	1.707	(5.751)	(1.226)	(10.003)	(15.273)
Pagamento	(12.914)	(15.268)	(4.610)	9.009	(23.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.405	5.010	8.290	(10.863)	27.842
Adições/atualizações líquidas de reversões	**17.203**	**4.456**	**4.798**	**(5.021)**	**21.436**
Pagamento	**(17.287)**	**(2.659)**	**(5.735)**	**2.087**	**(23.594)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**25.321**	**6.807**	**7.353**	**(13.797)**	**25.684**

(c) Perda Possível: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R$6.568.691 (R$5.989.545 em 31 de dezembro de 2021), sendo R$70.020 de contingências trabalhistas (R$75.163 em 31 de dezembro de 2021), R$5.336.916 de contingências tributárias, incluindo as incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro de acordo com a avaliação do ICPC22/IFRIC 23 (R$4.871.430 em 31 de dezembro de 2021), R$ 1.161.755 de contingências cíveis (R$1.042.374 em 31 de dezembro de 2021) e não há de processos administrativos de outras naturezas (R$578 em 31 de dezembro de 2021), conforme opinião dos assessores jurídicos. Os principais processos classificados como probabilidade de perda possível, são conforme segue: *Tributárias:* Referem-se, substancialmente, a processos administrativos e judiciais relacionados a (i) PIS/COFINS - omissão de receita; (ii) PIS/COFINS - crédito indevido decorrente de despesa com frete nas transferências de mercadorias entre estabelecimento industrial e distribuidor; (iii) PIS/COFINS - compensação não homologada em decorrência de créditos insuficientes de saldo; (iv) PIS/COFINS - suposto não recolhimento; (v) COFINS - Juros sobre Capital Próprio; (vi) ICMS - aproveitamento de crédito; (vii) ICMS - diferencial de alíquota; (viii) ICMS - energia elétrica; (ix) ICMS - frete; (x) ICMS - suposta ausência de recolhimento; (xi) ICMS - substituição tributária; (xii) ISS - retenção na fonte; (xiii) ISS - redução da base de cálculo; (xiv) ISS - não recolhimento; (xv) CFEM - ausência de recolhimento; (xvi) CFEM - diferença de recolhimento; (xvii) Contribuição Previdenciária - Aproveitamento indevido do crédito; (xviii) AFRMM - Adicional de Frete da Marinha Mercante; (xix) IPTU - redução da base de cálculo. As contingências tributárias que os assessores jurídicos da Companhia consideram o risco de êxito mais provável do que o risco de perda (“more likely than not”), avaliadas com base no ICPC22/IFRIC 23, são: (i) IRPJ/CSLL - glosa de créditos por suposta dedução indevida da base de cálculo, a título de amortização de ágio decorrente da aquisição de outras empresas; (ii) IRPJ/CSLL - cobrança dos tributos sobre lucros apurados no exterior por empresas controladas e coligadas; (iii) IRPJ/CSLL - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (iv) IRPJ/CSLL - compensação não homologada de crédito decorrente de apuração a menor de saldo negativo do imposto; e (v) IRPJ/CSLL - dedução indevida de despesas. *Cível:* As principais causas cíveis têm por objeto infração contra a ordem econômica. Isso porque, a Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde, em 31 de dezembro de 2022, a R$949.525 (considerando InterCement e Cimpor). Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, a Companhia recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão de tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra tal decisão, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, cujo pedido de tutela antecipada recursal formulado foi indeferido. O processo encontra-se em fase de instrução probatória, com apresentação do laudo pericial pelo perito judicial nomeado, já impugnado pelas partes. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade de perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

20. Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo: Política contábil: Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o descomissionamento de fábricas. Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o descomissionamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística e gastos futuros com descomissionamento de fábricas, sendo reconhecidos em resultados à medida que os ativos são depreciados/amortizados. Essas provisões estão reconhecidas como “Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos” no passivo. A provisão para reconstituição ambiental tem como contrapartida em seu registro inicial a rubrica de “Direitos de exploração de minas” no intangível, e a provisão para descomissionamento de ativos tem como contrapartida a rubrica de “Imobilizado - Outros”. Aumentos ou diminuições nas provisões, que sejam decorrentes de mudanças nas estimativas, resultam em uma alteração correspondente no valor contábil do ativo relacionado. O aumento nas provisões é dado periodicamente pela atualização monetária, de modo a refletir a avaliação do dinheiro no tempo. A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação ambiental progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões então constituídas. (a) Movimentação**:** Em 31 de dezembro de 2022, é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a desativação de ativos e recuperação ambiental de áreas em processo de exploração de responsabilidade da Companhia. A movimentação da provisão é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.677
Constituição	3.964
Utilização	(1.990)
Atualização	2.459
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.110
Constituição	**3.264**
Utilização	**(2.334)**
Atualização	**1.627**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**30.667**

continua →★

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Benefícios a empregados: Política contábil: Os custos dos benefícios a empregados são reconhecidos no resultado a medida que são incorridos. **21.1.** Previdência privada**:** A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contribuiu com o montante de R$ 1.263 (R$ 1.119 em 31 de dezembro de 2021). **21.2.** Outros benefícios a empregados**:** São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 66.761 na controladora e no consolidado (R$ 50.418 em 31 de dezembro de 2021).

22. Partes relacionadas: Política contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia conforme termos acordados entre as partes, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. As partes relacionadas da Companhia são essencialmente subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. (a) Composição - balanço patrimonial: As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo, vendas e compras de produtos e serviços. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	Controladora 2022				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Adiantamento de clientes e outras obrigações	Outras obrigações
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Loma Negra (a)	–	888	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	–	–	–	26	–
Outras	–	–	642	55	–
Controladas:					
Barra Grande Participações S.A. (e)	–	–	19.997	–	–
Companhia de Mineração Candiota (d)	115	–	3.530	10	–
Estreito Participações S.A. (e)	–	–	15.506	–	4.090
Machadinho Participações S.A. (e)	–	–	9.931	–	798
Controladora:					
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	165.520	–	15.593	8.242	–
InterCement Participações S.A. (a) e (h)	104.594	–	3	8.855	20.462
Total em 31 de dezembro de 2022	270.229	888	65.202	17.188	25.350

	Controladora 2021				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Adiantamento de clientes e outras obrigações	Outras obrigações
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Loma Negra (a)	–	5.384	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	1.000	1.300	979	26	–
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	9.072	–	–	4	–
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	–	25.880	–	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	–	–	–	38	–
Outras	–	–	595	54	–
Controladas:					
Barra Grande Participações S.A. (e)	5	–	6.100	–	–
Companhia de Mineração Candiota (d)	196	–	1.575	10	–
Estreito Participações S.A. (e)	5	–	7.662	–	4.090
Machadinho Participações S.A. (e)	5	–	4.585	–	798
Controladora:					
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	139.896	–	67	–	–
InterCement Participações S.A. (a)	771	–	–	3.102	–
Total em 31 de dezembro de 2021	150.950	32.564	21.563	3.234	4.888

	Consolidado 2022				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Outras obrigações	Outras obrigações
Entidades sob controle comum do grupo:					
Loma Negra (a)	–	888	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	–	–	–	26	–
Outras	–	–	642	55	–
Controladora:					
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	165.520	–	15.593	8.242	–
InterCement Participações S.A. (a) e (h)	104.594	–	3	8.855	20.462
Total em 31 de dezembro de 2022	270.114	888	16.238	17.178	20.462

	Consolidado 2021			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	
	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do grupo:				
Loma Negra (a)	–	5.384	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	1.000	1.300	979	26
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A (g)	9.072	–	–	4
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	–	25.880	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	–	–	–	38
Outras	15	100	595	54
Controladora:				
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	139.896	–	67	–
InterCement Participações S.A. (a)	771	–	–	3.102
Total em 31 de dezembro de 2021	150.754	32.664	1.641	3.224

(a) Contas a receber pela prestação de serviços de backoffice. Refere-se essencialmente a valores de prestação de serviços compartilhados com a Loma Negra (contas a receber) e InterCement Participações S.A. (outras obrigações). Em 2021, os saldos com à Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., refere-se substancialmente a contas a receber pela venda de ativo (outras contas a receber) e saldos a pagar decorrente da contratação de serviços de backoffice. (b) Compra e venda de mercadorias. Refere-se essencialmente a adiantamentos e valores a pagar referente a compra de combustíveis com a controladora InterCement Trading e Inversiones S.A., de acordo com as transações definidas em cada pedido de compra (transação spot), a serem pagos no próximo ano calendário, e saldo de outras obrigações sem prazo de pagamento contratual. (c) Valor a receber pela venda de imóvel da InterCement Brasil S.A. para a HM Engenharia e Construção S.A., em exercícios anteriores e com vencimentos até 2024, corrigidos mensalmente pelo IPCA. O valor deste imóvel foi recebido antecipadamente em dezembro de 2022, devido a celebração do contrato de cessão de crédito com a sua controladora indireta InterCement Participações S.A. A transferência do controle do ativo havia ocorrido incondicionalmente no ato da venda. (d) Refere-se substancialmente a aquisição de matéria-prima utilizada na fabricação do cimento (calcário) da unidade de Candiota. O valor da transação é definido de acordo com as condições estabelecidas em cada pedido de compra (transação spot). (e) Contratos de compra e venda de energia com as controladas, Barra Grande Participações S.A., Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A., com vigência até março de 2041, fevereiro de 2043 e julho de 2032 respectivamente, com atualização anual da tarifa com base no IPCA. (f) Contrato de mútuo no montante de R$1.000.000 realizado em 30 de setembro de 2021, com juros de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano. Em dezembro de 2021, parte substancial do mútuo foi liquidado no montante de R$ 884.547 (principal e juros), restando um saldo residual em 31 de dezembro de 2022 de R$165.520 com vencimento em 5 de junho de 2023. (g) Valor a receber pela venda de imóvel da InterCement Brasil S.A. para a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. em exercícios anteriores, que seriam pagos após o registro da escritura do imóvel, e sem incidências de juros. O valor deste imóvel foi recebido antecipadamente em dezembro de 2022, devido a celebração do contrato de cessão de crédito com a sua controladora indireta InterCement Participações S.A. A transferência do controle do ativo havia ocorrido incondicionalmente no ato da venda. (h) Contrato de mútuo com a sua controladora indireta InterCement Participações S.A. - "ICP" (tomador) na modalidade "revolving" com um limite de crédito de até R$ 100.000 (apenas principal), podendo ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida for reembolsado. Os valores de crédito concedidos até 30 de setembro de 2022, foram de R$ 30.000 no dia 15 de março de 2022, R$ 20.000 no dia 02 de junho de 2022 e R$48.425 no dia 06 de julho de 2022. A taxa de juros é de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano, com vencimento em 15 de março de 2023. (b) Composição - resultado**:** As transações efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Controladora 2022			
	Custos de vendas e serviços	(Despesas)/Receitas administrativas e comerciais	Outras receitas operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	–	(126)	–	–
Vexia Administradora LTDA. (a)	–	(1.055)	–	–
HM Engenharia e Construção S.A. (i)	–	–	–	1.420
InterCement Atividades Imobiliárias S.A. (g) e (h)	–	4.486	31.750	–
Outras	(318)	(4.000)	–	–
Loma Negra	–	–	–	(687)
Controlada:				
Barra Grande Participações S.A. (c)	(75.676)	95	–	–
Companhia de Mineração Candiota (b)	(38.247)	952	–	–
Estreito Participações S.A. (c)	(70.676)	97	–	–
Machadinho Participações S.A. (c)	(59.427)	168	–	–
Controladora:				
InterCement Trading e Inversiones S.A.(a),(d) e (k)	(15.860)	2.883	–	11.971
InterCement Participações S.A. (a), (e) e (k)	–	(22.369)	–	7.131
Total em 31 de dezembro de 2022	(260.204)	(18.869)	31.750	19.835

	Controladora 2021				
	Vendas	Custos de vendas e serviços	(Despesas)/Receitas administrativas e comerciais	Outras receitas o peracionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	4	–	(2.616)	–	–
Vexia Administradora LTDA. (a)	–	–	(7.696)	–	(59)
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (j)	–	–	–	12.960	–
HM Engenharia e Construção S.A. (i)	–	–	–	–	3.080
Loma Negra	–	–	–	–	(48)
Outras	–	(230)	(2.055)	–	–
Controlada:					
Barra Grande Participações S.A. (c)	–	(75.597)	41	–	–
Companhia de Mineração Candiota (b)	–	(17.447)	164	–	–
Estreito Participações S.A. (c)	–	(44.005)	43	–	–
Machadinho Participações S.A. (c)	–	(53.943)	42	–	–
Controladora:					
Mover Participações S.A. (a)	–	–	(90)	–	–
InterCement Trading e Inversiones S.A. (a), (d) e (f))	–	(155.556)	6.266	–	20.700
InterCement Participações S.A. (a) e (e)	–	–	(4.894)	–	–
Total em 31 de dezembro de 2021	4	(346.778)	(10.795)	12.960	23.673

	Consolidado 2022			
	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	–	(126)	–	–
Vexia Administradora LTDA.(a)	–	(1.055)	–	–
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A	–	–	–	–
HM Engenharia e Construção S.A.(i)	–	–	–	1.420
InterCement Atividades Imobiliárias S.A. (g) e (h)	–	4.486	31.750	–
Outras	(318)	(4.000)	–	–
Loma Negra	–	–	–	(687)
Controladora:				
InterCement Trading e Inversiones S.A. (a), (d) e (k)	(15.860)	2.883	–	11.971
InterCement Participações S.A. (a), (e) e (k)	–	(22.369)	–	7.131
Total em 31 de dezembro de 2022	(16.178)	(20.181)	31.750	19.835

	Consolidado 2021				
	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	4	–	(2.616)	–	–
Vexia Administradora LTDA.(a)	–	–	(7.696)	–	(59)
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A (j)	–	–	–	12.960	–
HM Engenharia e Construção S.A. (i)	–	–	–	–	3.080
Loma Negra	–	–	–	–	(48)
Outras	–	(230)	(2.055)	–	–
Controladora:					
Mover Participações S.A. (a)	–	–	(90)	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (a), (d) e (f)	–	(155.556)	6.266	–	20.700
InterCement Participações S.A. (a) e (e)	–	–	(4.894)	–	–
Total em 31 de dezembro de 2021	4	(155.786)	(11.085)	12.960	23.673

(a) Refere-se essencialmente à compra de combustíveis e rateio de certas despesas com a empresa relacionada InterCement Trading e Inversiones S.A. e contratação de serviços de *backoffice* da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Vexia Administradora Ltda. Mover Participações S.A. e InterCement Participações. (b) Aquisição de matéria-prima utilizada na fabricação do cimento (calcário) da unidade de Candiota além de outras despesas/receitas pouco relevantes com a controlada. O valor da transação é definido de acordo com as condições estabelecidas em cada pedido de compra (transação spot). (c) Contratos de compra e venda de energia com as controladas, Barra Grande Participações S.A., Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A., com vigência até março de 2041, fevereiro de 2043 e julho de 2032 respectivamente, com atualização anual da tarifa com base no IPCA, além de outras despesas/receitas pouco relevantes com as controladas. (d) Contrato de mútuo no montante de R$1.000.000 realizado em 30 de setembro de 2021, com juros de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano. Em dezembro de 2021, parte substancial do mútuo foi liquidado no montante de R$ 884.547 (principal e juros), restando um saldo residual de R$165.520, com vencimento em 5 de junho de 2023. Em 2022, foi registrado o montante de R$ 24.564 na rubrica de receita financeira a título de juros (R$ 23.903 em 31 de dezembro de 2021). (e) Contrato de mútuo com a sua controladora indireta InterCement Participações S.A. - "ICP" (tomador) na modalidade "revolving" com um limite de crédito de até R$ 100.000, podendo ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida for reembolsado. Os valores de crédito concedidos até 31 de dezembro de 2022, foram de R$ 30.000 no dia 15 de março de 2022, R$ 20.000 no dia 02 de junho de 2022 e R$48.425 no dia 06 de julho de 2022. A taxa de juros é de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano, com vencimento em 15 de março de 2023. Em 2022, foi registrado o montante de R$ 16.726 na rubrica de receita financeira a título de juros (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021). (f) Empréstimo de mútuo no montante de €10 milhões de euros, equivalente a R$ 67.877 milhões de reais, sujeito a Euribor mais juros de 3,22% ao ano, com vencimento do principal e juros em 17 de fevereiro de 2022. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada do mútuo. (g) Refere-se substancialmente a repasses de despesas administrativas dos imóveis cindidos em setembro de 2021 com a InterCement Atividades Imobiliárias S.A., e que são subsequentemente reembolsados pela Companhia. (h) Venda de imóvel para a empresa relacionada InterCement Atividades Imobiliárias S.A., realizada em dezembro de 2022, com transferência imediata de controle à adquirente. O saldo a receber decorrente da venda foi cedido à InterCement Trading e Inversiones S.A., por meio de contrato de cessão de crédito celebrado em 26 de dezembro de 2022, sem direito/opção de regresso. (i) Atualização monetária referente a Venda de imóvel da InterCement Brasil S.A. para a HM Engenharia e Construção S.A., com vencimentos até 2024. Em dezembro de 2022 a Companhia vez a cessão do correspondente recebível para a empresa relacionada InterCement Participações S.A., sem direito/opção de regresso. (j) Venda de imóvel da InterCement Brasil S.A para a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., que seriam pagos após o registro da escritura do imóvel, e sem incidências de juros. O valor deste imóvel foi recebido antecipadamente em dezembro de 2022, devido a celebração do contrato de cessão de crédito com a sua controladora indireta InterCement Participações S.A. (k) O resultado financeiro inclui deságio na operação de cessão de crédito celebrada em dezembro de 2022, entre a InterCement Brasil e suas controladoras direta e indireta InterCement Participações S.A., e InterCement Trading e Inversiones S.A., nos montantes de R$ 9.595 e R$ 12.828, respectivamente, reconhecido no resultado financeiro da Companhia. A cessão de crédito realizada fora de ativos substancialmente relacionados a atividade imobiliária (terrenos não operacionais) e não relacionadas ao core business da Companhia. (c) Remuneração dos administradores: *Controladora:* Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir: Remuneração dos administradores: *Controladora e consolidado:*

	2022	2021
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (a)	10.028	7.595
Incentivo de Longo prazo (b)	4.786	1.185
Previdência privada	225	177
Total da remuneração (sem encargos sociais)	15.039	8.957
Encargos sociais	1.742	1.401
Total da remuneração (com encargos sociais)	16.781	10.358

(a) Em 2022, o aumento no saldo da remuneração dos administradores refere-se à remuneração do Conselho de Administração que foi instituído em junho de 2021. (b) Foi aprovado um plano de incentivo de longo prazo para a alta Administração da Companhia. Este plano possui carência de 4 anos e o benefício é determinado principalmente com base em indicadores de desempenho financeiro e operacional, e na retenção da alta Administração. Em 31 de dezembro de 2022 o valor das despesas incorridas no período é de R$ 4.786 (R$1.185 em 2021).

23. Patrimônio líquido: Política contábil: Capital social: É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. Distribuição de dividendos: A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração da Companhia, e a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, é registrada como passivo circulante, na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Reserva legal e reserva de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. Reserva para incentivos fiscais: Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, desde que atendidas as condições da IAS 20 em consonância com o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais nas suas principais fábricas, recentemente convalidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/17 com alterações posteriores. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimento foram registradas no resultado do exercício na rubrica "Receita líquida de vendas", para o patrimônio líquido no final do exercício, quando houver lucro líquido, na rubrica "Reserva de incentivos fiscais". (a) Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R$ 592.274, representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição acionária está detalhada a seguir:

	2022		2021	
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
InterCement Trading e Inversiones S.A.	411.597.545	100,00	411.597.545	100,00
	411.597.545	100,00	411.597.545	100,00

(b) Transações com acionistas: No semestre findo de 30 de junho de 2022, foi realizada a aquisição de ações da controlada Estreito Participações, com resultado líquido de R$ 38.400. De acordo com o ICPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC36, esses efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no patrimônio líquido, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2. Adicionalmente, em 2022 houve o registro da perda na variação de participação, sem alteração de controle da controlada Companhia de Mineração Candiota, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11. Esse efeito foi reconhecido como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no patrimônio líquido no montante de R$ 35. Em 31 de dezembro de 2021, foi registrada perda na variação de participação, sem alteração de controle da controlada Companhia de Mineração Candiota, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 de acordo com o ICPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC 36. Esse efeito foi reconhecido como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no patrimônio líquido no montante de R$127. Transações com acionistas não controladores: Instrumento patrimonial - ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico: As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações, Machadinho Participações e da Estreito Participações, possuem determinadas características especificas, nomeadamente, em termos de: • Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício. • Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias especificas estabelecidas nos correspondentes estatutos). • Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação. • Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos. • Não participação em futuros aumentos de capital. Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias. Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue: • A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos; • Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitiram esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data de cada demonstração financeira. Em 31 em maio de 2022, após decorridos 60 dias do arquivamento das atas, foram realizadas as reduções de capital social pelos acionistas não controladores nas controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho Participações no montante de R$ 14.673. No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas aquisições de ações pelos acionistas não controladores nas controladas Estreito Participações e Companhia de Mineração Candiota no montante de R$ 5.422. Em 2022 foram pagos dividendos de R$ 100.532, sendo R$ 27.844 relacionados ao exercício de 2021 e R$ 72.688 decorrentes da deliberação da administração de dividendos intercalares referentes ao exercício de 2022. (c) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro no exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o conselho de administração deliberou a distribuição de dividendos no montante de R$990.101, sendo R$119.638 pagos no exercício e R$870.463 utilizados para liquidação parcial do mútuo com a sua acionista InterCement Trading e Inversiones (ITI). Também em 2021 foram deliberados juros sobre o capital próprio no montante de R$39.910, sendo R$25.814 pagos no exercício e R$14.096 utilizados para liquidação parcial do mútuo com a sua acionista ITI. (d) Reservas de lucros e incentivos fiscais: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não constituiu reserva, já que apurou prejuízo no exercício. As reservas de incentivos fiscais foram constituídas até o ano de 2021 no montante de R$ 130.147, sendo que as reservas do ano de 2022, totalizando o montante de R$ 61.411, serão constituídas em anos subsequentes, quando a Companhia apurar lucros.

24. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda: A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Ao avaliar se o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável, a Companhia assume que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas. Se a Companhia concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia reflete o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável considerando o valor mais provável. O reconhecimento do efeito da incerteza para tratamentos fiscais incertos, são reconhecidas como obrigações legais na rubrica de impostos e contribuições a recolher no passivo não circulante e a contrapartida na rubrica de imposto de renda e contribuição social correntes. (nota explicativa n° 18). (a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"):

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(67.896)	422.830	43.392	527.751
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	23.085	(143.762)	(14.753)	(179.435)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	6.162	7.327	6	25
Juros sobre o capital próprio	–	13.569	–	13.569
Incentivos Fiscais (FAI/Prodesin/Desenvolve)	20.880	13.359	20.880	13.359
Liminar Selic (b)	15.653	40.679	15.653	40.679
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos de exercícios anteriores/(não constituídos) (c)	–	878.990	(3.374)	878.990
Diferença de alíquota (a)	–	–	39.513	30.832
Outras Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(36.584)	(8.877)	(36.604)	(11.499)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	29.196	801.285	21.321	786.520
Correntes	1.695	765	(6.659)	(5.976)
Diferidos	27.501	800.520	27.980	792.496

(a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de lucro presumido das controladas Barra Grande, Machadinho e Estreito. (b) Refere-se à liminar judicial nº 0012852-21.2010.403.6100, que assegura a Companhia a não recolher o IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros. (c) Em 2021, refere-se ao reconhecimento de impostos diferidos ativos não reconhecidos em anos anteriores, após análise de recuperabilidade realizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2021. (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dos livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
No ativo:				
Provisão para perdas de crédito esperada	3.069	2.530	3.069	2.530
Provisão para participação nos resultados	12.399	10.799	12.399	10.799
Provisão para realização dos estoques	46.479	48.727	46.479	48.727
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.999	12.777	12.999	12.777
Provisão para descomissionamento de fábricas	25.771	24.374	25.771	24.374
Ajuste ao valor de realização (Imobilizado, intangível e direito de uso)	234.610	231.977	234.610	231.977
Demais diferenças temporárias ativas	47.349	46.647	47.349	46.647
Prejuízo fiscal e base negativa	498.479	468.646	498.479	468.646
Total - ativo	881.155	846.477	881.155	846.477
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	(102.446)	(107.458)	(102.446)	(107.458)
Avaliação da vida útil do imobilizado (a)	(92.362)	(84.248)	(92.362)	(84.248)
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	–	(663)	–	(663)
Capitalização de juros	(15.504)	(7.833)	(15.504)	(7.833)
Demais diferenças temporárias passivas	(2.778)	(5.711)	(10.323)	(13.735)
Total - passivo	(213.090)	(205.913)	(220.635)	(213.937)
Total líquido classificado no ativo não circulante	668.065	640.564	668.065	640.564
Total líquido classificado no passivo não circulante	–	–	(7.545)	(8.024)

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal. Realização do ativo fiscal diferido: A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das informações financeiras, e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros. Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (que coincide com o ciclo de negócios), utilizando como premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente. Com base em respectiva avaliação, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que era provável a geração de lucro tributável futuro suficiente para registro do ativo fiscal diferido não reconhecido de períodos anteriores, incluindo as diferenças temporárias (cuja realização foi considerada nas projeções), tendo reconhecido naquele exercício R$ 878.990 de impostos diferidos não reconhecidos em anos anteriores. Apesar dos prejuízos fiscais gerados durante o ano

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

de 2022, gerado principalmente em razão da pressão inflacionária sobre certos custos e despesas e pelo efeito do aumento da taxa SELIC sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que culminaram no aumento no exercício do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais no exercício em R$29.833, a avaliação de realização conduzida pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 indica que os impostos diferidos ativos, que são reconhecidos até o limite de realização conforme política contábil da Companhia, ainda serão realizados dentro do período de 10 anos estabelecidos pela Companhia quando do reconhecimento dos impostos diferidos em 2021. A Companhia continuará, a cada trimestre, avaliando a realização desse ativo fiscal diferido. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa da Companhia é a realização da totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa até o final de 2030 (sem alteração do horizonte de realização de 10 anos originalmente estimado), sendo o seguinte cronograma considerado:

	31/12/2022	31/12/2021 (a)
2022	–	3%
2023	**1%**	12%
2024	**5%**	15%
2025	**9%**	20%
2026	**13%**	24%
2027	**15%**	25%
Acima de 5 anos (até 2030)	**57%**	1%

(a) Cronograma considerado quando do reconhecimento dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021.

25. Receita líquida: Política contábil: As receitas operacionais da Companhia são geradas através da produção e venda de cimentos, a prestação de serviços (que engloba a homogeneização das matérias-primas e serviço de bombeamento do concreto) e venda de energia. A receita é mensurada quando ou à medida que uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A Companhia considera os termos dos contratos e todos os fatos e circunstâncias relevantes, a receita na venda de produtos e/ou serviços é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, os critérios definidos são: • Identificar o contrato de venda de bens ou prestação de serviço; • Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato; • Determinar o preço da transação; • Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho definidas em contrato; • Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato. (a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de produtos	**4.763.259**	4.013.929	**4.766.276**	4.017.543
Serviços prestados	**173.251**	168.313	**173.256**	168.313
Impostos sobre vendas (a)	**(1.141.549)**	(988.742)	**(1.160.779)**	(999.366)
Abatimentos/descontos	**(50.366)**	(33.813)	**(50.366)**	(33.813)
Total	**3.744.595**	3.159.687	**3.728.387**	3.152.677

(a) Na controladora e no consolidado, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

26. Informações sobre a natureza de custos e despesas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação, amortização e exaustão	**(240.561)**	(224.426)	**(266.265)**	(249.389)
Amortização direito de uso em arrendamentos	**(87.653)**	(106.895)	**(104.742)**	(113.394)
Salários e benefícios a empregados	**(382.115)**	(317.014)	**(384.199)**	(318.143)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	**(792.863)**	(581.136)	**(743.359)**	(557.164)
Serviços de terceiros	**(210.216)**	(165.373)	**(228.661)**	(178.426)
Despesas com frete	**(447.777)**	(310.529)	**(447.831)**	(310.575)
Despesas com manutenção	**(138.618)**	(122.847)	**(139.439)**	(123.604)
Despesas com combustível	**(781.388)**	(560.428)	**(786.292)**	(562.419)
Despesas com eletricidade (a)	**(306.039)**	(284.570)	**(128.931)**	(115.772)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	**(14.393)**	(8.259)	**(14.538)**	(8.635)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (b)	**62.795**	17.337	**62.776**	17.088
Ajuste ao valor recuperável (c)	**(6.021)**	28.352	**(6.022)**	28.352
Provisão para perdas de estoques (d)	**(2.992)**	(23.746)	**(2.992)**	(23.746)
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (f)	**–**	47.580	**–**	47.580
Recuperação de impostos (e)	**26.885**	13.987	**26.885**	13.987
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 8)	**(3.398)**	(919)	**(3.398)**	(919)
Outras receitas (despesas)	**(78.176)**	(41.703)	**(83.061)**	(44.133)
	(3.402.530)	(2.640.589)	**(3.250.069)**	(2.499.312)
Custo das vendas e dos serviços	**(3.201.376)**	(2.516.727)	**(3.039.695)**	(2.368.312)
Despesas administrativas e comerciais	**(290.654)**	(261.321)	**(299.579)**	(269.000)
Outras receitas (despesas) operacionais	**89.500**	137.459	**89.205**	138.000
Total	**(3.402.530)**	(2.640.589)	**(3.250.069)**	(2.499.312)

As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir: (a) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas controladas, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machadinho Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controlada Comican e da controlada em conjunto Baesa. (b) Em 2022 refere-se substancialmente ao ganho na venda dos imóveis e equipamentos das centrais de concreto das unidades de Praia Grande, Vespasiano e Guarujá e da venda de ativos de João Pessoa, Gurinhém, Manoel Carlos e Mocambeiro. Em 2021 refere-se substancialmente ao ganho na venda de terrenos, que não estavam sendo utilizados na operação do negócio. (c) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado, intangível e direito de uso, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 (c),13 (d) e 14 (c); (d) Referem-se a provisões para perdas de estoques, conforme mencionada na nota explicativa nº 9 (c). (e) Em 2022, refere-se substancialmente ao trânsito em julgado do processo de não inclusão do frete nas operações CIF e do seguro, na base de cálculo do IPI, referente aos períodos de 2004 a 2009 no valor de R$5.183, do trânsito em julgado do processo de compensação do ICMS incidente sobre as operações de transferências de bens da matriz e de suas filiais para todas as demais filiais da federação, no período de 2012 a 2018 no montante de R$7.132 e da recuperação de crédito PIS/COFINS no montante de R$ 7.683 relacionados a créditos extemporâneos referentes a despesas diversas, entre elas, assistência médica, publicidade e propaganda. (f) Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal. Diante dessa decisão, a perspectiva de realização mudou, e, portanto, a Companhia registrou durante o segundo trimestre de 2021 a parte que era controversa do crédito de PIS e da COFINS no montante de R$96.867, sendo R$47.580 de principal e R$49.287 de atualização monetária, reconhecido respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras.

27. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Variação cambial:				
Receita com variação cambial (a)	**2.181**	5.756	**2.181**	5.756
Despesa com variação cambial (a)	**(14.261)**	(10.551)	**(14.261)**	(10.551)
	(12.080)	(4.795)	**(12.080)**	(4.795)
Receitas financeiras:				
Variação monetária (b)	**43.549**	100.023	**43.614**	100.071
Rendimento financeiro	**27.104**	10.158	**32.939**	14.083
Juros ativos (c)	**43.149**	26.357	**43.706**	26.604
Instrumentos financeiros derivativos (d)	**2.838**	–	**2.838**	–
PIS e COFINS	**(4.304)**	(4.768)	**(4.546)**	(4.924)
Outras receitas	**1.517**	3.357	**1.519**	3.358
Total	**113.853**	135.127	**120.070**	139.192
Despesas financeiras:				
Variação monetária	**(32.066)**	(17.805)	**(40.442)**	(27.853)
Juros sobre passivos de arrendamentos (nota 14)	**(9.855)**	(14.613)	**(14.196)**	(16.261)
Despesa com juros e encargos (e)	**(444.455)**	(174.732)	**(444.459)**	(174.734)
Despesa de multas	**(3.099)**	(10.495)	**(3.157)**	(10.548)
Despesas bancárias	**(2.788)**	(3.109)	**(2.877)**	(3.194)
Instrumentos financeiros derivativos (d)	**(1.937)**	(17.432)	**(1.937)**	(17.432)
Seguro Garantia	**(3.635)**	(7.225)	**(3.635)**	(7.225)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	**(2.564)**	(1.151)	**(2.564)**	(1.151)
Deságio na operação de cessão de crédito (f)	**(24.449)**	–	**(24.449)**	–
Outras despesas	**(5.010)**	(1.587)	**(5.217)**	(1.687)
Total	**(529.858)**	(248.149)	**(542.933)**	(260.085)

(a) Em 2022, refere-se substancialmente às flutuações nas taxas de câmbio atrelada a operação bancária no exterior (saldo em conta corrente) e operação de aquisição de coque importado. Em 2021, refere-se substancialmente às flutuações nas taxas de câmbio do mútuo com a sua controladora InterCement Trading e Inversiones S.A. atrelados à moeda estrangeira. (b) Em 2022, refere-se substancialmente ao reconhecimento da receita de variação monetária no montante de R$ 6.774 decorrente do trânsito em julgado do processo de não inclusão do frete nas operações CIF e do seguro, na base de cálculo do IPI, referente aos períodos de 2004 a 2009, R$12.600 referente à correção monetária do crédito tributário parte controversa relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS reconhecidos em 2021 e R$ 4.456 referente ao trânsito em julgado do processo de compensação do ICMS incidente sobre as operações de transferências de bens da matriz e de suas filiais para todas as demais filiais da federação, no período de 2012 a 2018. Em 2021, refere-se à variação monetária no montante de R$49.287 referente ao crédito tributário parte controversa relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (mencionado na nota explicativa nº 26 (f)). (c) Refere-se substancialmente aos juros incorridos decorrente dos empréstimos concedidos a sua controladora direta e indireta InterCement Trading S.A. e InterCement Participações S.A., respectivamente. (d) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 5 (ii). (e) Refere-se substancialmente a juros sobre empréstimos e debêntures, no montante de R$ 436.667 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 168.780 em 31 de dezembro de 2021). (f) Em 2022, refere-se ao deságio no montante de R$ 24.449 decorrente da operação de cessão de crédito realizada com a sua controlada direta e indireta InterCement Trading e InterCement Participações, respectivamente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 b (k), observadas taxas de mercado, e com a carteira de recebíveis junto à instituição financeira conforme mencionado na nota explicativa nº 8c (a).

28. Compromissos: a) Contratos de compra: A Companhia possui contrato para aquisição de energia elétrica até 2024 e contratos "Take or Pay" para serviços de transporte ferroviário até 2023, serviços logísticos de armazenamento, transporte e manuseamento até 2029, venda de clínquer de acordo com o mínimo estipulado no contrato até 2024, aquisição de cimento com o mínimo estipulado no contrato até 2023, aquisição de calcário com o mínimo estipulado no contrato até 2023, aquisição de gesso com o mínimo estipulado no contrato até 2023 e aquisição de combustíveis com o mínimo estipulado no contrato até 2024 cujos desembolsos totais estimados, em valores nominais, são os seguintes:

	2022		
	Energia	Take or Pay	Total
2023	**138.249**	**233.145**	**371.394**
2024	**85.601**	**55.503**	**141.104**
Após 2024	**–**	**32.466**	**32.466**
Total	**223.850**	**321.114**	**544.964**

29. Resultado por ação: Política contábil: É calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Numerador básico e diluído - Alocação do lucro (prejuízo) do exercício para os acionistas	**(38.700)**	1.224.115
Denominador básico e diluído - Média ponderada de ações	**411.597.545**	411.597.545
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por ação ON (em reais)	**(0,09)**	2,97

30. Seguros: A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	2022
Responsabilidade Civil	**R$95.559**
Responsabilidade Operacional - Danos Materiais	**R$900.196**
Responsabilidade Operacional - Lucros cessantes	**R$47.434**

31. Avais e Fianças: A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas: • A investidores, em 17 de julho de 2014, em decorrência da emissão de Senior Notes 2024 pela empresa do Grupo InterCement, InterCement Financial Operations BV, no montante de US$750 milhões, equivalentes a R$1.680.225, destinado ao pré-pagamento de dívidas e a usos corporativos gerais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante principal em dívida é de US$550 milhões, equivalentes a R$2.870.386. • Aos Debenturistas, em 08 de junho de 2020, em decorrência da 1ª Emissão de Debêntures pela empresa controladora InterCement Participações S.A., no montante de R$2.976.666 destinado ao pré-pagamento de dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, o montante principal em dívida é de R$1.976.666. • Aos investidores, em 23 de março de 2022, em decorrência da 3ª Emissão da Notas Promissórias pela empresa controladora InterCement Participações S.A., no montante de R$70.000, destinado ao pagamento parcial da 2ª Emissão Notas Promissórias pela InterCement Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o montante principal em dívida é de R$70.000.

32. Informações por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional denominado Cimento.

33. Informações adicionais aos fluxos de caixa: Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adição de imobilizado sem efeito caixa (reclassificação entre imobilizado e estoque)	**3.676**	2.541	**3.676**	2.541
Aquisição de imobilizado a prazo - sem efeito caixa	**21.267**	352	**21.267**	352
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	**20.450**	14.890	**20.450**	14.890
Redução de capital mediante cisão de ativos	**–**	45.038	**–**	45.038
Adição ao intangível decorrente de repactuação do risco hidrológico de geração de energia	**–**	–	**4.020**	–
Distribuição de dividendos e JCP mediante compensação do mútuo com partes relacionadas	**–**	884.559	**–**	884.559

34. Eventos subsequentes: Mútuo entre partes relacionadas: No dia 09 de janeiro de 2023, a Companhia (cedente) assinou um contrato de mútuo com a sua controladora indireta InterCement Participações S.A. - "ICP" (tomador) na modalidade "revolving" com um limite de crédito de até R$200.000, podendo ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida for reembolsado. O valor do crédito concedido nesta data foi de R$195.000, sendo R$108.890 utilizados para fins de quitação do Primeiro Mútuo firmado entre as partes no dia 15 de março de 2022 e o saldo remanescente no montante de R$ 86.110 a ser liquidado pelo tomador até o vencimento em 30 de dezembro de 2023. A taxa de juros é de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano. Decisão do STF sobre a eficácia temporal de processos julgados: Em função da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 8 de fevereiro de 2023, alinhado ao ofício circular nº 01/2023 emitido pelo Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon) em 15 de fevereiro de 2023, sobre a eficácia temporal de processos transitados e julgados, a Companhia reacessou sua base de processos destas naturezas, e não veio ao conhecimento qualquer necessidade de incremento às provisões para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia aguarda a publicação do acórdão do STF para definir a estratégia jurídica a ser seguida nos processos em andamento, os quais estão em diferentes fases processuais e serão concluídos gradualmente ao longo dos próximos anos.

35. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Em 15 de março de 2023 a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávio Aidar - Presidente
Luiz Klecz - Conselheiro
Paulo Diniz - Conselheiro
Ana Lúcia Caltabiano - Conselheira
Marise Barroso - Conselheira
Sérgio Faifman - Conselheiro

DIRETORIA

Livio Kuze - CEO
Ricardo Congro - VP Industrial
Armando Silva - CFO e Diretor de Relações com Investidores
José Caires - Diretor de RH
Alessandro Thompson - Diretor Comercial
Douglas Catan - Diretor de Suprimentos
Eduardo Carvalho - Diretor Jurídico
Fabrício Azevedo - Diretor de Sustentabilidade das Operações

CONTADOR

Leonardo Teixeira Vaz
CRC/SP 1SP 259003/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **InterCement Brasil S.A. -** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Análise de recuperabilidade do ágio: Em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa 13, a Companhia possui registrado ágio, gerado em combinações de negócios ocorridas em anos anteriores, no montante de R$ 301.312 mil, na controladora e no consolidado, representando respectivamente 6,13% e 5,95% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela administração. A metodologia e modelagem, utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dada a utilização de informações de mercado e o elevado grau de julgamento exercido pela administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do referido ágio. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 13 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Cláusulas restritivas incidentes sobre debêntures - "*covenants*": Em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa 17, a Companhia possui registrado saldo de debêntures a pagar no montante de R$ 2.223.697 mil, classificado no passivo não circulante e 498.673 mil classificados no passivo circulante, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 55,34% e 53,80% do total do passivo e do patrimônio líquido naquela data. Essas debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"), às quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da própria Companhia e da holding do Grupo InterCement (InterCement Participações S.A.), que avaliza a transação. O descumprimento desses "*covenants*" poderia resultar na declaração de vencimento antecipado dessas debêntures e de outros empréstimos e financiamentos, por consequência, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente os respectivos valores em aberto na data de eventual descumprimento, impactando de forma significativa sua posição patrimonial e financeira, motivo pelo qual consideramos o cumprimento dessas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais (*"covenants"*) dessas debêntures; (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses *"covenants"* efetuado pela administração, e; (iii) confirmação das cláusulas restritivas por meio de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário dessas debêntures. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos "*covenants*", adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Valor recuperável dos impostos diferidos ativos:Em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa 24, a Companhia possui registrado impostos diferidos ativos nos montantes de R$881.155 mil, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 17,91% e 17,41% do total do ativo naquela data, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos impostos diferidos ativos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados da Companhia e consistentes com aquelas utilizadas nas projeções de recuperabilidade do ágio. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia, e analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas utilizadas na determinação dos lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos impostos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos impostos diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA): As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-1SP246234/O-0